



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**140ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos
Legais e Institucionais- CTIL do Conselho
Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.**

Brasília/DF.
30 de Agosto de 2017.

(Transcrição ipso verbo)
Empresa ProixL Estenotipia

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Olá, pessoal. Bom dia. Vamos começar? Bom, antes de mais nada, Chicão e Marco, por favor, sentem-se a mesa, não fiquem intimidados não. Bom dia a todos e a todas. Nós vamos fazer essa reunião. Venceu os meus mandatos aqui, reconduções, então só como a liturgia, eu estou iniciando até a aprovação da ata, porque a ata diz respeito a reunião anterior. E aí, depois nós vamos ter a eleição do novo presidente, que irá assumir a partir daquele momento. Mas antes de continuar, eu queria agradecer a todos e a todas nesse período longo que eu estive como presidente da CTIL. Nesses 20 (vinte) anos que vão completar, o ano que vem do Conselho. Eu acho que durante três anos eu não fui presidente da CTIL. Eu acho que são três anos ou quatro, não me lembro. Então, fora isso, eu tive sempre a honra de ter sido presidente aqui da CTIL. Nesses anos todos eu sempre contei com... Não precisa dizer que eu aprendi demais com tudo que aconteceu, as discussões sempre foram interessantes. Uma coisa que eu sempre comentei, existe e sempre existiram pontos de vista e faz parte do jogo, ponto de vista diferente, cada um vem aqui defendendo o interesse que está. É para isso que existe o conselho. Mas eu nunca senti nesse momento todo, pelo menos entre os representantes aqui que participaram, um espírito não construtivo. Sempre defendendo interesse, às vezes não querer. Mas sempre buscando uma solução melhor. A maioria das decisões que nós tomamos aqui foram por consenso. Nós ficamos discutindo. Nós comentávamos dizer ou que sai consenso, ou é por consenso ou por cansaço. Quer dizer, um dos dois. Ou o cansaço consegue o consenso. Mas nós chegávamos ali. Algumas coisas nós percebemos, tem um certo momento também que não dá para ficar discutindo muito. Então, nós percebemos depois devidamente esclarecido que entra em votação. Mas o cuidado que eu sempre tive e acho que todos nós tivemos aqui, principalmente aqui na CTIL, porque nós mexemos com a legislação e a legislação básica nossa é a de recurso hídricos, a 9.433. É um cuidado de se manter o chamado espírito da lei. Eu sempre comento com meus amigos aqui que se as pessoas não tiveram na sua cabeça a questão da democratização e da descentralização, não adianta. Não adianta discutir. Porque isso é básico como princípio da lei. Toda a nossa lei está baseada na descentralização e na democratização. Participação social, Comitês de Bacia. As decisões serem descentralizadas para os Comitês de Bacias. Na medida que compreenda esses dois pilares da filosofia da lei, o resto é uma discussão construtiva. Quando não compreende, não tem jeito. Se quer centralizar, se acha que sociedade não está preparada para decidir. E aí não tem jeito, aí não consegue discutir. Mas isso aí nós sempre tivemos a sorte de ter aqui nos membros da CTIL, durante todos esses anos essa preocupação, essa construção. Nunca teve uma, que eu me lembre, nunca teve nada. Mas sempre é um cuidado que se tem. Porque não aqui, mas sempre surgem algumas tentativas nesse sentido de não ter de abalar esses dois pilares de descentralização e de democratização. Bom, é basicamente isso. Eu como titular, agora está nosso colega Sérgio, que todos conhecessem. O Sérgio antes de vir aqui para a secretaria e agora como diretor de Recursos Hídricos, o Sérgio representou aqui na CTIL o Ministério das Cidades. Então, ele foi companheiro, uma pessoa que já

conhece os trabalhos, como nós temos a metodologia nossa de trabalho. Eu vou continuar como suplente então do Ministério, aqui na CTIL. Então, mais uma vez eu agradeço a todos pela colaboração e esse prazer que tivemos. O prazer meu, pessoalmente, de termos trabalhado juntos nesse período todo longo aí. Muito obrigado. Bom, dito isso, nós estamos em informes, em termos de informes gerais, nós vamos. O que me salta a cabeça aqui, nós vamos fazer a reunião do Conselho, uma Reunião Extraordinária no início de outubro. Não está ainda definida a data, precisa ver a agenda do ministro e essas coisas todas, mas deve ser na primeira quinzena de outubro essa Reunião Extraordinária do Conselho. É onde, praticamente, maior parte da pauta vai ser resultado dessa reunião nossa aqui desses dois dias, dessa reunião agora da CTIL. Eu não sei se alguém mais tem algum informe, que queira dar algum informe. Não sei se o Sérgio tem depois.

O SR. Sergio Gonçalves (MMA) – Bom dia a todas e todos. Primeiro lugar, é um prazer estar aqui agora como representante indicado pelo conselheiro Júlio, como representante do Ministério do Meio Ambiente na CTIL, voltando a CTIL depois de um tempo. Mas é um prazer e espero sempre colaborar para que nós possamos ter o sistema cada vez mais fortalecido. Muito obrigado. Me apresentando e acolhendo nessa primeira reunião da CTIL.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Bom, então como não tem outros informes, a aprovação da 139ª ata da reunião, algum comentário? Foi enviado alguma coisa, Roseli? Você mandou, foram vocês que mandaram? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Antes de fazer a votação, eu vou fazer também uma rodada de autoapresentação aqui. Mas sempre lembrando para quem for falar para se identificar porque está sendo gravado, para depois quando for a degravação. Bom, eu sou o Júlio que já falei. Então, é isso. Então, tem um comentário que a Eldis enviou.

A SRA. ROSELI SOUZA (SEC.EXECUTIVA) – Na verdade, foram duas contribuições que já estão incorporadas nesta versão apresentada na tela. O Wilson de Azevedo mandou também contribuições. Basicamente, foram mais questões de forma e algumas modificações no comentário dele. E a Eldis que pediu, porque tinha uma fala que estava direcionada a ela, como se fosse dela, e na verdade foi o presidente que falou. Aí, eu só fiz essa troca. Só essas duas sugestões que chegaram para nós.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu confesso que não chequei. Porque isso foi degrevado. É sempre aquela história.

A SRª. Roseli Souza – É gravado e nós fazemos uma síntese, uma ata.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Às vezes pode ser que nessa síntese, na hora que foi a degravação, a síntese podemos ter alguma coisinha. Mas o importante é que aquele que falou, falou. Porque quando nós falamos alguma coisa aqui pode suscitar, enfim, que alguém conteste em cima do que falou. Na hora que você muda o que você falou na ata, perde o sentido o que o outro contestou ou deixou de contestar. Então, é esse cuidado que tem que ter. Agora, quando é coisa simples assim, que não muda o sentido, eu acho que não deve ter problema. Deve ter sido isso. Então, está bom.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sonáli Cavalcante. Representante da CHESF, aqui ABRAGE. Eu não mandei nenhuma contribuição, Júlio, mas têm algumas pequenas correções. Duas frases que estão repetidas, que aí eu posso passar para a Roseli.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Correção de texto eu acho que todos concordam.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Eu acho que não cabe aqui nós usarmos o tempo para isso.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Está bom. Acho que não há problema. Mais alguma? Nenhuma. Então, vou botar em votação. Quem quiser, quem concordar permaneça como está. Quem discordar, por favor, erga a mão. Abstenção.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Bom dia. Meu nome é Gustavo, já entrando na rodada de apresentação. Gustavo Gazzinelli. Estou representando o Fonasc. Como eu não estava na última reunião, eu tenho que me abster.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Faz sentido. Paulo também? Se identifica, Paulo.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (Comitês)– Paulo Robinson Samuel. Representante dos Comitês e Consórcios de Bacia. Também me abstenho em função de que estou substituindo. Sou conselheiro e estou substituindo o nosso representante aqui na CTIL. Li a ata, tranquilo, mas me abstenho na votação. Obrigado.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Perfeito.

O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (SEAB/PR) – Tarciso, da Secretaria de Agricultura do Paraná. Também pelo mesmo motivo, tenho que me abster porque não estava presente na anterior.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – O.K. Uma, duas.

A SR^a. MARIA EMÍLIA (MAPA) – Maria Emília, do Ministério da Agricultura. Também se abstenho por não estar presente na reunião anterior.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Está ótimo. São quatro abstenções então e resto foi aprovado. Então, considero a ata aprovada. Eu vou pedir para efeito de nós acompanharmos aqui. Eu vou pedir que façamos uma autoapresentação aqui. O nome e a entidade que representa. Se não for representante, que está aqui como, enfim, participando. Bom, eu sou Júlio Thadeu e sou suplente aqui na Câmara do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (SEAB/PR) – Já tinha dado o meu nome. José Tarcísio Fialho, da Secretaria de Agricultura do Paraná.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL – Paulo Robson Samuel, representante do Comitês, Consórcio e Associações Intermunicipais de Bacia.

O SR. LUIS EDUARDO FARIA (Cedae) – Luis Eduardo Faria. Representante das Prestadoras de Serviços Públicos da Cedae do Rio de Janeiro.

O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP) – Bom dia. Alexandre Vilella. Representando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e membro da CTCOB.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – José Quadrelli. Da CNI. Estou substituindo legalmente o Percy Soares, que é o titular da Câmara.

O SR. ANTONIO MAURÍCIO FERREIRA NETTO (Ministério dos Transportes) – Antonio Maurício. Ministério dos Transportes.

O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (MME) – Sou Adão Martins Teixeira Junior. Estou aqui falando pelo Ministério de Minas e Energia.

O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) – Gustavo Goretti. Representando os Irrigantes.

O SR. FRANCISCO LAHOZ (Consórcio PCJ) – Francisco Lahoz. Consórcio PCJ, segmento dos consórcios e associações. Aproveitando, Júlio, muito obrigado por tudo que você fez por nós. Muito obrigado mesmo. Parabéns pelo excelente trabalho e que continue próximo. Precisamos de você muito. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Muito obrigado.

A SR^a. MARIA EMÍLIA (MAPA) – Maria Emília. Representando o Ministério da Agricultura.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Lívia Soalheiro. Representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro e presidente da CTCOB.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo Gazzinelli. Representando as ONGs pelo Fonasc.

A SR^a. MONICA PORTELLA LIMA (CRH/BA) – Monica Portella. Representando o Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sonáli Cavalcanti Oliveira. Representando as Concessionárias de Geração. Trabalho na Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Bom dia a todas e a todos. Sou Eldis Camargo, da Procuraria da Agência Nacional de Águas.

O SR. MARCO ANTONIO (ANA) – Marco Antonio. Agência Nacional de Águas.

A SRª. ROSELI SOUZA (MMA) – Roseli Souza, Sou do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria Executiva do CNRH e relatora da CTIL.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Mais uma vez, bom dia a todas e a todos. Sérgio Gonçalves. Sou analista ambiental do Ministério do Meio Ambiente, dessa secretaria. Estou atualmente como diretor de Recursos Hídricos e agora membro da CTIL.

O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (SEAB/PR) – Eu só queria me justificar aqui. Porque na verdade eu falei que sou da Secretaria de Agricultura do Paraná, que aparentemente não tem nada a ver. É que a Secretaria de Agricultura é representante do Paranapanema. Eu estou aqui como representante do Conselho de Recursos Hídricos lá do Paranapanema.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Você tem a relação de quem já assinou a lista para eu fazer a votação. Já todo mundo assinou? Bom, nós vamos ter então agora o próximo item da pauta. É a escolha do novo presidente da CTIL. Vocês sabem que o Regimento prevê um ano e depois uma possível recondução por duas vezes seguidas. Então, total são três. Como aconteceu comigo, teria que ser substituído. Então, primeiro, perguntar, candidatos? Indicação? Já está.

A SRª. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Da minha parte e também da ANA, nós temos a indicação do Sérgio. Aproveitando também para agradecer seus préstimos e ensinamentos que foram muito bons. Estamos indicando o Dr. Sérgio.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Nós acompanhamos a indicação da Eldis, da ANA. Também registramos o nosso agradecimento nessa troca maravilhosa aqui que acontece nessa CTIL sob a sua coordenação. Parabéns a você pelo trabalho que você tão bem fez durante todo esse tempo aqui.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Obrigado.

A SRª. MONICA PORTELLA LIMA (CRH/BA) – O Conselho do Estado da Bahia também acompanha. Quero agradecer também, Júlio, pela convivência, pelo excelente trabalho desenvolvido e pela sua paciência, assim, inimaginável. A sua maneira de conduzir é sempre exemplo para todos.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Obrigado a todos. Eu sou grande, sou maior que o Chicão em altura, mas sou mole para burro. Se não daqui a pouco vou chorar. Bom, tem mais alguma outra pessoa, algum outro candidato que queria alguma coisa, assim. Não tendo. Sobre o Sérgio. Sérgio, você aceita a indicação. Sérgio?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Bom, em primeiro lugar. Sérgio, do Ministério do Meio Ambiente. Eu quero agradecer o apoio que recebi. É interesse do Ministério e de gênero fundamental. As três mulheres aqui, agradeço muito, a questão de gênero forte aqui, pela indicação. Realmente há interesse do Ministério do Meio Ambiente, da Secretaria de Recursos Hídricos Qualidade Ambiental e da Diretoria de Recursos Hídricos. Se possível permanecermos e contarmos com apoio para presidirmos a CTIL. Agradeço já de antemão todo esse apoio. Obrigado.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Muito bem. Então, tem a proposta do Sérgio. Eu vou colocar então em votação. Os representantes que concordam, por favor, se manifestem e ergam a mãozinha assim, só para nós sabermos. Ou vou fazer o contrário. Quem não concorda que se manifeste. Ou quem quer se abster que se manifeste, por favor. Bom, então está aprovado por unanimidade. Sérgio, parabéns. Boa sorte. *(Risos!)*. *(Palmas!)*. Passamos ao Sérgio.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Bom, muito obrigado pelo apoio, pela confiança e espero poder estar à altura disso e representar tão bem ou próximo daquilo que o Júlio fez nesses anos. Parabenizar com todo sentido em nome do sistema, que é uma Câmara que tem debates e tem temas muito tensos, naturais e densos de qualidade. O Júlio, nesses três anos, fora todo o tempo, mas, fundamentalmente, nesses três anos de condução, conduziu de forma magistral e conduziu realmente. Só em momentos muitos necessários nós termos votação. Mas conduzindo, principalmente, para um consenso que é o que nosso Regimento no art. 30 diz. Procurar sempre o consenso e quando não há, claro, tem que se ter a votação. Mas ele conduziu isso, nesses anos todos. Agradeço muito. Espero estar próximo e fazer jus ao que vocês me confiaram. Obrigado, Júlio. Ele vai estar sempre aqui ao nosso lado, orientador e sempre ajudando para que essa câmara possa sempre tentar trabalhos importantes. Porque ela realmente. Todas as Câmaras são muito importantes, mas ela ajuda fortemente ao plenário. Quer dizer, ela é a instância. Nas instâncias é aquela instância que passa ao Pleno, passa aos conselheiros e conselheiras aquilo que já foi discutido em todas as outras Câmaras. Claro, o Plenário sempre é soberano e os conselheiros e conselheiras são soberanos. Mas, o entendimento que é levado daqui para lá é fundamental para dar essa tranquilidade na votação do Pleno. Então, muito obrigado mais uma vez. Por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, do Fonasc. É a primeira reunião aqui que eu participo. Eu tenho participado um pouco das reuniões na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. Mas eu não sei, assim, por exemplo, para fazer um pedido de alteração da ordem dos assuntos, é possível fazer nesse momento, não é?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Então, eu gostaria de sugerir quanto ao Projeto Legado, que o tópico relacionado a governança seja apresentado junto com o ponto 6 da pauta. Porque ele é totalmente associado a esse tema. Na visão que nós já discutimos internamente no Fonasc que é necessário, já que essa proposta está sendo apresentada para o Conselho, e ela diz muito respeito a esse ponto 6 da pauta, que ela seja considerada na discussão. É isso.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – No tópico, no Resgate existe um capítulo subdividido em alguns itens, chamado Governança. No Legado. Desculpe. Eu falei quê? O que eu tinha falado? Eu falei o que? Resgate. *(Risos!)*. É mais ou menos por aí. Então, no Projeto Legado, esse capítulo da Governança tem uma sessão dele que trata da composição do CNRH. Que é a matéria que está para ser discutida no ponto 6. Eu acho que não dá para desconhecer a proposta da ANA. Eu acho que ela vai ter que ser debatida e considerada nessa discussão do ponto 6. Então, vai ser estranho nós discutirmos o ponto 6 e lá para o ponto 10 vir um assunto que diz totalmente respeito a esse ponto 6. Então, eu acho que pelo menos esse ponto, do Projeto Legado, deveria ser antecipado nesse ponto da discussão.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (SRHQ/MMA) – Perfeito. Eu gostaria só de fazer uma ponderação para que nós possamos entender, só para não ter dúvida. O Legado vai ser uma apresentação, não tem nenhum tipo de deliberação. O que vai ser depois da apresentação, sim, aí, a Câmara pode fazer alguns encaminhamentos como em outras Câmaras Técnicas que o Legado foi apresentado. Cada Câmara se posicionou e se colocou de uma forma de trabalho, de se debruçar sobre esse tema. Só para ficar claro que não tem deliberação sobre o Legado. Esse ponto 6, esse sim é uma deliberação nossa. Ele não mexe na questão do número de conselheiros, ele mexe na forma de cadastramento que o Legado não entra. Então, é só para nós sabermos que existem, não desmerecendo e nem desqualificando a proposta, mas só para ficar claro, que não existe votação no Legado, é conhecimento dado. O conhecimento depois do conhecimento ao Conselho na reunião passada, feito pelo presidente da ANA. Ele aqui qualifica a forma de cadastramento de um segmento para ser colocado. Só para ficar. Então, eu não sei e tenho dúvida, gostaria. Fica à vontade aqui, porque tem uma proposta de mudança, se é necessário esse tipo de juntarmos. Porque o

cuidado só que temos que ter é de não entrarmos no debate de Legado. O Legado vai ser apresentado. É um cuidado que temos ter. Obrigado. Mas fica aí essa proposta do membro da Câmara de quando se fosse colocado o ponto 6 se abordasse alguma coisa nesse sentido. Não sei se mais algum representante.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Na medida em que a proposta, que vai ser discutida, também não tiver trazendo nenhuma alteração na forma de cadastramento, eu concordo com você. Só que ela está propondo algumas alterações.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Então, vamos com essa proposta quando chegarmos ao item 6, aí nós trabalhamos com essa vinculação. Só também sempre é, não é nenhum sentido de direcionar, mas é que o Legado é uma proposta de debate. É nossa aqui, é uma resolução. Então, independente ela tem hoje, se passar ou dependendo do encaminhamento, ela vai para o Plenário, que virando uma resolução ela é independente de Legado. Perfeito. O Legado é um debate, é um processo, é uma construção. Só para ficar também. Só para não ter nenhuma dúvida dessa nossa vinculação ao Legado. Obrigado.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL – Paulo Samuel. Comitê de Bacia. Só para tentar operacionalizar a reunião. Até quem sabe esse item 6 nós descemos mais ele, passa para um dos últimos itens de deliberação, e aí puxa o Legado, talvez passar para 9 ali, para poder... Aí, se delibera tudo porque às vezes dependendo do debate, ele se estende, alguns representantes precisam sair. E aí, uma ideia, uma proposta para não tentar equacionar as duas. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Sim, primeiro sendo os deliberativos. O 6, fica o último deliberativo. E aí, depois entra o Legado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Não há problema. Vamos na dinâmica. Está registrado a proposta. Correto. Vamos tocando a nossa agenda. Vamos depender do nosso ritmo também. E aí, nós temos toda essa tranquilidade e esses acordos aqui, sem problema algum, sem prejudicar o debate. Chegaremos lá. O que for melhor para o debate da resolução vai ser feito, sem problema nenhum. Então, vamos dar início, por favor, a nossa pauta. Então, nós vamos agora ao [item 4, que é a proposta de resolução que define os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União inserido em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança, CTCOB](#). Então, essa matéria está para apreciação. Até a nossa presidente da CTCOB está aqui. No caso, se quiser já fazer uso da palavra e depois abrimos para todos.

414 **A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ)** – Essa matéria é uma proposição
415 que veio do Estado do Rio de Janeiro e do Estado da Paraíba. Passou, eu acho
416 que umas cinco reuniões da CTCOB que nós discutimos o assunto. A ideia é...
417 Vou dar um exemplo que fica mais fácil de nós entendermos. Onde nós temos, por
418 exemplo, unidade de conservação, como a Floresta da Tijuca. Onde existe
419 captação, onde já existe comitê instalado com Plano de Bacia, com cobrança
420 instalada. A captação que está ali, não está sendo cobrada, porque é uma unidade
421 federal, é um parque federal, é uma unidade de conservação federal. Então, a
422 ideia é que esse Comitê Estadual que já está instalado e que já tem todos os seus
423 instrumentos aptos a serem aplicados e aplicáveis, que ele possa também
424 executar essa cobrança. Não tenha interesse da União em criar ali um Comitê de
425 Bacia Federal. Não há interesse pela resolução do Conselho Nacional. Não é uma
426 área prioritária para criação de Comitê Federal. Então, são áreas que em regras
427 têm água de melhor qualidade e que nós não estamos cobrando por esse uso.
428 Então, é um uso privilegiado e não oneroso. Por isso, essa proposta de resolução.
429 No Rio de Janeiro tem muitas áreas assim. Na Paraíba também. Por isso, os dois
430 Conselhos se uniram e fizeram essa proposta ao Conselho Nacional. Após a
431 discussão na CTCOB e algumas alterações na minuta de resolução proposta
432 pelos Conselhos Estaduais, nós chegamos a minuta final que foi enviada para cá.
433 E aí, estamos trazendo para apreciação. Em síntese, é isso.

434
435
436 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Bom, após a fala da presidente
437 da CTCOB, está aberto para todos os representantes poderem falar.

438
439
440 **A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ)** – Sérgio, só porque a nota
441 técnica está aberta. Essa nota técnica foi feita pelo INEA. Ela exemplifica bem o
442 que estamos falando. Por exemplo, ali no Parque Nacional da Tijuca, está vendo.
443 Tem um rio. Ali tem o Comitê Baía de Guanabara instalado, já com cobrança,
444 Plano de Bacia e tudo. Ali naquela área, apesar dele poder aplicar o recurso que
445 ele arrecada com a cobrança estadual. Ele não consegue fazer arrecadação. Ali,
446 por exemplo, tem uma captação da Cedae. Eu acho que mais de uma até. Isso
447 acontece muito na região da Baía de Guanabara, na região da Baía de Ilha
448 Grande, no Rio. Nem sempre são unidades de conservação, mas são áreas que
449 são de domínio da União.

450
451
452 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Palavra aberta. Conselheiro
453 Gustavo.

454
455 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Eu achei a proposta interessante. Eu
456 tenho algumas dúvidas. Mas eu queria fazer uma pergunta. Porque eu estava
457 vendo de outra forma a proposta. Eu estava entendendo, por exemplo, que
458 trechos de interbacias, que muitas vezes estão juntos ao rio, a uma calha principal
459 federal, que elas estão muitas vezes no âmbito de uma unidade de planejamento

gerenciamento estadual. Então, eu estava supondo aqui que nesse caso poderia estar havendo cobrança estadual na bacia, mas que não era cobrado porque o trecho era federal. Então, realmente com a sua apresentação eu fiquei realmente. Aí, eu entendi o seu objetivo. Mas já foge ao meu conhecimento. Saber se, por exemplo, se existem trechos que fazem parte de unidade de planejamento estadual, mas que são, em tese, vinculados a calha principal e que, porventura, não estaria havendo cobrança. Então, da forma que está proposta a minuta aqui da resolução, esses trechos então eles passariam a contribuir com pagamento de cobrança de pelo uso, usando o parâmetro estadual. Agora, é cobrado naquele setor específico. Agora, eu fiquei um pouco em dúvida quanto à redação do art. 2º. O art. 2º diz, assim, que: “aplicar-se-á para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, os mesmos mecanismos e valores definidos para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual”. Ocorre que existem Estados, dar o exemplo de Minas Gerais, de onde eu sou, você tem uma cobrança, por exemplo, para sub-bacias do Rio São Francisco um valor X e um valor Y para as do Rios Doce. Então, não existe os mesmos mecanismo e valores. Entendeu? Então aí nesse caso, a redação teria que ser alterada porque não existe um valor unitário no Plano Estadual. A outra dúvida que eu também... Tem mais duas dúvidas, na verdade. No art. 3º, § 2º, está falando o seguinte que: “aplicação dos recursos arrecadados com cobrança estipulada nesta Resolução dar-se-á preferencialmente via agências de água ou entidades delegatárias”. Eu acho que esse “preferencialmente” abre demais. Quer dizer, ele não fixa por onde o recurso vai ser arrecadado e ele dá margem. Se ele ao mesmo tempo diz que é “preferencialmente” por elas, ele está dando margem para que não seja por elas. Então, eu acho que aqui tinha que ter um critério um pouco mais definido nesse sentido. Por fim, quanto ao art. 4º, “o disposto nesta Resolução aplica-se aos recursos hídricos de domínio da União localizados em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, cuja cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual estiver implementada”. E nos casos em que ela não estiver implementada, a cobrança dar-se-á de que forma? Porque a União cobra também pelo uso ou não? Não. A União não cobra pelo uso de água nos recursos hídricos de domínio da União? Ela não cobra?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Realmente nem todos. Se você não tem comitê instalado aí você não cobra. Então, hoje é um hiato entre o Estado está cobrando nos trechos dele e tem buracos que não se tem a cobrança.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Que não se tem a cobrança.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Mas tem aqueles em que há cobrança. Então, o que está dizendo aqui é que aonde não houver unidade estadual com cobrança não se fará esse tipo de cobrança.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – É exatamente isso. Eu não posso.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Mas aí, você está dizendo que também não faz a cobrança federal, pela interpretação que eu fiz dessa redação.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – É porque ali não tem a cobrança federal instalada e nem a cobrança estadual instalada. Então, não vai ser essa resolução que vai definir a cobrança que vai ser feita ali naquela bacia. Então, que ter um comitê. O comitê tem que deliberar sobre a cobrança, para que ela seja instalada.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Então aí, falta acrescentar as unidades federais. Entendeu? Porque aqui você está dizendo que onde não houver cobrança da unidade estadual, não haverá cobrança.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Mas se houver cobrança federal naquela região, já é uma área de domínio federal, eu não preciso. Eu não tenho lacuna. Essa resolução vem para cobrir uma lacuna. Que eu tenho uma área estadual, onde há cobrança e alguns buracos dessa área onde não há cobrança porque não há interesse se montar um Comitê Federal. Quando eu falo utilização dos mesmos mecanismos e valores do Comitê Estadual. Se você for olhar para Minas, como você deu exemplo, no trecho que a unidade federal, que o rio de domínio federal estiver na bacia do São Francisco, vai ser a metodologia e valores do São Francisco. No trecho que estiver no Doce, vai ser o do Doce. Então, nós vamos seguir o que o Comitê Estadual, o Comitê instalado naquela região preconizou como mecanismos e valores. É seguir o que já está pronto.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu estou entendendo. Mas acho que para isso ficar claro, a redação vai ter que ser alterada. É só isso. Eu acho que ela dá margem a dubiedade. Só isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, me permitam aqui só aproveitando esse e, claro, deve ter alguns outros pontos de dúvida. Só uma maneira, uma forma mais didática. Vamos tentar. Só para nós já marcamos quais são os pontos, como já tem o 2 e o 4, já estão apontados. Mas vamos ver, passando. Porque nós vamos anotando e vamos, não vencendo, mas colocando os problemas que possam haver ou dúvidas ou esclarecimentos ou sugestões, já

no texto da resolução. Eu gostaria que se observasse se temos na parte inicial de considerandos já alguma coisa. Nos considerandos. No 1, tem alguma coisa? Se já tiver, nós podemos ir colocando. Só para ir passando. Porque aí todos nós já apontamos quem tem e já trabalhamos na resolução, como um todo. Aqueles que não têm problema, nós já deixamos como, a não ser que seja a resolução inteira, mas senão já deixamos ele como ponto vencido. Por favor.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Lendo a resolução, me surgiu uma dúvida que eu coloco aqui para vocês. É com relação a unidade estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Eu senti a necessidade de que houvesse uma definição do que vem ser a essa unidade estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Ou há semelhança com a UGRH da Resolução 109? Porque como é unidade estadual, em cada Estado você pode dar uma interpretação para o que seria essa unidade estadual. Então, Lívia, eu senti falta, assim. Eu senti a necessidade de se ter uma diretriz, um norte do que se está chamando de unidade estadual de gerenciamento de recursos hídricos. Para ficar claro, assim, que mesmo que caiba interpretação para cada Estado, mas haja uma diretriz do que o CNRH está considerando como essa unidade estadual. Porque nós temos as UGRH da Resolução 109. Não é isso, Marco? E aí, fiquei me perguntando o que seria essa unidade? É um espaço físico, é um espaço institucional. Eu acho que carece disso, desse norte aqui na Resolução, do que vem a ser isso.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Tudo bem. Nós podemos pensar numa redação. Mas no Rio de Janeiro, quando pensamos a resolução, a ideia foi as nossas regiões hidrográficas. Só para ter como referência.

A SRª. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Eldis Camargo. Lívia, poderia se usar esse art. 2ª, § 1º da Resolução 109, que fala que é para União mas serve para os Estados. “Totalidade de bacia, sub-bacia hidrográfica tributária, grupo de bacias ou sub-bacias contíguas”. Seria esse caso?

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Sim.

A SRª. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Não sei se a Sonáli queria que isso ficasse referenciado na norma?

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Pode colocar isso na norma.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Eu acho que seria bom remeter. “Entende-se unidade estadual de gerenciamento algo como o norte dessa resolução”. Eu acho que seria bom esclarecer.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – O.K.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Eu acredito que nem precisa ser artigo, posso estar equivocado. No considerando. “Considerando a resolução tal no art. 9º”. Aí já fica claro, não é Sonáli? Eu acho que isso já coloca um dos considerandos remetendo a essa Resolução. Sempre é bom. Quanto mais ficar claro, sempre ajuda. Então, estamos agregando aos considerandos esse. Alguém é contra isso? Ou podemos já colocar? Então, vamos seguindo. Mais considerandos que nós já pulamos dos considerandos, podemos passar para os artigos, se não tiver mais nenhum tipo de considerando que tenha algum tipo de dúvida. Vamos pedir para nossa representante da ANA. Depois só escrever para colocarmos direitinho. Com o Marco aqui também, ótimo. Só para poder ajudar a remeter. Ótimo. Excelente, já está digitando. Podemos passar para os artigos então? O.K. Indo para os artigos. No art. 1º: “definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos”. Alguma observação? Aí já tem depois, as outras do art. 2º. Tem já outras colocadas. Mas esse é... No art. 2º, Gustavo já se manifestou, colocando ponderações de melhoria e, assim, no entendimento de que possa deixar outros tipos de entendimentos. Eu não sei se poderíamos rever isso. Por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu estou propondo aqui que onde está escrito: “mesmos mecanismos e valores definidos”, acrescente-se: “na bacia”. Porque aí fica claro que é naquela bacia específica.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – “Definidos para cobrança pelos recursos hídricos na bacia”?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Ou: “na bacia hidrográfica estadual”. Enfim. Porque a única coisa aqui que ficou: “os mesmos valores cobrados no domínio estadual”, e não existe essa. Então, eu acho que com isso você equaciona aqui. Eu até perguntei para a Livia se ela estaria de acordo. Ela falou que está O.K., do ponto de vista.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Vocês já estão lá no art. 2º, eu estou muito atrasada. Porque no último considerando, tem inscrito assim: “Considerando a macro diretriz do Plano de estabelecer e aperfeiçoar o sistema de cobrança pelo

uso de recursos hídricos, adequando as peculiaridades regionais, e de forma negociada, aos comitês, aos órgãos gestores e aos usuários, destinando a aplicação dos recursos à bacia de origem”. E forma negociada. Eu estou achando que não está muito... “De forma negociada com os comitês, órgãos gestores e usuários”. É isso que se quer dizer?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Isso deve ser redação do próprio Plano Nacional.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Então é: “de forma negociada com essas entidades”, não é isso? Não é de “forma negociada aos”. Eu achei que ficou estranho isso aqui. “De forma negociada”. Porque ficou: “considerando a matriz do Plano de estabelecer e aperfeiçoar o sistema adequando peculiaridades regionais e de forma negociada com comitês, órgãos gestores e usuários”.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Roseli, colocou ali. Vê se isso melhora. “Negociada, com os comitês”.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Sonáli, é “aos” mesmos. “Aperfeiçoar o sistema adequando aos comitês, aos órgãos gestores, aos usuários”. Aí “aos” mesmos.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – “Adequando as peculiaridades regionais, e de forma negociada, aos (....)”. Adequando isso “aos”, O.K. Eu estava reunindo essa forma negociada a essas entidades que foram aí citadas. Mas, agora eu entendi o que você está colocando. É “aos” mesmo. Desculpem.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – O.K.? Olha, observem que está em amarelo o considerando novo, conforme a solicitação.

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Pode colocar o § 1º do art. 2º, não é? § 1º do art. 2º. Só colocar § 1º do art. 2º.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis).

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Mas aí você vai no caput do dispositivo que fala sobre os Estados. Vamos lá ver. Porque na pergunta fica ligada ao caput. “Estabelecido na Resolução poderá ser redefinida na revisão do Plano Nacional

ouvidos os comitês de bacias e os Estados, quando for o caso”. Eu acho que ela está ligada, que é outra coisa. Está ligada com o art. 2º, que pode ser redefinida para os Estados nesse âmbito. Você acha que não? Levanta isso para o Sérgio.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sérgio, dúvida. Nos considerandos tem já uma menção já a Resolução 109 e as UGRH. A dúvida que eu tinha levado é que eu senti a necessidade e, coloco para os colegas que pode ser que não haja essa necessidade, senti a necessidade de um norte para o que se está chamando de unidade estadual de gerenciamento de recursos hídricos e vincular isso. Aí, a Eldis sugeriu o art. 2º que eu acho que atenderia. Mas aí, você faria esse vínculo já aqui na redação ou não é necessário? Porque no considerando que fala da Resolução 109, ele diz: “cria essas unidades de gestão e estabelece procedimentos complementares”. Aí logo depois, então, colocaria isso que a Eldis colocou, mas ficaria explicitado o comando de que: “entende-se unidade estadual de gerenciamento de recursos hídricos conforme o que está disposto no art. 2º da Resolução tal”. Livia?

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Sim, Sonáli. Eu concordo com você e acho que esse considerando deve subir, antes da macro diretriz. Ele tem que ficar abaixo da Resolução 109.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – E deve explicitar que: “entende-se que unidade estadual de gerenciamento de recursos é conforme”.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Botar lá no texto, lá no artigo. Que aí considerando é considerando. Então lá no artigo nós entendemos que unidade estadual segue é a 109.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Então não entraria mais esse considerando fazendo a menção.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Pode deixar, não faz.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Mal não vai fazer esse considerando aí. Deixa ele aí e cria um artigo colocando isso.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Agora, o que faz diferença é que tem que entrar lá. Aí sim. Porque daí explica.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Seria mais um artigo.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Ou parágrafo único ou mesmo explicitando.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, Fonasc. Pelo o que estou entendendo aqui a 109 trata de unidade de planejamento de domínio da União. Ela não trata das unidades de planejamento de domínio estadual. Aqui no caso, a norma, está se referindo a unidade de planejamento de domínio estadual. Certo?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – O que nós estamos fazendo é seguir o conceito.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Sim. Mas estou falando, assim, você não pode vincular exclusivamente a essa Resolução 109, porque ela não está, no escopo dela tratando de unidade de planejamento estadual. Então, é preciso fazer uma redação que não amarre a coisa a isso. Porque senão você vai. O que é a proposta da resolução vai por terra. Porque o que está se propondo é que nas unidades de planejamento estadual, onde haja determinados locais de domínio federal, vamos dizer assim, se possa aplicar a cobrança feita pelo Estado, pelo valor cobrado no Estado. Então, você não pode vincular exclusivamente a essa norma aqui, porque senão você mata a resolução. Então, estou falando então que tem que criar uma redação de uma forma que não fique totalmente vinculado a isso. Quer dizer, tem que talvez estender aqui. Aplicada de forma similar nos domínios estaduais. Alguma coisa assim. Porque senão fica muito amarrado.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Ney Murta, da ANA. Eu queria fazer uma observação em relação a essa intervenção do meu contrerrâneo, Gustavo Gazzinelli Colares. Meu contrerrâneo de Jequitinhonha. Então, assim, em termos de conceituação, Gustavo, uma resolução do Conselho Nacional serve para todos os domínios. Me parece que seria impróprio se referir às unidades de gestão de recursos hídricos previstas na Resolução 109, que aí fala de áreas de gestão interestaduais. Mas em relação a conceituação, não tenho dúvida de que, pelo menos na nossa opinião, de que pode ser aplicada para casos estaduais também.

A SR^a. ELDIS CAMARCO (ANA) – Posso fazer, assim, tentar um consenso. O Ney tem razão porque nós estamos falando de uma questão nacional. Poderíamos colocar um parágrafo explicando que o mesmo conceito. Lívia? Refere-se a tal. É possível?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – É essa a ideia apresentada pela Sonáli, sim, gente.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Socializar um pouquinho. Então, essa preocupação do Gustavo, pertinente, da amarração. Pega-se o conceito que é que está valendo e se coloca claro. Para resolução serve esse conceito, independente da amarração para não ficar vinculada e ter dúvida se é só para áreas federais e o conceito. Perfeito. E aí se cria dentro do que está pedindo. Que a proposta que no art. 1º tenha um parágrafo único que esclareça o que significa, já dê esse significado.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Não seria bom fazer menção ao artigo da resolução, não?

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, por favor, vamos os considerandos. O.K. Podemos seguir? Isso. *(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis).* Olha, agora como se criou lá, eu pergunto se há necessidade de ficar esse considerando da 109. Talvez não ajude. Será que ajuda?

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Tirando esse considerando, eu colocaria no parágrafo único, depois de “prevê tudo aquilo, conforme artigo tal da Resolução”.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, podemos deixar o considerando. Considerando. Acrescentado tem o rebatimento desse desconsiderando na definição no art. 1º, para ficar claro e tirar aquela dúvida que vem sempre ajudar. Está ajudando a ficar mais transparente mais clara, a resolução.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu sugiro que entre a palavra no parágrafo único aí: “no respectivo Estado”. Entende? Porque totalidade da bacia. Por exemplo, uma bacia federal. Então, a metade da bacia está num Estado. Então tem a unidade estadual de gerenciamento que é metade da bacia hidrográfica. Então, eu acho que deveria inserir: “no respectivo Estado”. Porque

daí você. Para nós da União fica tranquilo. Talvez até respectivo, dentro do Brasil. Porque tem também bacia transfronteiriça. Então, apesar de ser bacia transfronteiriça nós só podemos legislar naquilo daquela bacia transfronteiriça que está dentro do Brasil. Óbvio. Estado também. O Estado só pode fazer unidade dele dentro do Estado. Você pegar, o Estado de São Paulo que eu conheço bem. O próprio PCJ, tem dentro do Estado de São Paulo tem a divisão hidrográfica lá da bacia que não é a totalidade da bacia.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Júlio, só me preocupa ali porque nós já falamos: “unidades estaduais de gerenciamento”.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Então. “Do respectivo Estado.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – É meio redundante, mas tudo bem.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu colocaria isso porque.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – “Estadual do respectivo Estado”. É meio redundante.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Ficaria no final, Roseli. “Entende-se que unidade estadual de gerenciamento de recursos hídricos é a totalidade (...) no respectivo Estado”, ou: “dentro do respectivo Estado”. Alguma coisa nesse sentido assim.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Eu ainda acho redundante. Mas tudo bem.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Porque você pode dar a entender que você só pode ter unidade de conservação onde tem a totalidade. Desculpa.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Se é uma unidade de gerenciamento estadual, eu só posso falar dentro do próprio Estado.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Então. Mas o seu Estado. Por exemplo, Paraíba do Sul.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Paraíba do Sul tem. Ele não é um Estado, ele é um Comitê Federal, não vai entrar aqui. As unidades estaduais do Paraíba do Sul que pertencem ao Rio de Janeiro são unidades de gerenciamento estaduais. Está escrito ali.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Você tem uma bacia. O Paraíba do Sul tem Comitê. Mau exemplo. Se você pegar uma outra área. Vou pegar Paraíba do Sul só para exemplo. Vamos supor que não tivesse comitê. Com certeza dentro do Estado do Rio de Janeiro, porque ali tem rios estaduais. Então, dentro do Estado do Rio de Janeiro você vai ter uma unidade estadual de gerenciamento. Você tem. Então é isso que quero dizer. Que não é a totalidade da bacia, porque a bacia vai para o...

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Mas se eu estou fazendo uma cobrança no Estado do Rio de Janeiro, se eu tenho um Comitê Estadual como é que eu vou passar esse limite? É uma unidade de gerenciamento do Estado. Eu não posso entrar nessa área de São Paulo.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – É a definição que estou falando.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Eu entendi, mas é definição. O próprio nome da definição já diz: unidade estadual de gerenciamento de recursos hídricos. É redundante. Mas se for o entendimento de todos, pode deixar. Entendeu? É competência estadual.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Se achar que não tem problema. Eu, por mim, colocaria. Mas também não faço questão.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu também tiraria esse ponto e vírgula, no começo. Porque: “a totalidade ou bacia hidrográfica, ou sub-bacia hidrográfica”. Igual está seguindo na sequência lá. O segundo ponto e vírgula também. Talvez você pode colocar: “definido pelo sistema de gerenciamento estadual de gerenciamento de recursos hídricos”, que é o que define as unidades estaduais.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Com essa proposta que está em tela. Então, no parágrafo único acrescido do final: “definido pelo respectivo sistema estadual de recursos hídricos”. Se não tivermos nenhum problema com isso e tivermos acordado, podemos dar como art. 1º e o seu parágrafo único como um consenso para seguirmos para o segundo. Podemos. Então, como não teve manifestação vamos passar para o segundo. No segundo já têm manifestações. Então, no segundo nós já temos mais manifestações do representante, do Gustavo, da Fonasc. Queria saber se tem mais algum tipo de manifestação? Se alguém quer fazer algum adendo? Se não, podemos também já aproveitar e trabalhar. Podemos ir trabalhando ou vocês querem só apontar. Trabalhando porque às vezes resolve os seguintes, ajuda a resolver os seguintes. Então, vamos pegar o segundo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, Fonasc. A sugestão que eu fiz é após a palavra “definidos” acrescentar: “na bacia hidrográfica”.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Terceira alínea. “Definidos”, insere: “na bacia hidrográfica”.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Júlio. Eu acho que o Gustavo tem razão porque o caso do Rio é particular, que é o Estado inteiro tem uma lei, por isso que estava essa proposta. Então, realmente em outros Estados cada bacia tem a sua. Eu acho que é melhor.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Podemos então? Está consensuado o art. 2º. Por favor, o art. 3º. “A aplicação dos valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos será realizada conforme disposto no § 6º do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000”. Em discussão, por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, Fonasc. A sugestão que eu faço é eliminar a palavra “preferencialmente” no § 2º. Eliminar a palavra “preferencialmente”. E ao final da redação, acrescentar “ou pelo órgão gestor na ausência das primeiras”. Quer dizer, na ausência das agências ou entidades delegatárias. Eu fiz uma consideração. Eu, na verdade, tinha até feito uma redação que propunha que fosse até pela ANA. Mas eu estava conversando aqui com a Lívia. Por exemplo, em Minas Gerais, se for pelo órgão gestor, vai para o caixa único do Estado e o dinheiro desaparece. Em Minas Gerais, infelizmente é assim. Agora, a Lívia está falando que no Rio de Janeiro não, que não existe essa vinculação. Então, eu não sei se seria o caso de fazer um terceiro parágrafo, que

trate que irá para o órgão gestor dos Estados onde a receita da cobrança não é, vamos falar assim. Não estou propondo a redação. Não é engessada no caixa único do Estado. Porque entre você ter o dinheiro chegando na agência e ela aplicar e você pegar o caixa único e segurar o dinheiro, que é o que está acontecendo, em Minas Gerais, e acredito que talvez em outros Estados também. Aí não tem a eficácia. O quê?

O SR. LUIS EDUARDO FARIA (Cedae) – Luis Eduardo. Cedae. Eu não sei se podemos nessa resolução vincular, enfim, que não vai ser do caixa único. Cada Estado vai gerir isso na verdade, acredito eu. Que falarmos isso numa resolução vai ser completamente. Vai gerar até depois, futuramente, se isso aqui for questionado judicialmente.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Então, eu prefiro que coloque da ANA. Porque a ANA eu sei que não fica no caixa único. Parece, já ouvi falar, não tenho certeza. Vocês podem me esclarecer. Por exemplo, no meu Estado não vai ter nenhuma eficácia isso porque o Governo engole todo o dinheiro que vem de cobrança e não coloca nas bacias. Entendeu? Ou coloca a conta gotas. Então, a proposta vai ficar muito bonita para esses casos em que não houver agência de bacia, mas o dinheiro não vai chegar. Então, nesse caso eu prefiro que se deposite na ANA o dinheiro, para o dinheiro chegar na sua finalidade.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Eu não sei se vou conseguir disponibilizar o pensamento. Mais ou menos assim. Eldis Camargo. Luis Eduardo tem razão porque isso é uma questão de cada Estado dessa aplicação e que cada um tem que lutar que isso aconteça. Mas é bom lembrar que esse dispositivo do parágrafo § 2º está ligado com o caput. Essa foi a intenção. No caput do dispositivo do art. 3º que fala o seguinte: “aplicação das receitas que trata o inciso IX”, do art. 4º da Lei da ANA, “será feito de forma descentralizada (...) e na ausência impedimento destas por outras entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos”. Então esses seres pertencentes ao Sistema Nacional que tem, se não tivermos outros meios, que eles vão formalizar isso. Cada Estado tem que pleitear isso, que esses seres façam isso. Entendeu? Eu também tive no começo dificuldade de entender, preferencialmente, até falando com Marquinho aqui, justamente é isso. O cerne da questão está nesse § 6º, que responde a esse preferencialmente e os entes que estão dentro do Sistema Nacional. Deu para explicar?

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL – Paulo Samuel. Comitê de Bacia. Eu não consigo visualizar a proposta do Gustavo em função de que quem vai emitir o boleto, aí questão operacional, é o Estado. O Estado emite o boleto, cobra, e aí repassa para ANA. Esse foi pelo menos o que entendi, a proposta. Porque, bom, o problema dos recursos que chegam no fundo e são encaminhados para o caixa

1011 único, esse é o problema que lá no Rio Grande do Sul acontece e nós, inclusive,
1012 fomos ao Ministério Público para... Porque isso não pode acontecer. Porque é
1013 dinheiro que vai para o fundo, para o sistema e tem que ser aplicado no sistema.
1014 Não dá para pagar folha de pagamento, que é isso que os Estados estão fazendo.
1015 Então, nós encaminhamos, inclusive, lá, só para associar a informação, uma
1016 consulta para a Procuradoria-Geral do Estado que ficaram lá três, quatro, cinco
1017 meses sem se posicionar. E aí, nós fomos fazer uma consulta ao Ministério
1018 Público que questão do recurso do fundo que não está indo para o sistema. Então,
1019 isso é um problema que tem que fazer, mas eu também acho que não é nessa
1020 resolução. Essa era para reger aquele ato que existia, pelo menos foi isso o que
1021 entendi, dentro uma área federal que está dentro de uma área estadual. É isso aí.
1022 Obrigado.

1023
1024
1025 **A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Utilizando o que a Eldis falou, a
1026 respeito dessa menção que ele faz no art. 3º, que será realizado: “conforme
1027 disposto no § 6º do art. 4º da Lei nº 9.984”. Penso que esse § 2º poderia ser
1028 dispensado daqui. Porque o art. 3º diz que a aplicação em áreas inseridas vai
1029 acontecer conforme o que está disposto já na Lei 9984 e lá esse § 6º diz que:
1030 “aplicação das receitas de que trata o inciso tal, será feita de forma
1031 descentralizada por meio das agências de que trata o capítulo tal e na ausência ou
1032 impedimento dessas, por outras entidades pertencentes ao Sistema Nacional”. O
1033 § 1º diz que: “a aplicação dos valores arrecadados respeitará a legislação
1034 estadual”. Então, eu não estou vendo o que esse § 2º agrega de diretriz ao que
1035 está disposto no art. 3º e o que já está disposto no § 6º do art. 4º da 9.984. Então,
1036 eu penso que ele poderia ser tirado daqui. Lívia, o que você acha?

1037
1038
1039 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Gostaria que você explicasse de novo. Porque eu
1040 não aprendi perfeitamente a sua análise aí.

1041
1042
1043 **A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Eu estou seguindo uma orientação que
1044 Eldis falou, que diz o seguinte, o art. 3º fala que: “a aplicação desses recursos
1045 arrecadados com a cobrança será realizada conforme o disposto no § 6º do art. 4º
1046 da Lei nº 9.984”. Vamos lá para § 6º, diz assim, que: “a aplicação das receitas de
1047 que trata o inciso IX será feita de forma descentralizada, por meio das agências de
1048 que trata o Capítulo IV do Título II da Lei 9.433, e, na ausência ou impedimento
1049 destas, por outras entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Gerenciamento
1050 de Recursos Hídricos”. Então, ele está dizendo que vai ser feito pelas agências.
1051 Na ausência dessas, por outras entidades. O § 1º desse art. 3º diz o seguinte,
1052 que: “aplicação desses recursos vai respeitar a legislação estadual
1053 correspondente, conforme Plano de Aplicação aprovado pelo Comitê e os Planos
1054 de Recursos Hídricos”. Então, o comando aqui do § 2º que: “aplicação desses
1055 recursos dar-se-á preferencialmente via agência de água ou entidade delegatária”.

Ele é desnecessário, porque esse comando já está condido no art. 3º quando ele diz que vai seguir o § 6 do art. 4º da 9.984. Esse é o entendimento que eu tenho.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Sonáli, por mim, tudo bem suprimir esse parágrafo.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – O Paulo levantou um comentário que eu acho nós temos que tomar um certo cuidado. Hoje os recursos arrecadados em rios de domínio federal, eles vão para ANA e ANA devolve diretamente para as agências de bacia, inclusive, tem todo um entendimento dentro do Governo Federal que esses recursos não são contingenciáveis, que tem que voltar tudo. Isso aí foi uma batalha muito grande que houve para se conseguir isso. Então, finalmente nós conseguimos. Então, quer dizer, há uma diferença muito clara do que é recurso oriundo de cobrança e recurso oriundo de impostos dentro do Governo Federal. O cuidado que tem que se ter é a ANA pega e devolve. Agora, se devolver para o Estado para o Estado aplicar conforme. Eu acho que fica. Não sei. A impressão que eu tenho é que tem risco de realmente a coisa não chegar lá no Comitê. Então, tem o risco não chegar no Comitê. Então, eu acho que essa coisa, eu acho que poderia... Mesmo pela legislação. Mesmo que há maior boa vontade que tenha o Estado pode aparecer um contingenciamento que não foi feito esse acerto ainda no nível estadual. Acerto nós temos claro no nível federal. Então, eu acho que... Não sei. Talvez colocar alguma coisa de que nós tenhamos uma garantia que esse recurso realmente volte lá para o Comitê ou para área de conservação, que seja, enfim. Mas que volte lá para a bacia hidrográfica. Não vá ser usado, ser contingenciado ou ser usado em outras coisas.

O SR. MARCO ANTONIO (ANA) – Marco Antonio. ANA. É de todo interesse da ANA quando firmar qualquer instrumento de acordo com o Comitê ou com o Estado para repasse desse recurso que ele seja aplicado na gestão de recursos hídricos, naquela bacia hidrográfica específica. Eu acredito que no instrumento que for negociado posteriormente, seja ele com quem for, ou direto com uma agência de água, ou com o Estado ou com outra entidade do Sigrh, isso tem que ficar claro lá mesmo. O que eu proponho ali que o foco ali é seja respeitada a vontade do Comitê na aplicação desse recurso. Então, talvez aquela expressão Estado pode ser suprimida, ficando: “os valores arrecadados respeitarão o Plano de Aplicação aprovado pelo respectivo Comitê e o Plano de Recursos Hídricos da Bacia”. Pois é, do § 1º mesmo que suprimir lá a questão da legislação estadual. “A aplicação dos valores arrecadados respeitará o Plano de Aplicação aprovado pelo respectivo Comitê e os Planos de Recurso Hídricos da Bacia”. Aí, eu acho que amarra bem que esse dinheiro só vai.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Sem polemizar, mas já polemizando. Nada impede que seja contingenciado. Agora, eu posso falar. O Sérgio me corta aqui. *(Risos!)*. Nada impede que seja contingenciado.

O SR. MARCO ANTONIO (ANA) – Existem casos que impede, sim, Júlio. Por exemplo, se a ANA faz esse repasse diretamente para entidade delegatária local, a ANA está repassando aquele dinheiro que sai.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Ele não é usado em outro lugar, mas ele é contingenciado.

O SR. MARCO ANTONIO (ANA) – Aí ocorre o risco até no federal também. Essa batalha é sempre o Sistema de Recursos Hídricos convencendo o Tesouro que esse é um dinheiro destinado especificamente para uma finalidade, que não deve ser contingenciado. Muda as pessoas de Ministério de Fazenda, de Planejamento, sempre estamos trabalhando junto a eles para o convencimento de que esse dinheiro é um dinheiro especial, deve ser retornado para a bacia. Risco de contingenciamento, infelizmente o nosso sistema ainda não conseguiu superar.

O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA) - Só para colocar claro. Um pouco da nossa angústia se reflete no dia a dia nosso. Esse cuidado. Numa resolução nós não vamos resolver problema financeiro de contingenciamento do País. A União passa o tempo todo por isso. Nós não recebemos dinheiro aqui no Ministério do Meio Ambiente. O dinheiro de recursos hídricos da cobrança que é para o Ministério é contingenciado. O Conselho não recebe. Então, é só para... Entendendo a nossa angústia, entendendo que nós temos sim, é verdade, tomar todos os cuidados, tudo que for legal, possível, mas esse cuidado para não extrapolar. Se extrapolar, vai se tornar inócua, não vai passar e não vamos ter resolução nenhuma. Nem uma mais ou menos e não é uma. Porque não é na resolução e nessa que nós vamos resolver, infelizmente, o problema de contingenciamento, em fundos, em várias coisas. Infelizmente. Mas essa questão de estar aí indicado e a ANA puder, na hora que isso passando, ela no instrumento dela, ela amarra um pouco mais ainda, que é o instrumento de repasse. Que tem que ter prestação de contas e etc. Então, nós vamos fazendo o possível dentro do possível. E o respeito federativo, que com todo jeito também temos que ter. Se cada Estado tem a sua Lei Orçamentária, tem a sua lei, isso não é a União que vai interferir nessa parte. Então, é só para nós lembrarmos e tirar. Nós temos aqui também as nossas angústias. Mas ter esse cuidado de como nós vamos colocar, para não perder o instrumento importante colocando coisas que ele não se aplica.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Gustavo, você pediu de novo?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, Fonasc. Eu acho que estou entendendo melhor agora a complexidade desse artigo. Eu acho que poderia realmente tirar isso, como foi sugerido pelo colega, de tirar o: “respeitará a legislação estadual correspondente”. Então, ficaria: “conforme o Plano de Aplicação aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica na unidade de planejamento estadual correspondente”. Quer dizer, eu acho que porque também se pode aprovar pelo Comitê. Comitê aqui não está falando qual deles, então pode ser o federal também. Comitê do Rio Doce.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Se for federal não tem sentido. Não tem Comitê Federal. É o Comitê Estadual aí.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Então, Minas Gerais está lascada porque não tem nem um Comitê que nós temos. Todos são federais. Tristeza. Eu estou concordando também que eu acho dispensável o § 2º. Eu acho que nele está bem amarrado lá na resolução. Está claro então que é pela ANA mesmo. Então, eu acho que esse § 2º é desnecessário.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, só para não termos dúvida. Por enquanto, está sendo retirado o § 2º. Perfeito. Teve um § 1º que teve esse novo adendo. Perfeitamente. Bem, lembrado. Porque como não tem mais o segundo então ele vira parágrafo único. Vamos respirar um pouquinho, olhar. Com isso ficamos com a art. 3º e um parágrafo único. Então, por favor, seguindo aqui agora no art. 4º. “O disposto nesta Resolução aplica-se aos recursos hídricos de domínio da União localizados em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos cuja cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual estiver implementada.”.

O SR. LUIS EDUARDO FARIA (Cedae) – Luis Eduardo, da Cedae. Lívia, você não acha que esse art. 4º é praticamente o art. 1º? Você não acha que talvez pudesse também suprimir? Dá para colocar o art. 4º junto com o primeiro para nós fazermos uma leitura paralela aí?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – É porque agora nós inserimos o parágrafo único. Por isso que ele está bem parecido.

O SR. LUIS EDUARDO FARIA (Cedae) – Exato. Eu acho que ficou igual, praticamente a mesma coisa.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Talvez, se nós puxássemos para o art. 1º só o final: “cuja cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual estiver implementada”. Aí possamos suprimir o quarto. Aí suprime o quarto.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, nós estamos analisando aqui o quarto. Um pedaço do quarto sobe, complementa o art. 1º e o quarto sai. Correto? Vamos dar uma olhadinha, por favor. O.K. Então, por favor, Roseli, vamos suprimir o quarto e o primeiro foi acrescido. Perfeito. Então, com isso o quarto sai, o quinto vira quarto. Vamos ler o quinto, que é o quarto. “A cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos terá início após a formalização do instrumento que atenderá ao disposto no § 6º do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000.”. Em discussão, por favor.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Por que não na data de publicação? Porque é necessária uma celebração de um convênio, um contrato com a Agência Nacional de Águas para delegação dessa competência para órgão gestor efetuar a cobrança. Então, é por isso que nós estamos colocando na formalização desse ato. Está?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – A Roseli colou o § 6º só para facilitar. Está na tela. Para dizer o que esse § 6º diz.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Valor não, é a forma, a formatação jurídica com que vai se dá. É só isso. O valor é do Comitê. Sobe lá. É porque lá no terceiro, se não me engano, fala a questão do preferencialmente, das delegatárias. Lembra que nós discutimos aqui aplicação do recurso? É isso. Está ali. “A aplicação das receitas que trata o inciso IX será feita de forma descentralizada, por meio das agências que trata o Capítulo IV do Título II da Lei 9.433 de 97, e, na ausência ou impedimento destas, por outras entidades pertencente ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”. Mas para que o Estado possa executar essa cobrança, precisa de um instrumento entre ANA e o Estado, um instrumento jurídico. A aplicação de recursos vai se dar preferencialmente por delegatárias ou outras entidades.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, da Fonasc. É o seguinte, eu ainda, embora pareça óbvio o que se entende por recursos hídricos de domínio da União. Por exemplo, no exemplo que a Livia trouxe, ela apresentou duas unidades de conservação federais. Então, considerando que aquela água naquelas unidades seria de domínio da União. Agora, existem aquelas situações que são de áreas que estão juntas as calhas principais dos rios de domínio da União e que

também estão inseridas nas unidades estaduais. Então, está claro que todas essas áreas estarão sujeitas a essa cobrança comum. Esse entendimento, está claro, sobre isso? Ou será que nós precisamos definir o que se entende por recursos hídricos de domínio da União? Para mim, a interpretação é essa. Não sei se estou equivocado, posso até estar. Mas a redação dá a entender isso. Ela não especifica. Então, obviamente o que é considerado de domínio da União são todas as áreas que estão diretamente conectadas. Por exemplo, a calha principal de um rio de domínio da União. Está certo? Estou falando isso porque como faço parte de um Estado interiorano, todos os rios, as calhas principais das bacias são de domínio da União. Então, eu acho que isso precisa ficar claro para depois não haver uma interpretação dúbia. É isso que nós estamos aprovando aqui. Correto?

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Sérgio, se me permite. A divisão das águas entre domínio da União e domínio estadual, ela tem lá a sua definição na Constituição. Mas essa divisão de quem administra, qual curso d'água já vem de portaria, eu acho que do DNAEE, da própria SRH, da própria ANA. Então, esse conceito já está bem definido. Ou seja, os Estados sabem aquilo que estão gerindo e a União sabe aquilo que estão gerindo. No caso das unidades de conservação estaduais, que essa Resolução aqui não abrange porque água lá se refere a água estadual. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, se há uso nessas unidades de conservação estadual, ele já é cobrado. Quem não é cobrado são essas lacunas que foram apontadas pela Resolução. Então, essa Resolução não atinge cobranças em área de domínio estadual. Em qualquer lugar que seja. Mas o Estado já implementou, no caso do Rio de Janeiro, cobranças para as águas estaduais nas unidades de conservação estaduais. Então, já está implementada essa cobrança. Agora, por exemplo, têm Estados que ainda não implementou a cobrança e pode ter unidade de conservação estadual lá. Por exemplo, Rio Grande do Sul não implementou a cobrança. Possivelmente tem unidade de conservação estadual. Não sei se tem algum uso lá. A cobrança só vai começar nessa unidade de conservação no dia que o Estado através do Comitê, do Conselho Estadual, fizer essa aprovação. Então, essa Resolução aqui não tem esse objeto de alcançar unidades estaduais de gestão de recursos hídricos.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)– O que eu quis dizer não é isso. A forma como ela está escrita aqui, ela abrange todos esses outros aí que você falou que estão regulamentados em normas específicas. Se for só para unidade de conservação tem que colocar isso na norma. Embora, eu acho que seja muito pertinente atender as outras especificidades também.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu tenho uma pergunta nesse sentido do Gustavo. Nós já conversamos e da unidade de conservação e de barramentos também, açudes, essas coisas. Isso aí entra nesse... Agora, tem um outro aspecto. Você tem, em alguns casos, rios de domínio da União, que são

pequenos, mas são de domínio da União, dentro de uma unidade do Estado que não... Aqui, nesse caso entra esses rios também?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Só para ficar também isso. É importante ficar cada vez mais claro. É isso mesmo. Quer dizer, onde a União tem um domínio e não cobra, porque não tem Comitê, não tem, e o Estado já faz a gestão. Para que não tenha diferenciação e tenha isonomia de cobranças, o Estado atua até que a União, no caso atue. Enquanto a União não atuar, o Estado atua. A União passou a atuar é um direito da União. É só para cobrir e não ter diferenças e comportamentos diferentes em rios de domínio ou em barramentos ou em açudes, para que todos façam o pagamento correto sobre o uso da água. No fundo, essa Resolução vem um pouco nesse sentido.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Desculpe, Sonáli. Então, eu peço que na nota técnica isso fique muito claro e também na ata da reunião, que isso fique muito claro para depois não ter outras interpretações. Obrigado.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Uma dúvida me surgiu, agora, Sérgio. Com essa interpretação que você fez. Então, a minha dúvida. No momento em que a União se pronunciar a respeito, qual é a condição de contorno que fica, que é forte que vai prevalecer? É o comando que a União der com relação aquele valor a ser cobrado ou o que já estava estabelecido pelo Estado? É a União?

O SR. MARCO ANTONIO (ANA) – O comando é sempre do Conselho Nacional. Esse comando é do Conselho. Então, por exemplo, vamos supor que lá no Parque Nacional da Tijuca, o Conselho decida e propõe ao presidente a criação de um Comitê. Aquele comitê pode rever a cobrança naquela bacia e vai encaminhar para quem? Para o Conselho Nacional. O Conselho Nacional vai revisar o ato dele próprio, que é esse ato aqui. Então, está tudo no mesmo nível. Ou seja, a partir do momento que por alguma circunstância justifica a criação de um Comitê numa área dessa, esse Comitê começa atuar, ele pode propor ao Conselho os mecanismos e valores de cobrança. Quem vai aprovar ou não? O Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Mais ou menos revoga o que estaria estabelecido agora.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – O.K. Entendi. Obrigada, Marco.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu sugiro, pegando o que a Gustavo falou. Porque tudo isso depois vai não ser só encaminhado para o Plenário. Tudo bem. Depois também passa dentro do nosso sistema de análise pela Consultoria Jurídica nossa, o ministro assinar, se for o caso, se for aprovado o Conselho. Eu sugiro para que não tenha dúvida com relação a essa questão da dominalidade, esse negócio todo, que se faça. O pessoal, os advogados principalmente aí, que ajude, porque a Roseli que faria essa. Então, eu acho que é necessário que tenha um fundamento bem feito com relação a isso. O que pode ser feito para nós daí encaminharmos como no nosso como parecer da CTIL. Como parecer da CTIL bem fundamentado legalmente sobre isso. Quer dizer, isso pode ser feito. Tecnicamente, todo mundo entende. Eu acho que todo mundo concorda da necessidade. Mas eu acho que tem que ter um fundamento legal bem claro, para que isso depois não cause problema futuro para devolver o negócio para nós.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Júlio, o Marco está levantando aqui uma questão. Esses considerandos já não dariam uma base mais forte para...

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – É a pergunta que eu faço para vocês que são advogados. Será que isso se isso convence quem for ler?

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Advogado nunca está satisfeito.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Eu sugiro que as coisas que tenham um parecer. Porque nós temos que encaminhar isso para o Conselho. Então, que venha essa coisa muito clara nesse parecer para que nós depois quando formos encaminhar isso para frente não tenhamos problema. Porque, por exemplo, se chegamos no acordo aqui, entendemos e depois não está por escrito. Quem for ler lá na frente não vai saber o que foi acordado aqui. Então, pode ter problema. Eu acho.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Roseli, me coloco a disposição para ajudar no que for necessário.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Precisaria fazer.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Excelente. Só queria. Nós temos sempre ter muito transparência e objetividade. Isso vem cobrir uma lacuna federal, por não atuação federal. É essa a Resolução, ela é para isso. O dia que a União entrar e atuar, é a União que vai atuar. Aí vai ter uma nova concertação

dentro da Câmara Técnica. Que vai desde a criação do Comitê, que é um processo. Então, vai desde de um processo de criação do Comitê Federal naquela área. Aí vai para aprovar no Conselho, Comitê. Vai vir para área de cobrança, como cobra, como não cobra. Então, nós temos que entender isso. Então, enquanto a União não atua, essa Resolução garante isonomia de cobrança de uso de recursos hídricos. Mesma coisa. O dia que a Lei do SNUC for regulamentada nos seus artigos de cobrança em unidades de conservação federais, também nós vamos fazer uma nova concertação, porque é uma lei própria e tem a sua regulamentação já prevista sobre cobrança de recursos naturais dentro de unidades de conservação, que não está regulamentado. Então, por isso também não se cobra. Então, é para ficar muito tranquilo e entender o tamanho do nosso passo. Podemos ter outros dependendo da dinâmica, mas isso ajuda em muito no entendimento, para que as pessoas entendam e tenham uma isonomia sobre a recursos hídricos e cobranças de recursos hídricos. Por favor, temos aqui conselheiro Wilson. Conselheiro Wilson mandou para nós uma contribuição, ele não está aqui, mas está com representação. Mandou uma pergunta. Ele coloca no quinto, que hoje é o quarto, no artigo, dizendo: “formalização do instrumento”. Ele pergunta, qual instrumento que se refere o artigo?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Isso vai ter que ser visto entre órgão gestor e a Agência Nacional de Águas. Aí, pode ser um convênio, pode ser um contrato. É um instrumento jurídico que as procuradorias vão chegar a um consenso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Nós entendemos, claro, estamos manifestando a observação do conselheiro. Mas nós entendemos que também nos alvoramos a colocar o tipo de instrumento, nós vamos estar nos amarrando. Isso pode dificultar a nossa vida. O instrumento melhor é uma concertação entre a ANA e o órgão gestor. É uma atribuição. Vai ser, lógico, consensado melhor instrumento possível. Então, mas nós colocamos aqui. Fica em ata a pergunta do conselheiro e a resposta. Colegas, com isso, eu acho que encerramos. Não? Está aberto. Perfeito. A ementa.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sonáli. Eu acho que precisamos olhar para essa ementa. Porque a minuta de resolução, no meu entendimento, ela não está definindo valores, ela está dando diretrizes para definição desses valores. Ela também está definindo forma de aplicação dessa cobrança. Então, eu acho que a ementa, da forma como está aqui explicitada, ela não está expressando o objetivo. O que essa minuta de resolução está propondo.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, com isso nós teríamos que fazer uma nova redação. Melhorar a redação da ementa. Por favor.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Na verdade, ela define valores. Assim, como é uma área federal, está assumindo os valores da área estadual. Então, ela define valores quando ela fala dessa forma. Só essa observação. De resto.

O SR. MARCO ANTONIO (ANA) – Talvez só caiba, Livia, colocar: “e outros procedimentos”. Como você ressaltou, ela além de definir, estabelece os procedimentos. Então, talvez defina os valores, conforme está lá, e no final: “estabelece outros procedimentos”. Que abarca os outros procedimentos que ela está fazendo.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Pode ser também. Eu tinha pensado nesse define valores e no final colocar: “e sua forma de aplicação”. Mas eu acho que o Marco colocou é mais abrangente.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mais ou menos na linha da última colocação da Sonáli. Só que eu colocaria: “define a aplicação dos valores”. Porque você pegar todos os artigos aqui, tirando o primeiro, todos falam: “aplicar-se-á”, “a aplicação dos valores”, “a aplicação dos valores”. Está certo? Porque, na verdade, ela não aplica os valores. Ela não define os valores. Ela não define. Ela define como ele vai ser aplicado.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Livia, outra dúvida. Você falou que a resolução está definindo os valores, mas em que artigo ela está dando esse comando? Porque no art. 1º, olha lá diz.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – “Definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas inseridas em unidades estaduais de gerenciamento, cuja cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual estiveram implementadas”.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sim. Mas qual é a definição?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – No art. 2º vem: “aplicar-se-á para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, em áreas inseridas (...), os mesmos mecanismos e valores definidos na bacia hidrográfica para cobrança pelo uso de recursos hídricos”. Ela definiu. Ela assumiu os mecanismo e valores estabelecidos na cobrança estadual.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – O.K.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Tem o valor. Foi o Estado que definiu o valor. Foi Estado que definiu o mecanismo. Ela definiu porque é uma área da União. Ela está assumindo aquela definição estadual para si.

O SR. LUIS EDUARDO FARIA (Cedae) – Luís Eduardo, Cedae. Estou entendendo, assim, o ponto deles. Eu acho que quando falamos define valor, parece que tem que está escrito na resolução o número: R\$ 2,00 (dois reais), R\$ 2.000,00 (dois mil reais), R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Isso não está escrito. Mas como nós aqui efetivamente estamos falando de uma definição de forma de cobrança e qual a forma que isso, como isso vai ser cobrado, talvez seja... E aí, quando você se decepcionara com a Resolução, você não vê número, como em muitas leis você vê números. Vai ser tantas UFIR, tantos reais e etc. E aqui não tem isso. Talvez colocar a forma como isso será cobrado.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – É porque a forma remete muito a questão da metodologia. E aí, nós estamos aprovando só a metodologia. Nós estamos aprovando PPU também. Nós estamos aprovando valor. Não é porque não tem o numeral ali que deixamos de aprovar o valor. O valor foi aprovado pelo Comitê Estadual e está sendo por nós, Conselho Estadual, assumido. Nós estamos dizendo que nós corroboramos com aquele valor que o Comitê Estadual aprovou. Assim, é só porque foge da nossa rotina, do nosso normal. O normal é ter um número. Mas ali se eu colocar um número, eu engesso. Porque a ideia é que ela valha para o País inteiro. Então, cada lugar vai ter uma cobrança diferenciada, de acordo com a sua realidade local. Para mim, me parece, que ela está definindo valores sim, de forma clara. Tem que estar ali a definição de valores.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, Livia antes de passar para o Gustavo. Só para tomar um cuidado que não é semântica não. Se não colocarmos que está definido, quem define valor é o Conselho. Vai ter que voltar para cá. Ou nós assumimos que aquele valor está definido que é do Estado e nós assumimos ele. Porque quem define valor é o Conselho. E aí, nós vamos ter que voltar para cá. Aí, nós vamos ter que analisar cada cobrança, de cada Estado? Para dizer que concordamos com ela ou não? Então, ou nós assumimos que o valor. A União assume aquele valor como definido e aí o instrumento. Se não nós vamos estar ajudando. Nós vamos criar um imbróglio de trazer coisas estaduais para dentro do Conselho.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, da Fonasc. Talvez o verbo ali deveria ser “incorporar”. Porque não é definir. (*Intervenção fora do microfone. Inaudível*). Então, nós temos que explicar melhor. Porque eu acho o seguinte, a redação tem que ser muito clara. Por mais claro que isso esteja na cabeça de alguns de nós, para uma pessoa que vai ler a norma, ele não vai entender dessa forma. Então, eu acho que a norma tem que ser escrita de uma maneira que fique muito compreensível. Então, você pode falar, assim, definir valor não é quantificar, é outra coisa. É um conceito, vamos dizer assim, mais abrangente. Mas a redação tem que traduzir esse conceito. Da forma como que está aqui, eu não estou sentindo firmeza nessa redação. Entendeu? Então, eu acho que, assim, não está clara, vamos então melhorar a redação para que fique claro para quem vai interpretar a norma. Até colocaria: “a valorização”. Entendeu? Do que o valor. “Definir a valorização”. Porque o valor geralmente remete a quantitativo, no senso comum das pessoas.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Aberta à palavra para que possamos ter clareza e tranquilidade para avançar, com os cuidados apontados de que a resolução. Se não tiver muito clara, ela volta para o Conselho para entrar num outro debate.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Gustavo, depois da explicação que Lívia deu e o Marco também. Lendo novamente esse art. 2º, eu acho que essa....É porque o início do art. 2º vem com: “Aplicar-se-á para a cobrança (...) os mesmos mecanismos e valores definidos para bacia hidrográfica para cobrança”. Eu acho que isso, da forma como está aqui explicitado, atende a essa preocupação. É porque nós tendemos a não perceber isso por conta do início da frase, de como está escrito esse art. 2º. Mas eu estava pensando aqui em como reescreve-lo e não encontrei outra forma não. Eu acho que está de bom tamanho.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vamos pensar um pouquinho para nós podermos passar com tranquilidade, sem ter nenhum problema e nenhum trauma. Gustavo, está desconfortável, muito? Não. Não. Eu acho que nós estamos aqui para colaborar, para tirar o desconforto. Lógico que a nossa função é essa.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Não é um artigo só. Verdade.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Tentar todo mundo ficar.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Sempre ficar todo mundo confortável possível.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Como sugestão não poderia ser ao invés vez de “definir”, “constituir”?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Eu existo no verbo “definir”. Eu existo no verbo: “definir valores”. É a nossa competência, enquanto conselho. Está?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Como Gustavo não está tão, não está conseguindo e foi companheiro no sentido de entender as nossas dificuldades.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Com essa emenda, a ementa ficou bom, com a aplicação lá no final. Tinha que ter isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Ótimo. Perfeito. Colegas, então vamos.

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Tem uma sugestão aqui, Sérgio. Na ementa colocar: “definir valores e mecanismo de cobrança”. Porque no art. 2º fala: “valores e mecanismos”. “De cobrança pelo uso da água”. O art. 2º fala: “definir os mecanismos e valores de cobrança”. Só alterar a ordem. “De cobrança pelo uso de recursos hídricos”.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vamos lá. Dando uma leitura, mais uma, que sempre é bom. Aperfeiçoar sempre é bom. O.K. Podemos dar como consenso da Câmara Técnica e aprovada essa minuta de resolução para ir para o Plenário? Então, agradeço. Muito obrigado. Ótimo. Está aprovado. Que se registre que a Câmara aprovou essa resolução.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Desculpa. Já na prorrogação aqui. É que o recurso hídrico não é inserido numa área. Volta para o caput, por favor, Roseli. Ele não é inserido em unidade estadual. Na verdade, ele flui por ali, ele nasce por ali. A redação do art. 38 fala o seguinte que: “os comitês têm a prerrogativa de propor aos Conselhos Estaduais valores, mecanismos, uso significativo (...) em sua área de atuação”. Se trouxermos esse termo ao invés de inserir, não fica melhor não?

A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Ney, esse termo “inseridas circunscritas”, já deu muita discussão na CTCOB.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Ou em área de atuação, fica igual ao que está no art. 38.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Eu proponho, como presidente da CTCOB, manter o “inseridas”, que foi o que foi discutido lá.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Tudo bem. É só um preciosismo aí. Peço desculpas.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, vamos lá. Seguindo realmente. Encerrada a discussão. Agradeço. Essa minuta fica aprovada na CTIL. Vamos passar para o próximo ponto de pauta, por favor. Vamos ao nosso item 5 da nossa pauta. [Proposta de resolução que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, que trata a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança, CTCOB.](#) Por favor, Lívia.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Bom, esse assunto surgiu na cobrança do Paranaíba, que foi a última cobrança analisada por este Conselho. Na nota técnica que a ANA fez para cobrança do Paranaíba, ela sugeria a criação de um índice de correção, de conservação de valores, para cobrança que estava sendo proposta. Porque era uma cobrança muito abaixo do necessário para a bacia. A CTCOB, naquele momento opinou pela criação de um índice. Isso veio para esta Câmara Técnica. A CTIL opinou pela não inclusão do índice, naquele momento, por ser uma resolução específica. O assunto foi para o Plenário com as duas posições das Câmaras Técnicas destoantes. O Plenário opinou por não colocar um índice naquela resolução específica, mas demandasse a CTCOB que estudasse a criação de um índice de conservação de valores, que fosse uma resolução geral, uma normatização geral para todos os Comitês Federais. E aí, o assunto voltou para o CTCOB então. Foi uma discussão intensa. Mas chegamos a uma proposta de Resolução, que está posta aí, da criação de um índice de conservação de valores, para todos os Comitês Federais. Eu acho que podemos abrir a discussão, Sérgio, e aí ir passando. A cada detalhe que for surgindo porque realmente é uma discussão muito densa, que muitas pessoas que estão aqui participaram, na CTCOB. Então, com certeza tem contribuição. A parte do mérito foi bem discutida na Câmara Técnica. Enfim, vamos ver a parte legal. A Câmara Técnica propôs isso. Não vamos entrar no mérito da legalidade ou não de criação de um índice. Vamos deixar este assunto para a CTIL, apesar da ANA ter apresentado para CTCOB um parecer da Procuradoria da ANA apontando pela legalidade da criação desse índice. É esse o espírito que a CTCOB tem na

reunião de hoje. Discutir a legalidade. Entendendo que o mérito foi discutido na Câmara Técnica, na CTCOB.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Obrigado, Lívia. Vamos começar desde o caput, a leitura. Pois não, identifique, por favor.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – José Quadrelli. Da CNI. Primeiro, parabenizar pela eleição. Nós contamos com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, fazendo a função mesmo dela, aqui no Conselho. Já deixar registrado também que seria muito interessante, na CTIL, nós contarmos com a CONJUR do MMA aqui presente. O pessoal jurídico aqui, trabalhando para auxiliar nessas questões, que muitas vezes, nem todos aqui são advogados e surgem algumas questões. O Júlio Tadeu não está aí, mas queria registrar os parabéns a ele. Apesar das discussões ferrenhas e muitas vezes calorosas, sempre o respeito imperou. Ele fez um excelente trabalho. Bom, a primeira coisa que o setor industrial quer colocar é, baseado na legalidade, é dessa resolução não ir para frente. Por quê? Primeiro, porque a resolução fere um princípio da descentralização, onde na Política Nacional de Recurso Hídricos se põe a descentralização como um fundamento. Essa descentralização joga para o Comitê e para agência delegatária, a responsabilidade de fazer estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, para estabelecer os valores a serem cobrados. Esses valores são pactuados, conforme a Resolução 48 do CNRH, pelos usuários. Vem para deliberação do Conselho que, entendendo a descentralização e entendendo que o melhor princípio é do acordo condominial, não tem refutado as propostas de valores a serem cobrados. Então, nós entendemos que essa resolução vai ferir a legalidade. Então, como essa é uma Câmara Técnica Institucional Legal, nós temos que fazer: primeiro, a apreciação, se ela vai ferir ou não a legalidade do processo. No entendimento da CNI, do Setor Industrial, nós vemos isso como ilegal. Assim, como teve um parecer proposto do MMA, pela Procuradoria-Geral da ANA. Teve um parecer do Estado de São Paulo, que tem legislações próximas, com algumas pequenas divergências a legislação nacional, onde o parecer diz que apesar de ser viável, tecnicamente, ele fere o princípio da descentralização e fere o princípio do acordo condominial. Porque eles tentaram fazer lá no Conselho Estadual também esse reajuste automático. Então, nós colocamos como proposta para essa Câmara avaliar a pertinência ou não dessa legalidade da Resolução.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, está registrada a posição da CNI, que é contrária a Resolução pelo mérito da ilegalidade. Continuamos abertos. Antes de passar para... Gustavo, você pediu?

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Na verdade, é pela aceitação ou não da Resolução na CTIL. A CNI propõe que ela seja votada para ser.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Mas a posição da CNI é pela rejeição. Mas ela coloca que antes de se colocar a análise, se vote primeiro. Se aceita a admissibilidade da Resolução ou não. Perfeito.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Só pela questão legal. Só isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Então, vamos abrir. Como precede qualquer leitura da Resolução. Nós vamos ter que primeiro admitir ou não a Resolução. Então, o debate é sobre isso e não sobre o conteúdo. Perfeito, está aberto o debate.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Presidente, eu quero discordar da CNI. Aqui falando, Gustavo, pela Fonasc. Porque me parece que o art. 1º da Lei 9.433 define que a água é o bem de valor econômico e finito. Então, se ela é um bem de valor econômico e está sendo utilizado por muitos segmentos, que não congele os seus preços, ao contrário de vários Comitês. Não vejo sentido em nessa suposta ilegalidade. Então, eu acho o seguinte, se esses setores que não querem ter os preços atualizados, não praticam o mesmo em relação aos bens que produzem. Eu acho que cai por terra essa argumentação.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Direito de réplica.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Na verdade, a réplica vai estar aberta para o diálogo. Fique tranquilo.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – O meu argumento. O setor entende o art. 1º da 9.433. Mas o setor entende que quando vai se definir um valor, pelo Comitê de Bacia, é feito um estudo de viabilidade técnica, econômica e financeira. É feito um Plano de Recursos Hídricos para aquela bacia com planejamento temporal de longo prazo. Então, você já tem todos os aspectos de que aquele valor a ser cobrado vai ter que perdurar por esse horizonte de planejamento. Logo, se eu não defino no plano, ou não entendo que no plano, eu preciso reajustar esse valor para que ele não perca o valor real dele, ele está comprovado ali por estudos. Porém, é comprovado, com todo respeito ao meu amigo da Fonasc, que nos Comitês de Bacia onde se propõe o reajuste, porque é necessário que se tenha um valor maior para que o plano seja aplicado, ele tem passado. O setor tem

concordado com isso. Eu vou abrir a palavra aqui para o meu companheiro da FIESP, Alexandre, para ele complementar essa questão de que o setor é contra a imposição pelo Conselho desse reajuste. Nós entendemos que se esse reajuste for definido no âmbito do Comitê, sim, foi um acordo condominial que nós vamos ter ali reajuste anual. Tanto é que em algumas bacias foram progressivos o valor da cobrança. No primeiro ano se cobra tanto, no segundo ano tanto mais isso e tanto mais aquilo. Em outros não. Por quê? Porque o valor reflete o Plano de Gestão de Recursos Hídricos para aquela bacia. Então, ele já prevê quantas eclusas eu vou construir, quantas estações de tratamento nós vamos fazer. Qual a previsão de construção desses? Três anos. Então, durante três anos esse valor vai ser tanto. Entende também o setor, que esse valor pode baixar. Porque depois que eu faço toda a aplicação do recurso no plano. Eu revisito aquele plano e vejo que cumpro aquelas coisas. Aquele valor inicialmente cobrado já não vai ser necessariamente o mesmo, por quê? Porque tudo aquilo que eu já vinha fazendo, já tinha no planejamento, eu realizei. Então, esse valor pode baixar, como ele pode aumentar. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, volta a repetir, ele tem entendido que o que é decidido no Comitê tem uma razão de ser. Tanto é que nas últimas aprovações das cobranças, o máximo que o Conselho faz é pedir que o valor seja revisado depois de um período temporal.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Gustavo, Fonasc. Eu acho que você colocou uma questão que é importante. A questão do plano. Suponhamos que nós tenhamos que fazer reajuste a cada novo plano. Então, você imagina o tamanho do reajuste que seria, se fosse contabilizar toda a valorização do bem em relação ao valor econômico dos bens que dependem do bem, que é a água. Isso se tornaria impraticável o reajuste da cobrança. Então, eu acho que o reajuste da cobrança tem que ser anual, como tudo no Brasil é ou em outros países talvez também. Tudo é reajustado. Às vezes, nem anualmente. Eu acho que essa questão, assim, se o bem é um bem de valor econômico e ele é um insumo subvalorizado, inclusive, na cobrança; Porque a cobrança não considera vários aspectos do uso da água, geralmente. Cobra-se os valores, muitas vezes ridículos. Eu acho que o mínimo que nós temos que assegurar é que essa cobrança possa ser reajustada. Eu acho que esse conceito de condominialidade também não pode ser entendido como pacto dos usuários para evitar de pagar o que eles usam. Isso eu acho um conceito um pouco, vamos dizer, perigoso, no sentido que só deve ser resolvido entre os usuários ou grandes usuários.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – José Quadrelli, da CNI. Eu concordo com alguns pontos da sua fala, mas eu volto bater na legalidade. O art. 8º da Resolução 48 diz que: “acordados nos Comitês de Bacia Hidrográfica”. A Resolução fere esse acordo quando ela impõe, estou dizendo a resolução, a Resolução impõe um fator de correção. Ela não sugere que os Comitês ao formarem o seu preço considerem o fator de reajustamento anual. Ela impõe que a todos os Comitês de Bacia que já estão contemplados com o valor da cobrança, que seja aplicado esse valor. Ela vai mais além da ilegalidade, por quê? Porque

ela faz uma retroatividade ao valor já estabelecido anteriormente. Outro ponto, a ANA entende a descentralização, tanto entende a descentralização que o primeiro pleito dela foi no Comitê. Ela foi vias normais. Agora, ela vem ao CNRH. Então, como nós falamos definir. Eu já vou liberar a palavra, Ney. Desculpa. Como nós falamos em normas gerais, ela teria que trazer normas gerais e não imposição.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor. Mas têm outros membros que querem fazer o uso. Respeitamos que é um embate interessante. Não é isso. Todos vão falar quanto precisar. Eu só não queria que polarizasse. Nós damos uma rodada e volta. Eu tenho uma nota do conselheiro Wilson. É importante porque ela já entra no mesmo mérito. Então, para depois ter que ler e voltar. Eu vou ler a nota do Wilson. Pois não, diga no microfone, por favor.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Ney Murta, da ANA. Sem entrar ainda no mérito da questão, Quadrelli. O conselheiro apresentou uma proposta de admissibilidade ou não aqui na CTIL. Assim, eu queria manifestar, com todo respeito pela posição, um estranhamente, Quadrelli, em relação a essa proposição. Porque o segmento natural é de que a matéria, uma vez delegada pelo Plenário do Comitê a uma Câmara Técnica, no caso a CTCOB, na sequência passa para a CTIL analisar o conteúdo da resolução, a legalidade do conteúdo da resolução. Não sei se entendi mal. A sua proposição é de avaliar se a CTIL vai se debruçar sobre isso ou não, ou se vai interditar o debate antes mesmo de fazer isso. Quadrelli, esclarece para nós. Porque se for para nós discutir já a resolução, nós iniciamos os trabalhos. Se o meu entendimento estiver correto, eu entendi que você propõe que nós já avaliemos se admite ou não a matéria para ser avaliada aqui.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Sim. É justamente isso, Ney. Porque é uma Câmara de Avaliação Institucional e Legal. Ela não avalia somente a legalidade dos artigos e do conteúdo proposto na resolução. Ela também avalia se ela vai ferir algum princípio legal. No entendimento da CNI. Então, assim, o parecer jurídico que nós tivemos da CNI, da FIESP, tomando como base também o parecer da Procuraria-Geral de São Paulo, nós estamos entendendo que ela fere o princípio da descentralização e do art. 8 da Resolução 48. Então, por isso, ela não pode prosseguir o debate aqui. E aí, o encaminhamento posterior a isso, aí nós teríamos que ver se devolve para o CNRH, se devolve para CTCOB, se cria o Grupo de Trabalho. Aí é outra coisa. Mas quando eu coloquei de admitir ou não na CTIL é porque eu estou pegando só pelo lado legal da coisa. Está?

O SR. NEY MURTA (ANA) – Só para entender a proposta é interditar ou não o debate aqui, baseado na alegação de ilegalidade. Está bom. Estranho, mas.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vamos lá. Mas estamos nesse processo. Vamos dar uma rodada aqui, por favor. Com a procuradora.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Eldis Camargo. Pensando então que estamos aqui debatendo a legalidade, eu vou colocar o primeiro ponto. Dois fundamentos que foram levantados, tanto pelo CNI como pelo Gustavo. Nós estamos diante do fundamento primeiro, de descentralização e, o fundamento segundo que é a questão que a água tem valor econômico. Quando nós temos dois princípios de direito, dois fundamentos, o que nós usamos? Nós usamos a ponderação. A ponderação nos manda falar o seguinte, em todos os segmentos brasileiros e mundiais, existem uma correção porque tem uma defasagem. Isso é um oferecimento que se dá, a coletividade para que ela possa acompanhar o caminho que a nação, que o país caminha. Então, nós estamos dando de dois. Então, a legalidade aí. Nós vamos ter que pensar qual legalidade que nós vamos usar nesses fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, só compreendam. Todos vão voltar, Gustavo e colega da CNI. Mas se tiver mais alguém. Chico acho que pediu também. O Chico tinha pedido. Vamos dar uma rodada e voltamos para vocês. Não tem problema nenhum.

O SR. FRANCISCO LAHOZ (Consórcio PCJ) – Eu gostaria de manifestar o seguinte, esse assunto foi discutido com bastante cuidado e zelo na CTCOB. Eu fiz uma manifestação na CTCOB, que eu gostaria de repetir aqui. Se a primeira questão que nós estamos discutindo é se essa Resolução deve ou não permanecer, com certeza eu afirmo que ela deve permanecer. Por que ela deve permanecer? A minha experiência pessoal, de membro da CTCOB, desde o seu início, eu acompanhei a criação da cobrança no Paraíba e no PCJ. Fui o presidente da agência por cinco anos. Diria para os senhores o seguinte, ao final do quinto ano eu não estava conseguindo gerenciar a agência com 7,5% (sete inteiros e cinco décimos) dos valores da cobrança. Porque existiam segmentos lá dentro, que eram totalmente contra qualquer tipo de reajuste e permanecem hoje, independente de qualquer coisa. Eles mudam os discursos, mas são sempre contrários. Quando nós pensamos em reajuste no PCJ, não foi simples não. Foi algo de extremo desgaste. Então eu diria o seguinte, se nós temos um Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos ainda fragilizado, em implementação, com alguns Comitês Federais conseguindo manter a cobrança. Eu entendo que essa Resolução, sim, deve prosseguir. É claro, não estamos entrando ainda no conteúdo dela. Nós estamos no mérito dela. Deve prosseguir sim, por quê? Todas as vezes que se falar no Comitê em reajuste, vários segmentos vão ser contrários e vão provocar dois, três, quarto, cinco anos de discussão e vão conseguir o que parece que segmentos desejam, inviabilizar a cobrança. Então, pela viabilidade da

cobrança, que é necessária. Eu diria que deve permanecer essa Resolução, sim. Depois o seu conteúdo terá o momento que nós observar. Só isso. Obrigado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vamos aqui, por favor. Vamos rodar. Tarcísio, Paulo e colega da CNI.

O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (SEAB/PR) – Eu quero levantar uma questão. Tarcísio, da Secretaria de Agricultura do Paraná. Eu só quero levantar uma questão de ordem burocrática. Eu não vejo como uma outra comissão, um outro ambiente que define que tem que ser encaminhado um processo e, de repente esse processo chega aqui e fala: “não. Ele”, não sei nem como fala. Não meritório, como mérito. Em termos de conteúdo, não tem como nós dizermos, assim: “não. A sua proposta não é válida. Nós não queremos analisar a sua proposta porque ela é inconstitucional ou é alguma coisa”. Houve um processo. A cobrança encaminhou o processo. O Comitê de Cobrança encaminhou o processo e cabe a nós, sim, analisar. Nós temos que analisar. Não tem porque falar não. O que vocês falaram não vale. Fica muito estranho de nossa parte contestar um outro Conselho que trouxe o mérito aqui para discutirmos. E dizemos: “nós não vamos discutir partindo do princípio de que isso não é constitucional. Nós não queremos avaliar isso”. Eu acho que, assim, o argumento para não dizer que ele não serve como continuidade é muito pequeno. Nós temos, podemos até levar isso em frente. Mas teria que ser, assim, quase que por unanimidade. Todo mundo achar um absurdo isso ter entrado aqui para ser analisado. O que pelo que nós já vimos aqui não é bem isso. Então, assim, eu acho que por uma questão burocrática nós devemos sim acatar qualquer conselho que mandar para cá uma proposta e nós vamos avaliar legal e institucionalmente. Era isso.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL – Paulo Samuel. Comitês de Bacia. Bom, nossa posição, ou seja, a posição dos Comitês de Bacia. Nós temos representante na CTCOB, cujos relatos eu estou com ele aqui. É praxe nosso. Nós levamos esse tema para discutir na última reunião do Fórum Nacional de Comitês de Bacia em Aracajú. Colocamos esses Comitês onde estão representados, não 100% (cem inteiros), mas 70% (setenta inteiros) dos representantes dos Comitês do Brasil, através dos seus fóruns. Na nossa visão, também jurídica, onde nós consultamos a questão, alguns Comitês e algumas agências que têm o seu setor jurídico. A posição é de que é legal sim. E aí, eu gostaria de fazer um paralelo com todos e, o colega já falou, mas não essa questão da água. É a questão de todos os produtos, de todos os insumos. Sou da área de saneamento. Nosso imposto de renda todo ano se tem reajuste. Nós precisamos ter índices, nós precisamos definir, ter algumas definições. Eu comecei lá como segundo suplente no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós passamos agora a titularidade. Eu tenho aprendido muito. Porque eu também venho lá da ponta, fui presidente e vice-presidente de Comitê de Bacia. Nós atualmente estamos na vice-presidência do Comitê de

Bacia do Rio Gravataí. Ver que a dificuldade de trabalhar e de aplicar recursos nos Panos de Bacia. Eu vou ser bem claro, eu tenho dito. Nas Plenárias cada um defende o seu setor. Nós somos amigos para tomar água, para não dizer tomar cerveja depois da reunião. Aqui cada um defende o seu quinhão. A nossa posição é que é legal e deve ser descuido, em função de que nós. É um absurdo. Eu estive numa reunião. Sou tesoureiro da ABES do Rio Grande do Sul. Sou tesoureiro da AIDIS, Associação Interamericana de Saneamento. Nós lá como tesoueiros reajusta todo ano, inclusive em dólar, as anuidades. Eu estou fazendo parênteses. Reajustamos em dólar sim. Então não tem porque nós não. Se fosse um grande valor o metro cúbico da água. Então, assim, nós estamos no processo, lá no Rio Grande do Sul, lá no Dmae, questão da privatização. Nós pagamos a água mineral R\$ 4,00 (quatro reais). Nós pagamos o metro cúbico da água tratada, da água tratada, um valor, no caso Porto Alegre, R\$ 3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) mil litros. Então, eu estaria pagando a garrafinha R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Então, o que eu quero dizer. Para nós é um absurdo não pensar num reajuste, num valor que é 000 (zero, zero, zero) centavos o metro cúbico. Bom, nós sabemos que tem setor que é contra. Lá no Rio Grande do Sul nós somos bem claro e sabemos quem é contra. O Setor da Agricultura é contra pagar. A Indústria, o Setor de Saneamento vai pagar e sabe que vai pagar e está trabalhando para pagar. Eu represento a população, então não tenho problema em falar e denominar, Eu acho que essas coisas estão faltando um pouco. Nós temos que carimbar quem é quem no sistema para podermos andar. Não podemos segurar esse. Era essa a minha contribuição. Nós somos a favor a discussão dessa matéria. Obrigado.

O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP) – Alexandre. Na verdade, esse assunto é de fato. Nós estávamos nessa mesma posição, aliás, na CTCOB durante algumas reuniões. Primeiro, eu acho que nós temos consenso entre nós. Falando um pouquinho do Setor Industrial. Quanto a cobrança, acho que o Setor Industrial não tem absolutamente nada contra a cobrança, pelo contrário, tem apoiado e votado favoravelmente. O que nós estamos discutindo aqui é a questão da correção automática desses valores, e não quanto a um instrumento. Eu acho que há um consenso no setor quanto a essa questão. Agora, na CTCOB, ou seja, surgiram diversas questões jurídicas justamente nós não se debruçamos com profundidade, até pelas competências da Câmara justamente para numa etapa, talvez seguinte, se superada a admissibilidade aí, nós possamos de fato se debruçar. Mas basicamente tem dois pontos aí que nós olhamos um pouco. O colega até disse da questão do reajuste das mensalidades. Mas com certeza ele aprova em algum lugar depois. Ou seja, não é de cima para baixo. Ou seja. Quando o Chicão fala também das dificuldades, esse é o jogo a ser jogado. Ou seja, quando vamos lá para o Comitê de Bacia. Nós quisemos uma política, o Júlio falou bastante no espírito da lei. Quando vamos lá para o Comitê de Bacia esse é o jogo a ser jogado, cada segmento vai colocar as suas questões, quando vai buscar o consenso vai através dos votos, enfim. Então, é claro que essas dificuldades vão existir nas diferentes realidades. Então, nós de fato, temos duas questões jurídicas

1973 muito pontuais, até para justificar o pleito nesse sentido. A primeira, é a questão
1974 do princípio da descentralização. A Eldis colocou essa questão. Agora, de fato, a
1975 questão de atualização, que inclusive em alguns Comitês já ocorreram revisões,
1976 inclusive, trazendo as atualizações monetárias no pacote da revisão, o Setor
1977 Industrial não foi contrário. Em alguns lugares sim e outros não. Ou seja, desde de
1978 que pactuado lá no Comitê de Bacias, isso venha para o Conselho na forma de
1979 revisão, não há nenhum problema. Eu acho que nesse sentido o setor não se
1980 manifesta contrário, desde que o pacto lá no comitê seja mantido. Esse é o
1981 espírito da legislação, da Resolução 48, do restante. Então, esse é um primeiro
1982 ponto. O segundo ponto, é a questão da retroação. Ou seja, veja, nós estamos
1983 aqui expressando muito, como o colega ali, os Comitês disseram, representando o
1984 que a base pensa. Não estamos aqui representando o que eu penso e, sim o que
1985 a base, o setor pensa. A base sente uma grande insegurança jurídica no sentido
1986 da retroação. Ou seja, evidentemente que até o Ney nos provocou na CTCOB
1987 para que nós não travássemos uma guerra de pareceres. Eu acho que nunca foi o
1988 espírito da CTIL e vamos respeitar essa provocação. Agora, de qualquer forma, a
1989 base tem uma série de pareceres. Do mesmo jeito que a Agência Nacional de
1990 Águas tem um parecer favorável. No Comitê de Bacia. No sentido de que a
1991 retroação pode desencadear um processo de judicialização da cobrança, que é
1992 tudo que o setor e, acho que o próprio sistema não quer. O sistema não quer.
1993 Então, baseado nesses dois aspectos, eu queria reforçar a pleito de que de fato
1994 há uma clara insegurança jurídica, principalmente quanto ao princípio da
1995 descentralização.

1996
1997
1998 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Por favor, nosso membro
1999 Gustavo, do Irrigantes, por favor.

2000
2001
2002 **O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA)** – Bom dia a todos. Queria
2003 agradecer o Júlio mais uma vez pela atuação dele ao longo desses anos. Dar os
2004 parabéns ao novo presidente. Que nós consigamos também tratar sempre de uma
2005 forma correta aqui na Câmara. O meu posicionamento é muito parecido com o do
2006 Quadrelli. Nós também achamos que essa desindexação da cobrança é um pouco
2007 fora da legalidade e da intenção da cobrança em si. Que a cobrança, ao nosso
2008 ver, ela vem trazer uma possibilidade de gestão das águas, de forma
2009 descentralizada. Nós acreditamos que é importante. Nós, inclusive. Eu trabalho na
2010 CNA. Nós viemos trabalhando com que os agricultores entre no sistema. Nós
2011 estamos fazendo trabalhos de agregação dos agricultores no sistema. Muitas
2012 vezes, muitos Comitês não têm a participação efetiva dos produtores rurais. Nós
2013 vemos isso como um problema sério, justamente. Porque depois quando vem a
2014 cobrança, sempre vem só a reclamação, eles não entendem o valor da cobrança.
2015 Mas, por outro lado, o que nós percebemos também é uma falta de aplicação
2016 desses recursos em ações efetivas, principalmente, em bacias que estão se
2017 iniciando. Tem uma dificuldade muito grande. Nós estamos discutindo isso em
2018 outras Câmaras. A questão de como se usar esse dinheiro, de como esse dinheiro

pode ser mais facilmente utilizado, sem a Lei de Licitações, que atrapalha bastante, que inviabiliza a questão dos 7,5% (sete inteiros e cinco décimos). Nós vemos que é um dos grandes problemas que tem. Como falou, 7,5% (sete inteiros e cinco décimos) não dá, então aumenta. Sempre é esse mesmo argumento. Então, nós vemos que antes fazemos isso nós devíamos adequar os outros métodos para que o dinheiro que é arrecadado possa ser bem empregado, em ações que efetiva a melhoria, principalmente, de quantidade de água nos rios. Que vemos que é um problema sério. Que o Setor Rural tem uma participação efetiva nesse processo. E que as ações dos Comitês muitas vezes são focadas em ações de qualidade, que é no saneamento. Outro ponto, é que como o colega Gustavo falou também, da questão dos preços. O Setor Rural não põe se o preço, o preço é o de mercado. Então, não podemos falar: “vou vender meu saco de feijão igual ano passado estava, R\$ 400,00 (quatrocentos reais), esse ano está R\$ 200,00 (duzentos reais)”. O valor da água não abaixou esse ano e o café está o mesmo preço do ano passado. Então, isso é mercado. Tem coisa que está mais baixo e tem coisa que está mais cara. Então, isso independente. Outro ponto, é que o Setor de Saneamento, se vocês olharem na conta de vocês, quem paga não é o Setor de Saneamento, quem apaga é a sociedade. Lá na conta que nós pagamos de água tem o valor do custo da água. Então, as empresas de saneamento não gastam nada com isso, pode aumentar todo mês que para eles não têm problema. Quem vai pagar é o usuário, não é o saneamento. Então, nós vemos também, nós apoiamos o pleito aí da indústria de que isso fere um pouco a questão da descentralização. Os pactos devem ser feitos lá na bacia. Nós estamos vendo, reiterados os aumentos aí, agora acabou de aprovar, na semana passada, o aumento lá no São Francisco. Então, essas coisas estão sendo feitas e foram feitas de um ano para outro. Não demorou quatro anos, apesar de ter dez anos de defasagem. Quando eles começaram foi feito o estudo. Nós discordamos de alguns pontos, mas nós concordamos com a metodologia, que tem que ser alterada e tem que ser melhorada. Mas nós discordamos do valor, que vai subir em até 600% (seiscentos inteiros) em muitos casos, na maioria dos casos.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, vamos passar agora para essa mesa, desse lado. Na sequência está Gustavo, da Fonasc. Por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Primeiro, presidente, eu acho que já existe uma clareza aqui de posições. Eu acho que, como é que fala, a possibilidade ou não da discussão, a admissibilidade da discussão, eu acho que já pode ser deliberada. Eu queria fazer três observações. A primeira, é a seguinte, do princípio da descentralização. Eu acho que se nós formos basear nesse princípio, talvez seria bom rever quase todas as normas complementares que o CNRH emite, ver quais delas prescindiriam da descentralização ou não. Eu tenho absoluta certeza de que esse argumento, do princípio da descentralização, ele não tenha o mesmo peso para várias outras normas que estão se colocando aqui no presente caso. Segunda questão, tanto o Quadrelli quanto o Alexandre, e o

meu xará ali, mencionaram a questão da retroatividade. Que eu acho que é uma questão importante de nós discutirmos. Eu, por exemplo, não tenho plena segurança a respeito desse artigo específico. Mas, vejam que vocês já estão discutindo a norma, quando vocês argumentam contra a retroatividade. Então, vocês já entraram na discussão da norma. Que eu acho que é o que nós devemos fazer a partir, espero das próximas falas. Quanto ao valor cobrado pelo CBHs, me parece que esse valor não é baseado em projeção futura. Eu acho que dificilmente os acordos condominiais aceitariam isso. Por exemplo, você tirar uma média dos próximos dez anos, quanto vai custar a água, vai chegar a um valor unitário que é cobrado naquela bacia. Então, tem que ser reajustado. Se é feita a projeção de aumento é porque não tem esse mecanismo de reajuste. Nos lugares em que é feito a projeção de aumento. Então, eu acho o seguinte, eu acho que essa discussão. Aqui, uma única ponderação quanto a redação da proposta, faltou os considerados. Eu acho que ela precisa ter os considerandos. Eu acho que com isso aí você amarra. Eu citaria um considerando, por exemplo, da proposta da Resolução anterior, que nós debatemos aqui, que é o seguinte olha. Não é isso não. “Considerando a competência do CNRH para estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos”, no caso a cobrança. Então, o CNRH não está se arvorando o poder de definir o valor a ser cobrado na bacia, mas apenas o mecanismo de atualização daquele valor que o Comitê vai definir ou que já definiu. Então, eu acho o seguinte, nós não podemos deixar apenas a esse tipo de situação de atualizar preços que em quase todos os setores são atualizados. Você pegar, por exemplo, caso do Setor Rural, em Minas Gerais e alguns Comitês, ele praticamente é isento de pagamento, apesar de ser um grande consumidor de água em algumas áreas. Ele é praticamente isento. Então, eu acho o seguinte, acho que apesar da solidariedade dos Irrigantes ao Setor Industrial, ele já é isento em vários lugares. Então, o que eu acho um absurdo para determinados segmentos do Setor Rural também. Eu acho que como se todos fossem iguais também. Desde um grande Irrigantes ao um produtor familiar, como se tudo fosse a mesma coisa e tivesse a intensidade de uso de água. Eu acho que essa matéria já deveria ser votada aqui, se essa admissibilidade e nós partíssemos para a discussão da minuta.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, agora está inscrito Ney, da ANA.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Vou tentar ser bastante rápido, até seguindo o conselho aqui do meu conterrâneo. Eu queria fazer uma ponderação, Quadrelli, companheiros usuários, em relação a essa alegação de ilegalidade. Se formos buscar na Constituição Federal fala o seguinte: “a água é um bem da União” ou “a água é um bem do Estado”. Então, se a legislação e as regulamentações infralegais atribuem ao Comitê a prerrogativa de propor. E aí, eu faço uma observação em relação ao conteúdo. De propor aos Conselhos Estaduais que

definirão e, o Conselho Nacional que definirá o valor a ser cobrado pelo uso da água, é porque considera que o sistema precisa pesos e contrapesos. A água não é recurso que pertence aos residentes de uma determinada bacia hidrográfica. Não é um bem que pertence aos usuários daquela água, que poderiam se reunirem em condomínio, para resolver problemas locais. A água que pertence a União e aos Estados. É nesse sentido que delega para os Conselhos, Conselho Estadual e Conselho Nacional, a prerrogativa de estabelecer esses valores. Porque os Conselhos com a representação que têm, têm o dever de zelar pelo interesse da coletividade, de ter essa visão da coletividade sobre um bem que pertence também a coletividade. Então, nesse sentido eu digo que o princípio da descentralização, que nós respeitamos, fomentamos e buscamos subsidiar. Ele não pode se sobrepor a esse princípio que é constitucional. Nesse sentido, Sérgio, eu gostar de me unir ao Gustavo e pedir que seja aferido aqui na rede dos conselheiros a admissibilidade da questão. Sobre retroatividade, nós voltamos a falar quando for discutir, se formos discutir o mérito.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Obrigado. Sonáli.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sonáli, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Eu considero que é pertinente sim a discussão dessa Resolução aqui na CTIL. Cabe ao CNRH estabelecer critérios gerais para cobrança e estabelecer também diretrizes complementares. Eu acho que é cabível sim essa discussão aqui. No nosso caso, de geração de energia, é atualizado anualmente esse valor que nós pagamos pelo uso da água, na tarifa atualizada de referência, que é estabelecida pela ANEEL, e atualizada anualmente. Não entendi.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Sonáli, pode terminar o seu raciocínio. Por favor, para gente poder.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – O setor paga. Na verdade, o final dessa cadeia de pagamento estamos nós usuários. Então, na verdade, nós usuários finais da água bancamos e pagamos tudo isso, através de cada segmento. Então, no nosso caso de geração de energia essa tarifa é atualizada anualmente e estabelecida pela ANEEL. EU considero que a preocupação levantada pelos colegas da indústria, com relação a descentralização e a discussão, poderia estar atendida no que está posto aqui no art. 3º dessa proposta de resolução. Que ela fala que os Comitês deverão olhar isso e sugerir ao Conselho. Bom, é um olhar só, não é o olhar. Então, eu acho que é pertinente sim a discussão na CTIL deste assunto e poderíamos já caminhar com isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, Eldis, da ANA.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Sr. presidente, em primeiro lugar, só afirmando aí a nossa primeira posição em relação ao que o Alexandre indicou. Ele entrou no primeiro aspecto do princípio da descentralização e foi contraposto para nós que deveria ser usado o princípio da ponderação em relação ao valor econômico da água, que não foi abraçado pelo senhor. O segundo, a retroatividade, ao meu sentir, nós estamos entrando no mérito já da Resolução. Então, a minha proposta é que nós agora avaliemos sobre a legalidade e a ilegalidade para entrarmos depois ou não no mérito da questão.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Obrigado. Agora, Júlio.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Primeiro, pois é. Desculpe eu não estava presente aqui, mas o Sérgio me transmitiu. Quero agradecer as palavras suas. Depois eu vou ler, está gravado. Pode ter certeza que eu vou agradecer as suas palavras e do Gustavo também. Serviço público nós dificilmente somos elogiados ou, enfim, recebemos uma palavra assim de carinho como vocês fizeram, todos vocês fizeram hoje aqui. Eu agradeço muito isso. Eu queria só fazer um comentário porque, dar um certo histórico rapidinho. Na reunião anterior, que eu já não lembro se foi a última ou penúltima, nós analisamos aqui a questão do Paranapanema. Do Paranaíba. Onde eles tinham um preço e aí tinha sido sugerido que colocasse o reajuste. Eu fui uma das pessoas, que aqui estava discutindo, dizendo que caberia. Porque o preço estava pequeno, enfim, em área sustentáveis, aquela coisa, o argumento. Que cabe a nós aqui do Conselho identificar essas possíveis discrepâncias, tanto para mais quanto para menos. Devolver ao Comitê para que o Comitê se adeque. Falar: “isso aqui está muito pouco, vocês vão quebrar e não sei o quê”. Outros: “está demais”. Então, cabe ao Conselho, através de uma análise, principalmente da análise feita na CTCOB. Também quanto a relação, com relação ao reajuste automático, eu cheguei a comentar: “olha, isso uma vez, transformado isso numa resolução”, como a Sonáli falou que cabe a nós no Conselho estabelecer critérios. “Transformado isso numa resolução”. Quando da discussão, lá interna dos Comitês, dos valores a serem cobrados, os preços, eles já vão ter isso no mérito. Na hora que for discutir fala: “isso aqui vai ser reajustado pelo IPCA”, se for o caso. Isso aqui tem a projeção tal, tal. Ao invés de cobrar cem, o IPCA, eu vou cobrar 80 (oitenta), enfim. É uma negociação que possa haver dentro do Comitê. Então, é o Comitê que sugere esses valores que vem para cá. Eu fico um pouco tranquilo com relação a essa questão da descentralização, que nós não estamos tirando, nós estamos colocando uma regra nova. Mas não estamos tirando a autonomia do Comitê de decidir os valores. Então, eu acho que nesse ponto eu estaria tranquilo. Com relação a essa questão de competência nossa. Os outros, o que consta dentro da... Eu acho que se for, vai ser discutido depois aqui.

2202 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Bom, rodou, foi para mim.
2203 Tenho a incumbência de ler aqui a manifestação do conselheiro Wilson de
2204 Azevedo, que não está aqui. Ele está numa reunião de Comitê e vou ler a
2205 manifestação dele. É a manifestação dele.

2206

2207

2208 **O SR. NEY MURTHA (ANA)** – Desculpe. É uma manifestação prévia a reunião ou
2209 ele está interagindo?

2210

2211

2212 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Ele está se manifestando
2213 quanto a legalidade também ou não.

2214

2215

2216 **O SR. NEY MURTHA (ANA)**– Eu gostaria de perguntar se essa é uma
2217 modalidade de participação em reunião, admita regularmente aqui pelo Conselho.
2218 Geralmente, as manifestações que nós recebemos e tem sido assim, nós
2219 submetemos à Secretaria Executiva, que distribuiu para que todos conselheiros
2220 possam avaliar, debater e se posicionar ao longo das reuniões. Então, me
2221 estranha esse tipo de intervenção externa em tempo real na reunião. Gostaria só
2222 de registrar e questionar a secretaria.

2223

2224

2225 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Está registrada essa fala, mas
2226 o conselheiro mandou para o Conselho. Ele é conselheiro do Pleno e membro
2227 desta Câmara. Eu vou ler. Respeito a manifestação. Mas vou ler como eu li
2228 também a outra dele sobre uma pergunta da Resolução anterior.

2229

2230

2231 **A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ)**– Só uma pergunta, presidente.
2232 Essa manifestação tem a obrigatoriedade de ser submetida aos outros
2233 conselheiros e o prazo disso?

2234

2235

2236 **O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA)** – Desculpa. É um
2237 comentário que está sendo feito por um conselheiro que vai ter a desvantagem
2238 para ele de não estar presente aqui.

2239

2240

2241 **A SR^a. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ)**– Mas ela tem algum tipo de
2242 inserção na nossa decisão?

2243

2244

2245 **O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA)** – Vocês vão escutar. Se ele
2246 conseguir convencer vocês do que estiver escrito.

2247

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Para evitar. Qualquer um pode ler. A pessoas têm. Eu acredito que isso não vai. Entendeu? Eu acho que é só como respeito até pelo conselheiro. Senão eu posso pedir para qualquer um que está aqui, pode ler para ele.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Nós nos reservamos o direito de em outras reuniões também apresentar em tempo real. Mas eu gostaria que você lesse. Obrigado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, vamos lá. Entendemos. Está registrada a posição. Vamos ler aqui. “Em nosso entendimento, os Comitês de Bacias Hidrográficas não necessitam ser tutelados pelo Conselho, mas sim fortalecidos. A retirada desse mecanismo de cobrança, correção monetária do campo de articulação interna do Comitê. Acaba por enfraquecer na medida que diminui a possibilidade de negociação entre os seus membros no processo de definição do valor do PPU. Os comitês necessitam ser fortalecidos e, para isso, necessitam enfrentar, resolver os seus próprios desafios e problemas. Assim, se há falta de recursos financeiros está prejudicando seu funcionamento, assim como a implementação das ações destinadas a melhoraria da bacia, eles têm que ser capazes de adotar as medidas necessárias para solução dessas questões. O que pode passar também pela revisão do valor do PPU. Por outro lado, no arfam de resolver problemas específicos da gestão dos recursos hídricos, este conselho não pode optar por trilhar caminhos que venham aferir os fundamentos da própria Política Nacional de Recursos Hídricos. Por esse, é um perigoso passo rumo a centralização da gestão e a consequente desmotivação para participação dos usuários da sociedade civil, como também do próprio poder público. O nosso voto é contrário a aprovação dessa proposta de resolução, solicitando que esse procedimento seja encaminhado ao Conselho, caso a CTIL delibere por encaminhamento favorável”. Claro que ele como conselheiro vai lá. Se passar é conselheiro, ele vai lá e defender o que for dentro do Plenário.

A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Essa manifestação foi enviada para secretaria quando?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor.

A SRª. ROSELI SOUZA (MMA/SRHQ) – O conselheiro encaminhou para a Secretaria Executiva. O representante Wilson de Azevedo nos ligou na segunda-feira falando da impossibilidade de participar. Informou que iria encaminhar um

posicionamento dele em relação há algumas questões que seriam tratadas hoje. Ele mandou ontem essas propostas.

O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUT (MMA) – Pode ser? Olha, gente, eu acho que a pior coisa que possa acontecer entre nós aqui é não deixar alguém opinar. Então, eu acho que abre um precedente aqui depois perigoso. Então, eu acho que a opinião dele está aqui. Ele, como não está presente, se alguém for contrário, ele não vai poder se defender. Quer dizer, ele está no prejuízo. Botou a opinião dele, como todo mundo teve opiniões contrárias que foram colocadas. Agora, a única coisa que ele não pode fazer, ao meu modo de ver, é votar, porque não está presente. Então, como ele não está presente não pode votar. Agora, a opinião dele está aí. Como é que nós vamos. Não tem cabimento um negócio desse.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Eu acredito que as posições estão muito claras. As pessoas já manifestaram as posições. Está certo? Acredito que nós possamos ir. Se não vamos entrar e vai discutir mérito, se é condicional ou se não é. Vamos votar pela admissibilidade ou não. Se não nós não avançamos. Porque vai voltar a falar. Porque são várias opções.

O SR. SR. NEY MURTHA (ANA) – Está ótimo, Sérgio. Parece-me só uma questão de ordem, porque isso implica na dinâmica da reunião. Eu gostaria de saber se ele estava interagindo em tempo ou se ele enviou tempestivamente à Secretaria do Conselho a manifestação dele. Porque se for em tempo real não acho que seja cabível. Deixa eu concluir.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Chegou ontem.

O SR. SR. NEY MURTHA (ANA) – Então, assim, a reunião é presencial, ao mesmo tempo que ele se manifesta ele precisa ouvir as contraposições. Isso ele fez brilhantemente na CTCOB, registra-se. Mas, no nosso ponto de vista não é cabível essa interação em tempo real. Não existe a modalidade de participação a distância. Obrigado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Eu peço a compreensão. Preferimos pecar por excesso e essa é uma Câmara que já diz: a Câmara Técnica presa e prima pela possibilidade de consenso. Em outro caso, aí vai para votações. Então, me perdoem aqueles que não acharam que era pertinente ou não, mas nós preferimos deixar sempre registrado todas as manifestações, que essa é a nossa intenção, que fique claras as manifestações. Está certo? Vamos então. Já que não há um consenso porque há posições diferentes e claras, vamos

2339 pedir a manifestação dos membros da CTIL pela admissibilidade ou não
2340 admissibilidade da resolução, para, aí sim, entrarmos no mérito dela.

2341

2342

2343 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Presidente, eu gostaria de sugerir que
2344 o voto fosse nominal. O senhor fazendo a chamada.

2345

2346

2347 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Sem problema. Perfeito.

2348

2349

2350 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – E que o registro fosse feito na ata
2351 nominalmente também. Por favor.

2352

2353

2354 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Perfeito. Vai ser transcrita.
2355 Vamos pedir. Dessa vez vai ser degravada mesmo. Como é feito no Plenário. Até
2356 porque os assuntos precisam às vezes ser reconsultados, revisados. Então,
2357 vamos lá. Vamos seguir aqui. Vou seguir essa sequência da própria lista. Correto?
2358 Por favor. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Maria Emília.
2359 Vamos lá. Vamos só estabelecer. Sim, se é admissível. Não, se não é admissível.
2360 Só para ficar claro.

2361

2362

2363 **A SR^a. MARIA EMÍLIA (MAPA)** – Maria Emília. Eu voto pela admissibilidade. Que
2364 seja, corra o trâmite normal e que a Plenária aprove ou não.

2365

2366

2367 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Perfeito. Ministério do Meio
2368 Ambiente. Sou eu mesmo, está na sequência. Também pela admissibilidade. Três,
2369 ANA. Eldis, por favor.

2370

2371

2372 **A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA)** – Eldis Camargo, pela
2373 admissibilidade.

2374

2375

2376 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Quarto. Ministério de Minas e
2377 Energias. Adão, por favor.

2378

2379

2380 **O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (MME)** – Pela admissibilidade.

2381

2382

2383 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Quinto, Ministério dos
2384 Transportes. Antonio, por favor.

2385 **O SR. ANTONIO MAURÍCIO FERREIRA NETTO (Ministério dos Transportes) –**
 2386 **Sim.**
 2387
 2388
 2389 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Seis, Rio de Janeiro/São**
 2390 **Paulo. Lívia.**
 2391
 2392
 2393 **A SRª. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP) – Sim, pela admissibilidade.**
 2394
 2395
 2396 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Sete, Paraíba/Bahia. Monica.**
 2397
 2398 **A SRª. MONICA PORTELLA LIMA (CRH/BA) – Sim, pela admissibilidade.**
 2399
 2400
 2401 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Oito, Paraná/Distrito Federal.**
 2402 **José Tarcísio.**
 2403
 2404
 2405 **O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (SEAB/PR) – Sim, pela admissibilidade.**
 2406
 2407
 2408 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Nove, Irrigantes. Gustavo, por**
 2409 **favor.**
 2410
 2411
 2412 **O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (CNA) – Não.**
 2413
 2414
 2415 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Dez, Irrigantes. Luciana.**
 2416
 2417
 2418 **A SRª. LUCIANA BRANDÃO PEREIRA BITTENCOURT (FEBRAPDP) – Não.**
 2419
 2420
 2421 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – 11, Concessionárias. Sonáli.**
 2422
 2423
 2424 **A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sim.**
 2425
 2426
 2427 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – 12, Indústrias. José Quadrelli.**
 2428
 2429
 2430 **O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Não.**

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – 13, estaria aqui Pescadores e Usuários, não está presente, e Turismo e Lazer, que é o próprio Wilson. Não está presente, então não vota. 14, Prestadores de Serviços Públicos de Abastecimento. Luis Eduardo Freitas.

O SR. LUIS EDUARDO FARIA (Cedae) – Não.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Não. 15, Comitês e Consórcio e Associações de Bacias Hidrográficas. Paulo.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL – Sim.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – 16, Organizações Não Governamentais, Fonasc. Gustavo, por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Sim, com muita segurança.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – 17, Organizações Técnicas de Ensinos e Pesquisa. Célia, por favor.

A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNO (ABES) – Sim.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Só para ficar registrado. Eu acho que o Júlio fez. Então, ficou 12 sim, a favor da admissibilidade e quatro não. Então, nós passaremos ao mérito detalhado da Resolução.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Depois do almoço.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Temos uma proposta de parada? Voltamos uma e meia. Daqui a uma hora? Podemos votar em uma horinha? Pode ser ou não? Ou como vocês fazem? Pode ser duas horas. Perfeito. Muito obrigado. Muito obrigado pela parte da manhã e voltamos às duas horas.

(Intervalo para almoço).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Boa tarde! Vamos lá, boa tarde a todas e a todos. Vamos reiniciar no período da tarde a nossa reunião da Câmara Técnica, por favor. Por favor, a senhora se sentar. Bom, por favor, nós vamos reiniciar a nossa reunião da CTIL, iniciando o procedimento de leitura da minuta da Resolução, fazendo o mesmo procedimento que nós fizemos na anterior, eu acredito que até provem o contrário foi um procedimento importante que fomos andando item a item, com o tempo que o item necessitar para o amadurecimento que deve ter. Já temos o quórum, mais que o quórum necessário de membros titulares. Então, nós vamos iniciar, por favor. Está projetado? Que é a minuta da Resolução que dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários, cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, do que trata a Lei 9433 de 8 de janeiro de 1997. Então, fica, Conselho Nacional de Recursos Hídricos no uso de suas atribuições que dão a competência, resolve: art. 1º, estabelecer procedimentos para atualização dos preços públicos unitários, cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Então, está em aberto essa primeira... Primeiro artigo para falas. Por favor.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Vamos lá, nós assumimos a derrota aí, no primeiro pleito, mas nós vamos... Não, nós entendemos, é tranquilo. Não, mas nós entendemos. Nós entendemos que a democracia, muitas vezes ela não vai pelos argumentos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Bom, em continuando a tentar manter a tese de que a descentralização com o texto atual ela ainda continua sendo ferida, e com a prerrogativa do Conselho, que compete ao Conselho Nacional dar orientações gerais, e diretrizes gerais, nós entendemos que a Resolução ela tem que obedecer o mesmo princípio da Resolução 48, que ela vai falando desde a ementa, e durante todo o seu texto, estabelecer critérios gerais para cobrança de uso de recursos hídricos, em alguns artigos ela coloca que a cobrança deverá ser implementada, considerando as informações advindas. Então, nós achamos que essa Resolução, ela tem que ir no mesmo espírito, nós defendemos nessa Câmara, colocado muito bem pelo Júlio e reforçado pelo atual presidente, que o espírito da Lei é esse. Então, nós entendemos que seria muito importante e quando o Setor Industrial ele traz uma posição, ele não traz uma posição meramente desprovida de algum argumento técnico. Nós estamos tentando evitar que seja judicializado lá na frente o processo. Nós sabemos que de cabeça de juízo e bundinha de neném pode sair qualquer coisa. E nós sabemos que existe judicialização de processo de diversas esferas, não é? Nós estávamos conversando ali no almoço, vários empresários já entraram em processo de judicialização contra a cobrança do uso da água, o aumento, e tudo mais, e continuaram pagando em juízo até que saísse uma decisão. Então, pensando em

evitar isso, e pensando em continuar com o espírito da descentralização e do Comitê ser orientador, e não influenciar no que é combinado no Comitê, nós entendemos que os artigos, e a ementa deveria versar nesse sentido, por exemplo, ao invés de estabelecer procedimentos, seria sugerir que o Comitê estabeleça procedimentos para atualização dos preços públicos unitários. O Comitê, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ele não definiria o mecanismo nem o processo de como deve funcionar, mas ele orientaria que no Comitê de Bacia isso deveria ter sido feito. Então, nós estamos indo mantendo ainda a linha de raciocínio de defesa da 1ª instância, nós sugerimos que o texto ele corra nesse sentido, de, cabe ao Comitê propor e definir com base em estudos e esses estudos eles vão subsidiar a proposta do Comitê para que o Conselho delibere a respeito e não defina. No caso, no nosso entendimento, aí com base na Legislação nós entendemos que aqui ele está definindo e não orientando. Então, nós queremos que a Resolução verse nesse sentido, de orientar que o Comitê ao estabelecer o preço público a ser cobrado pelo valor do uso da água, ele não imponha o reajuste da forma como está nessa Resolução, mas que ele seja uma proposta para ser considerado durante o processo de elaboração do preço, por exemplo, temos um Comitê de Bacia já estabelecido e que já está cobrando. Essa Resolução o que ela vai fazer com o preço? Ela vai reajustar. Então, isso é uma determinação do Conselho de cima para baixo. A nossa proposta é que, ela venha como orientador, quando for da revisão do Plano, da revisão do preço pela cobrança esteja incluído um fator de reajuste que o Comitê achar melhor para aquela região. Aí ela pode continuar com a proposta da ANA ser o IPCA, que o Comitê pode assumir ele ou não. Então, a nossa proposta é nesse sentido. Aí, para nós evitarmos ficar aqui discutindo o dia todo, eu queria que nós propuséssemos, aí e vou propor a votação nesse sentido. Ou a Câmara Técnica entende que é dessa forma e nós trabalhamos na proposta de mudança da redação como um todo, ou nós vencemos logo isso, nós nos damos por vencidos e vamos ver o que vai dar.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito, está muito bem clara a recomendação de tirar, em vez de já dispõe e já disser, é para colocar sempre ‘recomendar ou orientar’, é nesse sentido que a CNI está propondo. Como isso permeia toda a Resolução. Então, é importante e foi muito propositiva, eu agradeço, já passar também por esse momento, porque aí toda vez, senão isso iria voltar em vários artigos. Então, já vamos trabalhar isso de uma vez só. Nós temos inscrito primeiro o Gustavo, segundo o Ney e agora a Livia. Por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Gustavo do Fonasc. Bom, eu acho que essa matéria foi vencida na votação passada, a sua sugestão. Não, tudo bem, é a minha opinião, de que eu acho que quando nós deliberamos a, como é que chama? A admissibilidade dessa discussão, na minha opinião, pelo que eu entendi aqui e, inclusive contrapondo as razões que você apresentou, eu considero que... Isso. Mas tudo bem, essa é a minha opinião. Agora o que eu gostaria de ponderar

é que eu acho o seguinte, eu acho que nós não temos como fechar essa discussão hoje, porque eu entendo, inclusive para efeito da segurança jurídica da decisão que nós vamos estar adotando aqui e inclusive para nos precaver contra possíveis ações contrárias, eu acho que tem que ter um elenco de considerandos aqui, que como eu já observei anteriormente, não foi colocado. Então, eu acho que esses considerandos eles são fundamentais, inclusive, já que provavelmente vai ter uma judicialização aí, nós já nos precavermos do que virá pela frente e nós já fundamentarmos nos considerandos as razões dessa Resolução. Então, nesse sentido a Resolução ela está incompleta, a redação dela. E eu acho muito pouco provável que nós consigamos escrever esses considerandos aqui, hoje, ou entre hoje e amanhã.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Ney, por favor.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Então, eu queria... Eu queria Sérgio, atendendo a proposta do Quadrelli e, também, do Gazzinelli, me concentrar na proposição que ele colocou, olha, mudaremos ou não a abordagem? Acho que isso, de alguma maneira já foi vencido Quadrelli. Por que já foi vencido? Porque a principal alegação de ilegalidade que foi feita por vocês, foi no sentido de que, como está fere o princípio da descentralização. Como você propôs não fere o princípio da descentralização na interpretação de vocês. Acho que a coletividade entendeu que como está não fere o princípio da descentralização. Pelo menos essa é a manifestação que eu vi aqui, pelos colegas. Se nós formos nos ater a essa questão que foi colocada Sérgio, eu queria fazer um contraponto, no sentido de que, a nossa Legislação e a regulamentação é subvertida com a sua proposta. Em que ponto? Você está dizendo, olha, o Conselho não deve definir. O Conselho deve sugerir. Não. A Lei diz exatamente o contrário. Quem sugere... Quem sugere... Só para concluir Quadrelli. Quem sugere valores e mecanismos é o Comitê. Quem estabelece é o Conselho Nacional. Quem estabelece. É o que está na nossa Legislação. Então, a tua proposta é que subverte o que está estabelecido na nossa Legislação. Então, inverte, subverte. Vamos lá. Não temos, isso eu tive oportunidade de dizer na reunião da CTCOB, não é? Queria reafirmar aqui, nós não vamos tomar decisões premidos pela... Pelo fantasma da judicialização. Então, nós vamos tomar a decisão racionalmente orientada e de acordo com os nossos patamares. Acho que não cabe ao Conselho se ver submetido há uma Resolução que ele mesmo promulgou. Então, assim, nós temos como orientação a normativo infralegal que ele mesmo promulgou, que é a 48. Novas resoluções podem ser tomadas no sentido até de revogar a 48, de concordar, de aprofundar, mas o coletivo que a promulgou não se submete ao conteúdo que está ali, que está ali explicitado, uma vez que ele tem a prerrogativa de alterar, não é? Mas entendo a tua posição. É isso Sérgio.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Só questão de ordem Presidente, só esclarecendo, não sou eu que falo Ney. Na Política Nacional está dizendo que

competência do Conselho Nacional, estabelecer critérios gerais para outorga, e direito de uso de recursos hídricos, e para cobrança por uso. Isso é o que está na Política, a norma máxima. Na 9433... Na 9433 ela diz que a Lei que regulamenta ANA, ela vai obedecer o que está na política. Ela diz isso no primeiro parágrafo dela. No primeiro artigo. Desculpa. E outra...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – 9433 é posterior. A Lei da ANA é posterior a 9433. Então, a 9433 não pode citar a Lei da ANA.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Eu vou pegar a Lei direitinho aqui. Desculpa, 9984. Perdão. Corrigindo, a 9984 diz que a atuação da ANA obedecerá os fundamentos objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos hídricos, que vocês sempre usam o Inciso VI para elaborar estudos técnicos para a definição do Conselho dos valores. Então, existe uma discordância das duas Leis em termos de competência, quando ele diz que orientação e diretrizes para definição. Existe uma diferença conceitual nisso aí. Mas eu não sou jurista, eu estou só fazendo o advogado do diabo mesmo, porque nem diploma eu tenho de advogado, mas entendendo que, e discordo de vocês dois no ponto de vista de que foi vencida a discussão, nós entendemos que isso vai causar judicialização. O medo da judicialização não é para não prosseguir com a Lei. É para prosseguir com a Lei com qualidade. E quando você coloca que o que é deliberado por um Conselho ele não pode ficar a mercê daquilo, ele pode simplesmente, ao bel-prazer... Bel-prazer quando eu digo é mediante a coletividade. Alterar, eu já ponho por terra a segurança jurídica que nós tanto presamos, porque, por exemplo, se eu tenho... Foi pactuado na CTCOB que essa discussão ela só iria voltar depois que a Resolução 48 ou o estudo da OCDE fosse finalizado e nós retomamos essa discussão, ele feriu um acordo que foi feito ali, na CTCOB. Então, assim, nós queremos evitar esse tipo de coisa. Então, quando nós quisemos derrubar a matéria, a coletividade entendeu que a matéria é importante, beleza. Nós vamos pela coletividade. O que nós estamos dizendo é o seguinte, que a coletividade está entendendo que é importante, mas não está vendo que pode ter um processo lá na frente que vai judicializar e vai ser ruim para o sistema como um todo, além disso, você está tirano do Comitê e do local onde é feito estudo de viabilidade técnica, econômico e financeira, o direito de definir para aquele local a melhor prática. Então...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) –... A melhor prática. Eu vou finalizar. E aproveitando um pouco a fala do Gustavo, de fato eu acho que é uma matéria que precisa ainda ser mais amadurecida, porque está incompleta, eu até sugeri na CTCOB, mas foi vetado, a instalação de um Grupo Técnico, um GT, um Grupo de

Trabalho para tratar da matéria. No âmbito da CTIL esse grupo seria composto pelos advogados das instituições, que teriam capacidade de dizer se é legal, se não é legal, se é judicial, se não é, estabelecer o melhor texto para evitar judicialização. Então, fica nessa proposta.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Eu peço compreensão, nós vamos, para não ficar... Nós vamos ter as posições, vamos seguir as falas de inscrição, por favor. Tem inscrito já, próximo é Livia, depois é Eudes, depois é Alexandre, depois é o Gustavo do Irrigantes. Esses que estão inscritos, tá...?

A SRª LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/RJ) – Primeiro lugar assim, medo de judicialização eu acho que nós precisamos ter, até porque, a CNA, na última reunião da CTCOB informou que já judicializaria a questão, independente de qual fosse o resultado. Correto Gustavo? Então, a judicialização é fato. Tá...? Isso para mim não é o receio. Nós podemos fazer um texto melhor, concordo com você. Evitar isso, para mim é fato consumado. A CNA colocou que ela vai judicializar o ponto, ela vai judicializar essa Resolução. Então, a partir do momento que uma instituição toma... Não. A partir do momento que uma instituição toma esse posicionamento e anuncia esse posicionamento perante uma Câmara Técnica do Conselho, eu estou acreditando que essa posição vai ser mantida. Tá...? Melhorar a redação, nós estamos aqui para isso, para discutir. Quanto à competência do Conselho, se nós formos pela linha que você está propondo Zé, de nós fazermos diretrizes gerais de uma forma mais genérica, para que o Comitê discuta, quando nós já temos manifestação do Comitê dizendo que ele se sente contemplado com esse tipo de Resolução. O Comitê sim. O Fórum Nacional de Comitês se manifestou, se manifestou tanto na CTCOB quanto se manifestou aqui hoje e qualquer coisa o Paulo pode falar sobre isso. Se nós já temos essas manifestações, me parece que nós perdemos o escopo do que foi proposto na CTCOB. E por que nós invertemos a ordem, não discutimos primeiro a 48? Foi uma demanda do Plenário. O Plenário demandou que isso voltasse a Câmara Técnica e deu um prazo para que isso acontecesse. E nós cumprimos a demanda do Plenário. As Câmaras Técnicas são consultivas, nós recebemos uma demanda e temos que cumprir, seja lá chegar o resultado de que, olha, não chegamos à conclusão de que tem que ter uma Resolução, mas nós temos que devolver a matéria com alguma respostas. E a resposta que nós conseguimos chegar foi essa Resolução que está sendo discutida hoje. Então, são esses os pontos que eu queria colocar.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Para passar... Agora só para lembrar, nós estamos em uma questão aqui, que é ainda da proposta de mudar para, ou não de recomendar e orientar. Então, esse é o ponto que vai permear tudo. Depois que passarmos, que o debate dessa fala é para isso, depois destas falas nós vamos entrar nessa questão de deliberação sobre isso, porque já vai permear toda ela, dependendo do resultado, ou muda toda ela, ou mantém

toda ela. Essa é a proposta do colega da CNI. Só para resgatar. E nós temos uma ordem de inscrição.

O SR. GUSTAVO GORETTI (CNA) – Presidente, mas ela citou a CNA aqui, o que eu iria falar está em outro sentido. Só queria só para contrapor, rapidamente, não vou me alongar não. O que foi dito na CTCOB foi justamente isso, que a CNA não concorda com esse tipo de Resolução e que caso seja continuado dessa forma, com esse tratamento, ela vai estilizar. Só o burro não muda de opinião. Então, se nós entendermos que a Resolução não vai ferir as questões que nós entendemos que são legais, nós não vamos entrar com judicialização. A empresa é uma entidade que representa muita gente. Então, não pode falar que vai judicializar de qualquer forma. Não foi bem isso que eu disse e nem perto disso. Nós falamos que nós não entendemos se isso... Se isso caminhar dessa forma nós vamos judicializar. E na verdade quem vai judicializar não é a CNA, porque a CNA ela não paga água, quem paga água são os (...), são os produtores. Então, eu já estou recebendo um monte de demanda para saber como que nós vamos fazer isso. E estou falando, olha, nós estamos discutindo ainda, se vai ser tratado. Então, nós vamos, após a Resolução ser aprovada e começar isso acontecer, que vai poder acontecer alguma coisa nesse sentido. Então, foi nesse sentido que eu dei o informe, não foi no sentido de que nós...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Está esclarecido que depende do que for decidido é que vai ou não. Perfeito. Agradeço. Eudes, por favor.

A SR^a. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA) – Eu vou falar só uma parte, 3 coisinhas, mas a primeira é a parte jurídica, não é? Então, assim, para você interpretar uma norma você tem várias metodologias, desde a metodologia gramatical, histórica e hoje-em-dia nós usamos a metodologia sistêmica. O que quer dizer isso? Eu pego todo arsenal legal e faço um apanhado. Então, quando ele fala que a Lei da ANA no Inciso VI § 4º se remete a Política Nacional de Recursos Hídricos, esse é um olhar sistêmico. Só que a Política Nacional de Recursos Hídricos ela fala, entre as competências do Conselho, está estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Isso por quê? Porque realmente nós estamos fazendo gestão, diretrizes. Então, assim, a minha... Eu peço atenção para esse olhar sistêmico da Lei. Outro ponto que eu queria falar é a respeito dos, que eu não sei se é o caso aqui, mas já deixar consignado, os considerandos nós fazemos hoje e amanhã, não é? E o terceiro ponto, eu acho muito não interessante nós ficarmos trabalhando sob a égide de uma ameaça, que vai judicializar, ou seja, nós temos que estar tranquilos que isso vai sair normal. E o quarto ponto, nessa proposta de vocês eu vou estar subvertendo mérito daquilo que foi decidido no CTCOB. Então, não tem sentido daquilo que nós já resolvemos aqui.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Obrigado. Alexandre, por favor.

O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP) – Eu também vou ser breve aqui. Eu queria sair um pouco dessa esfera mais conceitual e falar um pouco, até um pouco mais de prática. Nós acabamos de aprovar uma Resolução anterior, motivada lá pelo Rio e pela Paraíba, somente nessa história da isonomia dos valores, na isonomia dos usuários. Vejam só, olha, vamos pegar São Paulo, por exemplo, São Paulo tem um parecer da Procuradoria que até a ANA analisou e depois uma Resolução do Conselho Estadual contrária ao reajuste automático. Seja um entendimento jurídico quanto uma Resolução do Conselho Estadual contrária, evidentemente que nós temos que guardar as diferenças legislativas entre as regras estaduais e o arcabouço federal, mas, enfim. Olha o conflito que nós começamos a entrar, ou seja, você pegar uma bacia do Paraíba, você pegar o próprio PCJ e até outras bacias, ou seja, nós temos uma cobrança funcionando, com Comitê atuando com plano estabelecido, a partir do momento que eu coloco uma nova Resolução e vou reajustar a calha federal, quem está nas calhas estaduais vai passar a pagar menos. Evidentemente que esse tipo de coisa do ponto de vista legal, talvez não traga grandes transtornos, mas do ponto de vista da gestão e do ponto de vista do pacto estabelecido no Comitê, você passa a ter um problema. E é claro que eu estou olhando isoladamente para um Estado brasileiro, a Resolução é para o País todo, mas de ordem bastante prática isso traz problemas, porque é o que eu disse, ou seja, nós temos o entendimento tanto do Conselho quanto da procuradoria do Estado, que o reajuste no Estado de São Paulo, diante do arcabouço legal, não é permitido de forma automática, a não ser que ele venha através do Comitê de Bacias. Aí o Comitê pode propor o reajuste que desejar, desde que pactuado lá. Então, de uma ordem bastante prática essa, vamos dizer, diferenciação de valores daquele que está na calha federal para aquele que está na calha estadual, isso vai gerar um novo conflito que está apaziguado nesse momento, porque foi uma grande luta, principalmente nas bacias interestaduais do Estado, para que houvesse uma isonomia de valores, até para não começar um processo, não é tão simples, mas um processo de migração, eu vou migrar para a calha estadual que é mais barata, eu vou para a federal, vou perfurar um pouco que é mais barato. Enfim, evidente que esse movimento... Não é essa só a justificativa, mas enfim, isso tudo distorce a gestão, mas nem estou olhando muito do ponto de vista da legalidade meramente, mas isso distorce a gestão. Então, de uma ordem prática e aí falando pelo Estado de São Paulo, isso traz um novo conflito para o Comitê que está apaziguado com o plano e com planos em andamento. O segundo aspecto, e aí em uma reflexão, eu acho que todos nós estamos com vários estudos ao mesmo tempo, e muito motivado pelo 8º Fórum Mundial da Água, com o IPEA fazendo o estudo de reflexão do momento da política, o próprio legado, ou seja, a OCDE... Oi? Os diálogos lá do IPEA, que tivemos até oficina aqui com os hidrossauros, não é Chicão? O Chicão inventou um termo semana passada, hidrossauros. Então, veja, e aí veja, a hora que você coloca, e em um discurso muito forte de fortalecimento dos Comitês, e fortalecimento da base, a hora que você impõe ao Comitê o

reajuste, aí eu pergunto, e se o Comitê, por qualquer que seja o motivo falar, não quero o reajuste. Qual autonomia ele tem para isso? O Comitê pode deliberar nesse sentido, ele tem legitimidade para dizer, não quero o reajuste. Acho difícil o Comitê dizer, mas isso... Mas aí você está tirando, é aí que o ponto da... Um dos pontos da questão é descentralização e da autonomia, ao Conselho dizer em uma Resolução o que o Comitê tem que fazer do ponto de vista do reajuste, ele tira a autonomia do Comitê. O Comitê não pode mais dizer, eu não quero reajustar, por exemplo, para o futuro. O do passado, que é a questão da retroatividade, eu acho que eu nem vou entrar agora, porque provavelmente a hora que entrarmos no mérito nós vamos debater um pouco mais sobre isso. Então, eu queria colocar só essas duas reflexões para essa questão inicial, não e Sérgio? Do ponto de vista dos problemas práticos, não é? Dos problemas práticos e essa questão de quanto nós, de fato, estamos tirando a autonomia do Comitê ao impor a ele o reajuste e ele não tem a liberdade de dizer, por exemplo, não quero reajustar, por qualquer que seja o motivo, se tem um Comitê que tem milhões em caixa e fala, não, eu não quero reajustar, porque primeiro eu quero gastar o que está no meu caixa. Ele não pode dizer isso, porque a Resolução impõe a ela o reajuste obrigatório. Então, eu queria só que nós refletíssemos um pouquinho sobre essas duas questões.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, agora Alexandre. Perdão. Já foi. Gustavo da Irrigantes.

O SR. GUSTAVO GORETTI (CNA) – Eu só queria retornar... A colega da ANA falou em tom de ameaça. A ideia, a ideia pelo menos minha, como representante do CNA, não é ameaça. O Percy já falou algumas vezes aqui, da dificuldade que às vezes nós temos de trazer os agricultores para o CNRH. Ele falou da indústria, eu falei dos agricultores algumas vezes, até em algumas outras Câmaras, que nós temos feito esforços, a CNA tem, inclusive está finalizando um produto de capacitação de participação nos Comitês, mas nós sabemos, o País está vivendo um problema muito sério, fiscal, econômico e eu acho que nós, como cidadão, também já não aguentamos mais ficar pagando todas as contas e você chegar no aumento agora, retroativo de 50% em todas... A água, todo ano você ter, você saber que isso virou um imposto, que é indexado, que todo ano essa cobrança, ele tendo a aplicação do dinheiro ou não, você vai, esses valores vão ser aumentados e não agrega para o sistema. Eu acho que conforme o Alexandre falou, a maioria dos Comitês que têm a cobrança já efetivada tem dinheiro em caixa e não consegue gastar. Pelo menos essa é a minha percepção, não fiz auditoria em nenhum deles, muito pelo contrário, mas a percepção que eu tenho pelas discussões que eu tenho participado aqui, dentro do Conselho, que os Comitês têm dinheiro em caixa e não consegue gastar. Então, volta à discussão dos 7,5% e volta à discussão da viabilidade das agências. Um outro ponto que eu queria constar é que, o Ney na hora que comentou da questão da Lei, que ele que falou que o Comitê simplesmente propõe e o Conselho... É o Conselho que define quais são os valores. Eu espero que esse entendimento não seja simplesmente

para essa Resolução, porque nas passadas e nas próximas que vierem nós temos esse mesmo entendimento, de que o Conselho vai propor os índices, não vai simplesmente ratificar o que foi proposto pelo Conselho, nós nos debruçamos sobre o assunto, e faça as considerações, e as propostas, e a definição dentro do Conselho de acordo com o que ele entender que é justo, e é que certo, não simplesmente... Para esse caso é uma definição do Conselho e para outros casos quem tem a palavra é o Conselho. Então, nós sempre vivemos nesse debate aqui, de quem é que... Qual é o papel do Conselho, dos Comitês. Então, ficou bem claro para mim aqui, com a posição da ANA, que o Conselho define os valores.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só traduzindo aquilo que está na Legislação, art. 38 fala o que o Comitê propõe. A 9984 que é posterior, portanto é uma Legislação que complementa a anterior, fala que o Conselho define. Então, não tem novidade nenhuma naquilo que nós dizemos, há quase um ano, o Comitê propõe e o Conselho define. É o que está na Lei.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Seguindo, Francisco Lahoz, por favor.

O SR. FRANCISCO LAHOZ (CONSÓRCIO PCJ) – Tentar ser breve também. Eu entendo que essa Resolução surgiu justamente porque a forma como a cobrança vinha sendo implementada nos Comitês de bacias, estavam surgindo uma série de dificuldades, dificuldades essas que nós podemos pontuar, foram mencionadas aqui, agilização dos desembolsos, existem inúmeras, inclusive que deveriam ser assuntos, como já tem visto, existem propostas da CTCOB e outras Câmaras Técnicas aqui. Mas a questão aqui é outra, essa Resolução foi feita porque na média dos Comitês que já possuem cobrança em domínio da União, principalmente, demonstrou-se dificuldade de manter-se esse instrumento de gestão, cobrança. Então, mudar palavras nesse texto, sim, mas não mudar a palavra de maneira que você torne essa Resolução inócua. Por quê? Se você amenizar, amenizar. Então, não precisa de Resolução, deixa como está. E outra coisa, se fala tanto em cobrança, eu assustado as pessoas estarem tão, assim, aterrorizadas com cobrança. Gente, nós não estamos fazendo cobrança aqui no Brasil. Os valores que estão sendo cobrados aqui gente, é só exercício de cobrança, cobrança pelo uso da água que é feito na Europa. Na Europa é assim, o Plano de Bacias diz que o investimento é de 2 bilhões. Eu distribuo isso nas tarifas. Desculpe, nas tarifas não. No preço público. É assim que é na Europa. Isso é cobrança. Aqui nós começamos com 1 centavo apenas para fazer exercício da cobrança e olha gente, fazer reajuste em cima de 1 centavo é quase que uma brincadeira de salão. Se existe um Comitê ou outro que estão com dificuldades de desembolsar os recursos. Vamos capacitar esses Comitês. Vamos facilitar esse desembolso. Mas olha gente, vocês ficarem preocupados que as indústrias vão entrar em falência, que o setor agrícola vai entrar em falência por causa de 1 centavo por metro cúbico. Me desculpem, esse assunto não é gerenciamento de

recursos hídricos. Não é. Gerenciamento de recursos hídricos é sustentabilidade, que é o que nós vemos no sistema europeu que existe. Nós estamos fazendo aqui ainda, é a primeira etapa de um gerenciamento de recursos hídricos. Nós estamos ainda fazendo um exercício do instrumento de cobrança. Então, todas essas alusões que se fazem sobre o valor da cobrança, eu que acompanho a cobrança nos outros países, implantei a cobrança, a segunda cobrança, que foi no PCJ, eu digo o seguinte, eu realmente fico assustado, será que nós estamos falando de coisa séria? Porque coisa séria é um plano de bacias que dê sustentabilidade para as ações e não ficar discutindo em cima de centavo. Me desculpe, mas esse assunto está muito estranho. Muito obrigado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Obrigado. Marcos da ANA, por favor.

O SR. MARCOS (ANA) – Obrigado Sérgio. Eu participei da CTCOB e todos os assuntos que estão sendo levantados aqui, pelo Setor Industrial, pelo setor agropecuário, foi extremamente debatido na CTCOB. Eu acho que nós estamos voltando à discussão de mérito da matéria, e não a questão jurídica legal, e a definição do texto, porque, por exemplo, a questão que o Gustavo coloca de desembolso, foi votado na CTCOB, a CTCOB rejeitou que se inserisse condicionante a essa Resolução.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – Não precisa explicar, foi votação na CTCOB. A questão da competência do Comitê foi a questão mais debatida na CTCOB, a CTCOB inclusive retirou um dispositivo da Resolução por achar totalmente desnecessário, porque a Lei traz e mantém a competência do Comitê, de a qualquer momento propor valores e mecanismo de cobrança ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A qualquer momento. A CTCOB achou desnecessário que esse dispositivo vigorasse na Resolução, porque a interpretação é tão clara pela Lei, que nenhuma Resolução do Conselho vai tirar esse poder do Comitê. E a representação do Comitê, Paulo, que esteve na CTCOB, que foi o Doutor Hélio, ele trouxe uma posição dos Comitês que até surpreendeu, porque os Comitês manifestam que há necessidade de ter dispositivo de correção, não só para domínio da União, mas no domínio dos Estados também, é necessário que os Estados debrucem sobre isso. E a questão de se vai haver usuários pagando valores diferentes dentro de uma mesma bacia, como é o caso do PCJ, isso acontece hoje e não acontece por conta dessa Resolução, acontece por conta da dupla (...) e da independência administrativa dos entes da Federação. São Paulo não cobra usuário agropecuário. Não cobra usuário agropecuário. Não é essa a Resolução que trouxe essa diferença, essa harmonia, essa isonomia de cobrança. Então, eu acho que nós estamos passando

a discutir aqui, temas que foram totalmente superados na discussão da matéria na CTCOB. E aí a Livia está aqui, como Presidente da CTCOB, podia apontar. Esse debate foi mais de uma reunião, não é Livia? Duas, 3 reuniões sobre isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Obrigado. Agora nós vamos passar para a Mônica, Bahia.

A SRª. MÔNICA PORTELLA (CRH/BA) – Eu acompanho (*Intervenção fora do microfone. Inaudível!*) o art. 38 da 9.433 estabelece, compete aos Comitês sugerir os valores, mas o art. 35, que estabelece as competências do Conselho Nacional, ele fala realmente que tem o Inciso IV que fala, deliberar sobre as questões. Mas o Inciso VI ele é muito claro quando ele fala no sentido de estabelecer diretrizes complementares. Como a Eudes falou, nós temos a interpretação diferenciada no direito, ela não é uma interpretação literal no artigo isolado. A interpretação tem que ser sistemática. Então, eu coaduno com a posição da Eldis.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Obrigado. Sonali, por favor.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Eu volto ao ponto da questão da descentralização, que na minha visão quando eu leio o que está posto aqui, nessa proposta de Resolução, eu não entendo que está sendo... Ela não pretende impor ao Comitê quaisquer forma de reajuste. Ela está dizendo ao Comitê, faça uma proposta considerando essa necessidade, caso essa proposta não seja apresentada, o encaminhamento será dado da seguinte forma. E concordando com o que Francisco, eu acho que é Francisco. Francisco? É. Concordando com o que Francisco falou, se você não procede, não adota alguma forma de contemplar essa necessidade de reconhecer a água como um bem econômico, incentivar a racionalização do seu uso, obter recursos para financiar programas, e intervenções no Plano de Recurso Hídricos, e assegurar a viabilidade financeira da Bacia, nós não vamos estar fazendo gestão de recursos hídricos. Nós não vamos estar dando sustentabilidade a esse sistema. E na forma como a Resolução aqui está propondo, a meu ver a questão da descentralização elas está contemplada, porque ele diz que os Comitês devem sugerir em um prazo tal, uma proposta de adequação dos valores a serem cobrados, de forma a compatibilizar perdas anteriores. § 2º, caso o Comitê não apresente essa proposta, dentro do prazo tal, será aplicado dessa forma. Então, eu acho que... Deixa eu só concluir. Eu acho que da forma como aqui está posto contempla essa questão da descentralização, da discussão no âmbito do Comitê e da forma do Comitê se pronunciar para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E aqui dá uma sinalização de que olha, você não pode ficar deitado em berço esplêndido esperando 10 anos, 4 anos, 3 anos para tomar alguma atitude com relação ao reajuste desses preços. Também com relação ao que o colega da CNA colocou

sobre a discussão a semana passada, da Resolução de cobrança lá no Comitê da Bacia do São Francisco, eu estava lá nessa reunião. Então, quando você fala no reajuste de 600, 800% em cima de centavos, de fato é 600 e 800%, mas isso em cima de centavos. Então, eu acho que nós precisamos encarar, de fato, essa questão e essa necessidade do sistema, para que em virtude nós venhamos a fazer uma gestão de recursos hídricos de forma sustentável.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Agora tem o Paulo, por favor. Olha, me perdoem aqui, só para colocar, nós temos o Paulo, o Quadrieli, e o Gustavo, e vamos encerrar, porque nós temos... Não é ainda sobre os pontos, nós estamos só para reavivar, nós estamos ainda na tese inicial de que, ou se flexibiliza a questão de definição para recomendar e orientar. É isso que nós estamos nessa rodada, só para ficar claro. Por favor. Aí nós vamos passar para a votação. Por favor.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (COMITÊ) – Marco Antônio eu tenho a síntese das reuniões que o Hélio me passou, nós temos tido uma conversa frequente com os nossos representantes. Então, a última síntese ele me passou, nós estamos cientes e falei com ele ontem, nós... O Hélio é o nosso representante... O Hélio, representante dos Comitês de Bacia na CTCOB. Certo? Então, nós temos uma posição bem clara, temos definido, temos conversado entre os Comitês, temos uma posição, como eu falei, tirada no Fórum Nacional de Comitês de Bacia em Aracaju. A nosso ver os Comitês eles não perdem autonomia quando primeiro, porque é definido o ponto, o preço básico, o preço unitário cada Comitê define lá na sua base. A questão que nós vemos é definir qual é o índice de reajuste, que é essa o grande Q da questão, pelo menos... Se o índice vai ser decidido, vai ser definido, a nosso ver ele deve ser definido sim, porque aí eu vou fazer... O ano passado, o ano retrasado o PCJ tinha uma proposta de reajuste, passou um ano e meio a coisa não andou. Por quê? Porque as instâncias, no Comitê de Bacia eu acho que foi a... O setor da indústria foi voto vencido, passou... O Comitê passou para o Conselho, pediram vistas no processo, que é normal, passou um ano entre uma... Quase um ano entre uma reunião, e outra, e passou um ano e meio para reajustar preços que estavam há 8 anos sem reajustar. Gente, isso aí, como disse o Chicão, isso aí é brincadeira. Então, nós temos que ter um mecanismo que não precise toda essa energia, nós estamos aqui, olha, toda essa energia discutindo um item. É importante? É importante, mas quanto? Qual é o tempo que tem cada um? Então, define-se, a nosso ver define-se o índice, o Comitê pode dizer lá, que ele não quer nenhum índice. O nosso, no Rio Grande do Sul, nós temos... Não temos cobrança, mas o Comitê ao qual se passou lá, tem o Plano de Bacia, tem um exercício lá, de cobrança, como é que nós definimos? Bom, e aí alguém disse aqui, ah, tem muito dinheiro, vai continuar... Bom, nós definimos, se tem dinheiro em caixa e não teve agência ou Governo que não teve capacidade de aplicar, no próximo ano nós não vamos cobrar do usuário. Por que nós vamos cobrar do usuário se eu não tenho

capacidade para aplicar esse recurso? Não é? São questões que aí cada Comitê vai definir a sua... Não é? Vai ter a sua definição. Então. Mas os mecanismos eles estão postos no jogo e aí não precisa toda essa energia, o Comitê pode ter uma definição que tenha o índice de reajuste, mas no nosso caso lá, específico. Eu estou colocando assim, questão lá, que vem práticas. E aí depois eu gostaria também de que o Chicão explicasse ou voltasse aqui, a se posicionar, a questão lá que o colega coloca, que tem recurso e os Comitês lá não tem têm, não aplicam o recurso, porque não é bem assim. Então, nós temos que clarear esses pontos para não deixar dúvida para avançar no sistema. Obrigado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Quadrieli, por favor.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Eu acho bom essas falas de todo mundo, porque eu aprendo muito, é como o Júlio falou, é o ambiente onde nós aprendemos bastante. E eu aprendo também a visão sistêmica. Quando você fala em centavos não é nada ou é muito pouco, você está ignorando a fala da visão sistêmica, porque se você falar que 1 centavo é pouco para um agricultor que é uma mega indústria agropecuária, um mega produtor rural que investe em eficiência e tudo mais, realmente pode ser que seja pouco, mas para o agricultor que não tem nem apoio na ponta, pode ser que seja muito. A indústria que é eficiente e que no passar dos anos com o sistema de gestão de recurso hídricos incentivando e mobilizando o setor para melhorar, ele melhora, mas ele não vê essa eficiência nos outros instrumentos da política, de pagar menos por ser eficiente. Então, assim, nós vemos que essa visão sistêmica, ela é afunilada, muitas vezes, por interesse particular. Então, assim, faz parte do jogo, como foi colocado, cada um vem aqui defender o seu interesse. Quando você colocou a questão dos Comitês de Bacia, eles podem opinar ou não pelo reajuste ou definir qual reajuste vai seguir. Me desculpe, a leitura dessa Resolução posta não permite isso ao Comitê. Corroborando com o que você colocou. O parágrafo que você cita é só com relação ao que é do passado, ele não fala do índice como tal. A minha proposta é de que nós coloquemos ali que, o Comitê deve estabelecer um índice de correção. Se ele não estabelecer, vai ser aplicado o que está sendo sugerido na Resolução, que é o IPCA mais... Só o IPCA. Em momento algum... Nós podemos colocar também ali, que em momento algum o Comitê pode se furtar a ter um índice de reajuste, mas que isso seja, aí seja imposição, ele não pode se furtar a ter um índice de reajuste, mas que esse reajuste seja aplicado, e sugerido pelo Comitê, e não imposto de cima para baixo. Essa foi minha proposta desde o início. Eu não estou me furtando aqui, a sair da discussão, de novo, para que foi um mérito vencido. O mérito vencido foi um mérito vencido, botei o rabo entre as pernas e aceito. O que eu estou querendo é que a proposta mude um pouco o escopo dela, mudando o escopo da seguinte forma, não vou impor o IPCA mais um a todos os Comitês de agora em diante. Eu vou dizer que, você defina no prazo de tantos dias o índice de correção que melhor se aplicar, caso você não faça isso será aplicado o desta Resolução. É isso que nós queremos. É

isso que nós entendemos, porque você imputa uma responsabilidade ao Comitê, mas você deixa o Comitê definir junto ao condômino, junto a essa questão.

A SRª. SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Quadrieli, isso que você está dizendo não estaria nesse art. 3 não? Quando ele diz assim, que o Comitê vai elaborar essa proposta de adequação de valores. Não estaria aqui não? Assim, o Comitê vai... Eu posso estar entendendo errado.

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Eu também posso, vamos conversar que nós chegamos em um consenso.

A SRª. SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Eu estou entendendo. No que está posto aqui, no art. 3, que está sendo dito assim: o Comitê vai trazer essa proposta de adequação dos valores a serem cobrados, de forma a compatibilizar perdas. Então, ele vai trazer essa proposta e o Conselho Nacional iria se pronunciar sobre isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, é que nós já estamos nos arvorando a entrar no terceiro antes de estar... Aí eu vou ter que ser disciplinado. Não. Perfeito. É que eu estou tentando... Nós temos que ser... Me perdoem, mas vou ter que ser disciplinado. O mérito agora é dessa flexibilização do termo, para que nós possamos permear o processo todo. O inscrito é o Gustavo, por favor.

A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Sérgio, você me inscreve?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Escrevo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Gustavo pelo Fonasc. É o seguinte olha, eu estava pensando aqui, por exemplo, o trabalho do Comitê, muitas vezes depende de consultoria, que geralmente vai ajustando o trabalho, o custo da sua atividade ao longo do tempo, depende de mão-de-obra, um cercamento de nascente. Então, a efetividade da execução ou aplicação do Plano da Bacia, ela depende de custos reais do mercado, às vezes pode até haver alguma coisa que abaixe de preço, mas normalmente é o que não acontece no Brasil. Não é? Então, eu acho o seguinte, eu acho que a pertinência do reajuste eu acho mais do que clara. E sobre uma fala que eu fiz anteriormente, quando eu falei que estava incompleta a norma, a Sonali fez aqui, elencou alguns pontos, eu até te pediria, Sonali, se fosse possível, que você pudesse sistematizar alguns pontos que você

3121 falou como bases dos considerandos, que poderiam ser os considerandos, porque
3122 eu acho totalmente desnecessário criar um grupo de trabalho para isso, totalmente
3123 desnecessário e já me posiciono pela manutenção do espírito do que está
3124 colocado aqui, não sou favorável à flexibilização ou a relativização que foi
3125 proposta aqui.

3126
3127
3128 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Por favor, Lívia e peço a
3129 compreensão de que nós encerremos nessa fala da Lívia e já passemos para a
3130 votação da proposta.

3131
3132 **A SRª LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CRH/RJ)** – Vai ser rápido. É o seguinte,
3133 em relação ao art. 3º § 2, que a Sonali estava falando e que o Zé também estava
3134 conversando com ela, ele realmente não prevê que o Comitê delibere um índice
3135 de conservação de valores daqui para frente, ele não prevê que esse pacto seja
3136 inicial no Comitê. É o Conselho determinando um índice e em relação aos valores
3137 passados o Comitê venha a se manifestar. Claro, nós podemos trabalhar a
3138 Resolução, podemos melhorar texto e tentarmos incorporar ideias que sejam para
3139 a melhoria da Resolução. Mas o que eu peço e aí como Presidente da CTCOB, é
3140 que nós voltemos a discutir o mérito e me parece que essa Câmara já está com o
3141 consenso de que a criação de um índice é importante.

3142
3143
3144 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

3145
3146
3147 **A SRª LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CRH/RJ)** – Não, porque pelo que vocês
3148 estão colocando, dependendo da redação e aí é uma questão de ajuste da
3149 redação. Esse consenso ele existe. E aí eu só queria entender.

3150
3151
3152 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Me permite só uma interferência na sua fala. O
3153 consenso ele vai existir se o pleito ele existir, se o pleito for abarcado pela Câmara
3154 toda, porque eu não posso dizer que eu tenho consenso com reajuste se ele vem
3155 de cima para baixo, mas como nós já colocamos, o Setor Industrial já foi consenso
3156 pelo reajuste em outros Comitês de bacia quando foi discutido lá. Então, assim, só
3157 se...

3158
3159
3160 **A SRª LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO (CRH/RJ)** – É importante. Não é
3161 realmente esse o espírito que vá para o Comitê para o Comitê discutir e depois o
3162 Comitê venha para cá, isso foi discutido na CTCOB, não é? Não é esse o escopo
3163 dessa Resolução. O escopo dessa Resolução realmente é criar um índice, e os
3164 Comitês se adequarem a esse índice, e o Comitê que nesse período de um ano
3165 que ele vai se manifestar do passado, e que ele achar que o índice não é
3166 adequado a ele, isso foi falado também na CTCOB, que ele queira propor um

3167 outro índice. Ah, não quero IPCA. Quero INPC. Ele vai trazer essa questão para o
3168 Conselho e o Conselho vai debater o caso dele. Nós estamos fazendo uma regra
3169 geral. Cada Comitê, cada Comitê vai debater o seu caso específico até quando for
3170 debater o passado nesse período de um ano e vai chegar à conclusão. Olha, no
3171 meu caso eu quero um outro índice ou eu não quero índice nenhum. E isso vem
3172 ao Conselho, e aí o Conselho vai deliberar sobre esse assunto. Isso foi debatido
3173 em Câmara Técnica, na CTCOB, isso foi longamente falado na CTCOB e o
3174 entendimento que prevaleceu foi esse. Não, não foi... Nós em CTCOB,
3175 resolvemos não colocar no texto.

3176
3177
3178 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Bom, por favor, compreensão.
3179 A CTCOB teve um debate, com respeito trouxe a CTIL, a posição é muito clara da
3180 minuta que dispõe sobre procedimentos e a indagação do Setor Industrial com
3181 Irrigantes é que, possa haver uma flexibilização desse termo de procedimento, de
3182 estabelecer, a palavra não é procedimento, é estabelecer para recomendar e
3183 orientar. Então, neste momento agora, que isso vai permear toda. Então, vai ser
3184 uma matéria, uma votação única para permear a Resolução toda é que, quem
3185 concorda em... Sempre o texto base é este. Quem concorda que permaneça com
3186 este texto base como está, vai se manifestar por, permanece sim. Quem se
3187 manifestar permanece, sim, permaneça. O texto base é esse, permaneça. Pronto.
3188 Permanece como está. E quem aceitar a proposta de que se mude no estabelecer
3189 por recomendar ou orientar, vai se manifestar por isso. Então, nós vamos entrar
3190 no processo de votação, porque isso vai permear toda, aonde estiver estabelecer,
3191 se ganhar vai ficar estabelecer. Se não, onde estiver estabelecer mudará para
3192 recomendar ou orientar. Correto? Está compreendido? É isso mesmo? Para não
3193 ter nenhuma dúvida. Vamos iniciar o nosso, de novo, o nosso processo de
3194 votação, que está aqui a minha lista. A lista vai estar aqui. Então, vamos lá. Júlio
3195 faz esse favor aqui, só para as anotações. Por favor, Ministério da Agricultura,
3196 Maria Emília.

3197
3198
3199 **A SR^a. MARIA EMÍLIA (MAPA)** – Nesse ponto da votação eu vou me abster,
3200 porque eu perdi boa parte da discussão e não me sinto a vontade para fazer
3201 essa...

3202
3203
3204 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Abstenção. Ministério do Meio
3205 Ambiente a favor do texto originário vindo da Câmara Técnica CTCOB. Ana, por
3206 favor.

3207
3208
3209 **A SR^a. ANA** – A favor do originário, estabelecer.
3210
3211

3212 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Ministério das Minas e Energia,
3213 Adão, por favor. Tem que gravar, por favor, Adão.

3214
3215
3216 **O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (MME)** – Permanecer estabelecer.

3217
3218
3219 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Ministério dos Transportes,
3220 Antônio Maurício, por favor. Não está ligado, por favor.

3221
3222
3223 **O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Ministério dos Transportes)** – Estabelecer
3224 também.

3225
3226
3227 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Rio de Janeiro, São Paulo,
3228 Livia, por favor.

3229
3230
3231 **A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB)** – Estabelecer.

3232
3233
3234 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Paraíba, Bahia, Mônica, por
3235 favor.

3236
3237
3238 **A SRª. MÔNICA** – A favor do texto original da CTCOB.

3239
3240
3241 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Paraná, Distrito Federal,
3242 Tarcísio, por favor.

3243
3244
3245 **O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (SEAB/PR)** – Estabelecer.

3246
3247
3248 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Irrigantes, Gustavo, por favor.

3249
3250
3251 **O SR. GUSTAVO (Irrigantes)** – Não.

3252
3253
3254 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Irrigantes, Luciana, por favor.
3255 Não está? Então, não está presente. Concessionária, Sonali, por favor.

3256
3257

3258 **A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Permanece texto base.

3259

3260

3261 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Indústria, Quadrieli, por favor.

3262

3263

3264 **O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI)** – Contra o texto base.

3265

3266

3267 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Prestadores de Serviços

3268 Públicos, Luiz Eduardo, por favor.

3269 **O SR. LUIZ EDUARDO (Prestadores de Serviços Públicos)** – Não.

3270

3271

3272 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Comitês e Consórcios, Paulo,

3273 por favor.

3274

3275

3276 **O SR. PAULO (Comitês e Consórcios)** – Estabelecer.

3277

3278

3279 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Organizações Não

3280 Governamentais, Gustavo, por favor.

3281

3282

3283 **O SR. GUSTAVO (Organizações não Governamentais)** – Sim.

3284

3285

3286 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Organizações Técnicas de

3287 Ensinos e Pesquisa, Célia, por favor.

3288

3289

3290 **A SRª. CÉLIA (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – Sim.

3291

3292

3293 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Então, sim, permanecendo o

3294 texto original da CTCOB, 11. Não, 3. Abstenção uma. Então, vamos continuar com

3295 o texto de estabelecer diretrizes, procedimento, estabelecer procedimentos. Então,

3296 agora vamos trabalhar agora, item a item, por favor.

3297

3298

3299 **A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB)** – Sérgio, algumas pessoas tinham pedindo

3300 para incluir considerandos, não é? Algumas pessoas tinham pedido para incluir...

3301

3302

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Se já tivermos... Quer ir andando enquanto isso vamos escrevendo os considerados? Pode ser ou não? Quer colocar logo e... CTCOB, por favor, como originária da Câmara. Querem ir já colocando...?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Posso sugerir Lívia? Será que não seria interessante colocar os considerados no final? No final que eu digo, depois de toda a discussão?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Aí colocamos lá no final e depois sobe. Perfeito.

O SR. ADÃO (MME) – Eu acho que os considerados baliza o assunto. Você ficar considerado para depois... Está começando de traz para frente. Mas se você trouxer aqui, os considerados da 48, praticamente vai suprir tudo. Experimente copiar e colar lá, só para...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Fazer um exercício, se permitem essa ideia do Adão? Vamos pegar do 48 lá, já colar e, pelo menos esse já iniciam para nos ajudar... Tem uma Nota Técnica também que dá para pega. É só para ajudar, para quem está falando, porque às vezes sobe no considerando e já consegue ir resolvendo. Vamos fazer isso, por favor? Tudo que ajuda vamos fazer, nem que nós fiquemos um pouquinho mais, mas é importante que saiamos todos com, pelo menos na contemplação da posição.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu peço que inclua aqui também, o Inciso II do art. 1º da 9433, já foi citado...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Art. 2...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Há tá... O Inciso 2 do art. 1º. Só para socializar, nós estamos pegando uma Nota Técnica que já está pronta, que já está, já aproveitando, já pegando... Isso, vai copiando os itens, e já vamos colocando aí, e vamos ver se é pertinente, se for fica, se não for tira ou complementa.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Presidente, solicito também mencionar o art. 19 da 9433 e a sustentabilidade dos aspectos definidos no art. 22.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, estamos montando os considerandos iniciais com o art. 1º, art. 19 e art. 22 na 9433. Complementando com alguns considerandos da Nota Técnica.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Isso. Sérgio, isso aí são as referências na Legislação que embasam a Resolução. Mas tem 2 considerandos que são motivadores da iniciativa e que talvez fosse interessante colocar. Um deles é o seguinte, é a necessidade de manter o valor real proposto pelo CBHs e definido pelo Conselho de Recursos Hídricos. E a segunda é a persistência... A persistência de um cenário marco econômico de inflação.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Eu gostaria só de pedir, que quem já formulou mesmo, passar aqui para a Roseli poder já acrescentar, que fica até mais fácil para visualizarmos.

A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Eu acho que na Nota Técnica da ANA... Murta. Murta. Eu acho que a tua sugestão caberia em uma parte que tem no texto da Nota Técnica da ANA, que fala da... Sugeriria assim, considerando os objetivos da cobrança. Aí fala, reconhecimento da água como bem econômico, incentivo a racionalização do seu uso, obtenção de recursos para financiamento de programa de intervenções, e planos de recursos hídricos, e assegurar viabilidade financeira da agência. É o item 3, aí contempla o que você está colocando. Estaria aqui dentro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vamos dá uma olhadinha já no que já está, para nós podermos saber... Sim. Não. Não está interrompida a entrada de considerandos. É só para saber quais que já foram já colocados. Não é? Um dos considerandos é: considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecer critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Considerando que compete ao Conselho... Acabou, não pode mais ler.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor. Então, vamos agora com os considerandos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Roseli vai fazer a leitura para você não ainda, a minha voz.

A SR^a. ROSELI SOUZA (MMA) – Então, os considerandos. Considerando que compete ao CNRH estabelecer critérios gerais para cobrança pelos usos de recursos hídricos. Considerando que compete ao CNRH estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e aprovar os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, sugeridos pelos Comitês de Bacia Hidrográfica nos termos do Inciso VI do art. 4º da Lei 9984 de 2000. Considerando os objetivos da cobrança, o reconhecimento da água como bem econômico, incentivo a racionalização do uso da água a obtenção de recursos para financiamento nos programas, e intervenções contempladas nos planos de recursos hídricos, e assegurar viabilidade financeira da agência. Considerando que a viabilidade técnica econômica da cobrança pelo uso de recursos hídricos exerce papel fundamental... De fundamental importância na implementação dos planos de recursos hídricos e na indução do usuário aos procedimentos de racionalização, conservação, recuperação e manejo sustentável das bacias hidrográficas. Considerando a necessidade de recomposição e conservação dos valores reais dos preços unitários definidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Resolve.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, é só para... Não está fechado. Nós vamos ver...

A SR^a LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Não, só para lembrar as sugestões do Gustavo aqui, do art. 1º Inciso 2º. Art. 19.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Isso. Por favor. Gustavo, nós precisamos da tua ajuda aqui, para saber qual o pedaço do 19 que precisa ir. Com os incisos todos?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Gustavo eu peço um favor, dá uma olhadinha nos considerandos que foram colocados, se você achar que está contemplado, ótimo, se não, colocamos. Sem problema viu?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, vamos agora... Pode ser. Vamos colocar. Então, vamos dá uma lida agora nos considerandos, por favor, para ver se contemplados. Considerando o art. 19 e 22 da Lei 9433 de 97. Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecer critérios gerais para a cobrança pelos usos de recursos hídricos. Considerando que compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do sistema... Não adianta fica... Por favor, lê quem... O meu excesso de... A minha dificuldade visual. Então, é melhor alguém ler mais perto pela tela.

A SR^a. Livia – Quer que eu faça a leitura Sérgio?

A SR^a. LIVIA ROMANO (CRH/RJ) – Considerando que compete ao CNRH estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação dos seus instrumentos, e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e aprovar os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, e sugerido pelos Comitês de Bacia Hidrográfica nos termos do Inciso VI do art. 4º da Lei 9984 de 2000. Considerando os objetivos da cobrança, o reconhecimento da água como um bem econômico, o incentivo a racionalização do uso da água, a obtenção de recursos para financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e assegurar a viabilidade financeira da agência. Considerando que a viabilidade técnica, e econômica da cobrança pelo uso de recursos hídricos exerce papel de fundamental importância na implementação dos planos de recursos hídricos e na indução do usuário aos procedimentos de racionalização, conservação, recuperação, e manejo sustentável das bacias hidrográficas, e considerando a necessidade de recomposição, e conservação dos valores reais dos preços unitários definidos pelo CNRH, resolve.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Gente, nesse considerando aqui, que trata dos objetivos da cobrança, eu gostaria de sugerir que aquela menção aos arts. 19 e

22, da 9433, entrasse aqui olha, considerando nos termos dispostos nos arts. 19 e 22 da Lei 9433. Os objetivos da cobrança, dois pontos. Entendeu? Porque é aqui que eles se encaixam e não de uma forma isolada lá, como foi colocado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Gustavo. Então, pegaria... Baixar o primeiro para o 4º?

A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Olha, se vocês não falarem no microfone, nós não conseguimos... Principalmente a Roseli não consegue...

A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB) – A ideia é após o considerando 4º colocar: conforme disposto nos arts. 19 e 22 da Lei 9433.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só que aí eu não sei do ponto de vista da pontuação se cabe esse ponto e vírgula que está separando, porque quando você faz esse complemento há uma parte separada por ponto e vírgula, pode dá a impressão que é só aquela parte. Entendeu? Então, talvez aí teria que substituir... Aí eu não sei como que seria a melhor maneira do ponto de vista de pontuação, mas eu concordo, eu acho que é até melhor.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Lívia, depois da cobrança que vai entrar mesmo?

A SRª LÍVIA (CRH/RJ) – Considerando os arts. 19 e 22, em especial os objetivos da cobrança, dois pontos. Pode ser? Tira o ponto e vírgula. Põe uma vírgula... Em especial... Isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Ok? Claro que depois vai passar por uma leitura de concordância, alguma coisa nós podemos melhorar um pouquinho, está bom? Então, esses são os considerandos da Resolução. E partiremos agora para a análise dos artigos. Art. 1º, estabelecer procedimentos para a atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União. Algum tipo de manifestação, por favor? Gustavo, por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu gostaria de saber em qual norma... Isso é matéria de cobrança e não é uma coisa que eu entendo tanto. Em qual norma que estabelece esse conceito, preço público unitário?

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Todas as resoluções, acabou sendo um termo cunhado por todas as resoluções, deliberações que os Comitês vem aprovando no País. Preço público unitário, PPU. É definido, preço público unitário. É o preço que se cobra pelo uso da água.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Nos mecanismos de cobrança existem critérios que diferenciam os valores, não é? Por exemplo, para transposição existe um adicional ao valor. Então, não existe um preço público unitário, se eu bem entendo. E... Não. Pois é, mas assim, é um conceito que eu acho assim, pouco... É um conceito um pouco aberto demais e eu acho assim, se esse conceito está sendo colocado na norma é importante amarrar um pouco mais, porque eu sei que não existe... Existem situações que esse preço é um pouco alterado. Só isso.

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – Só para esclarecer. Não é que em uma mesma Resolução, no mesmo Comitê você tenha preço diferenciado. O preço público ele é unitário, ele tem o preço de referência que é estabelecido para determinado Comitê. Com os vários usos que se tem na bacia e aí considerando critérios como eficiências, São Francisco trabalhou muito nisso agora, Parnaíba trabalhou muito nisso, você tem alguns fatores que alteram o valor a ser cobrado pelo metro cúbico para cada um desses usos diferenciados. Mas o preço público estabelecido, ele é de fato, um único para cada Resolução. Preço público é um termo já consagrado na Administração Pública e todas as Resoluções que nós temos aqui da ANA, que fala de cobrança, usam essa terminologia. Não é? Então, não é uma inovação dessa Resolução. Então, só para esclarecer.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu não entendo como uma inovação, mas a verdade é que parece que esse termo ele é usado de forma ampla, sem que tenha uma norma que o tenha definido enquanto tal. Não é? Quer dizer, você sempre usa determinados conceitos em alguns lugares e tem alguma coisa que fala, preço público unitário é isso. Então, já que não existe isso, uma amarração falando isso, eu acho que caberia aqui, nessa norma, fazer isto. Entendeu? Eu estou falando isso porque eu mesmo me perguntei, eu pergunto para o leigo que vai acompanhar a atividade, no Comitê de Bacia Hidrográfica não sei lá da aonde. Você falar, o que é preço público unitário? Ele não tem uma referência legal sobre isso? A não ser que é um uso, vamos dizer, generalizado, mas que nunca teve esse cuidado de definir o que significa.

O SR. LUIZ EDUARDO (Prestadores de Serviços Públicos) – Olha só, na verdade em alguns... Luiz Eduardo (...). Geralmente assim, jurisprudência trata isso como aquilo que não é imposto, aquilo que não é taxa e aquilo que não é contribuição de melhoraria, porque isso é tributo. Então, tudo que não é tributo, mas que é cobrado pelo Estado de um modo geral, é comum você usar preço público, é normal.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Independentemente, por exemplo, isso que você está falando, eu gostaria que isso fosse escrito na norma, de alguma maneira, fazendo uma referência a isso, para não ficar uma coisa, assim, que depende só de quem conhece a máquina pública e o uso generalizado dos gestores públicos ou dos...

O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA) – Deixa eu fazer uma proposição, então, que nós retornemos com essa discussão. Lívia, sobre o que é preço público unitário para a Câmara Técnica, que aí com a calma necessária...

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) –... Até perpassa pelo seminário que nós estamos propondo, que já trouxe aqui para a CTIL. Talvez se nós amarramos aí, agora, nós percamos o objeto do seminário, porque aí nós já vamos ter caracterizado a aplicação dos recursos, como ela se dá. Então, eu acho que é um assunto importante sim, mas não é para cá, agora, nós vamos discutir isso em um seminário específico, está na pauta da CTCOB e da CTIL.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Concordo com a Lívia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Com isso, com essa explicação da CTCOB podemos seguir, por favor? Art. 2º. Só um minutinho. Os preços públicos unitários definidos para cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, serão atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, IBGE ou de índice que vier a sucedê-lo. Em discussão o art. 2º. Por favor. Por favor, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP) – Eu queria só por uma questão e depois fazer uma sugestão de melhoria da redação aqui. Bom, a primeira questão, também sai um pouco da área conceitual e para a área mais prática, vamos imaginar, se nós olharmos os próprios contratos de gestão, ou seja, vamos

3623 imaginar 2019. Então, em 2018 eu atualizei o preço pelo IPCA, por exemplo, e é
3624 natural que assim, você tem a meta do contrato de gestão do desembolso, e como
3625 o próprio colega do Comitê colocou, o Paulo, a dificuldade que nós temos para
3626 desembolsar, porque o município muitas vezes não consegue licitar, enfim, todas
3627 as dificuldades de desembolso que nem depende, muitas vezes, de quem está
3628 arrecadando, e sim de quem está aplicando. E é natural que recursos hajam
3629 desistências, hajam recursos que voltem ao caixa, e esses recursos de maneira
3630 predominante ficam em aplicações financeiras, justamente para se atualizar. É
3631 evidente que isso é uma fatia do recurso, não é o recurso todo, ficam em
3632 aplicações financeiras para se atualizar nesse ano que ele ficou parado até que
3633 haja uma nova deliberação do Comitê, que pode demorar mais ou menos para
3634 que esse recurso volte a ser aplicado. E aí nós temos muita insegurança jurídica
3635 do como que nós evitamos a biatualização, ou seja, imaginem o ano que vem,
3636 vamos imaginar, arrecadou 100 milhões de reais no Comitê de Bacias e aplicou
3637 70, 30 ficaram em aplicações financeiras, por qualquer que seja o motivo, porque
3638 não teve projeto inscrito, ou porque houve devolução, ou por qualquer que seja a
3639 motivação disso. Esses 30 e há essa orientação do próprio Tribunal para que fique
3640 em aplicações financeiras, conservadoras, inclusive, e aí a hora que eu aplicar o
3641 reajuste do ano seguinte, eu estou aplicando sobre um valor que já foi atualizado,
3642 sobre uma fatia do valor que já foi atualizado monitoramente no ano anterior.
3643 Então, nós temos uma preocupação muito grande, isso sim nós vemos como um
3644 caso grave, até, de judicialização, porque eu estou aplicando duas vezes a
3645 atualização, aquele recurso que ficou um ano parado, sofreu uma atualização e no
3646 ano seguinte ele vai sofrer uma nova atualização sobre um valor que ele já foi
3647 atualizado. Então, eu tenho uma biatualização. Isso nós precisamos pensar um
3648 pouco, como que nós conseguimos algum mecanismo, porque isso sim, nós
3649 vemos com uma grande preocupação de judicialização, superadas as questões
3650 anteriores para nós não voltarmos, nesse sentido. Esse é um ponto que eu acho
3651 que a Câmara tinha que refletir sobre essa questão aí. A segunda questão, e aí,
3652 talvez mais no sentido de uma proposta de redação, não tenho o texto pronto, mas
3653 até o colega me perguntou aqui, ou seja, porque IPCA, ou seja, por que IPCA? Ou
3654 seja, porque, enfim, nós discutimos um pouco na CTCOB, foi uma proposta da
3655 Agência Nacional de Águas, que trouxe essa proposta de redação inicialmente,
3656 aonde que entra um pouco uma fala que o próprio Paulo estava colocando
3657 enquanto Comitê, ou seja, aonde que o Comitê pode opinar sobre um outro
3658 índice? Ou seja, aonde o Comitê pode dizer que, não, aqui na minha região, na
3659 minha bacia nós estamos vendo que o IGP-M... Ou melhor, no meu Plano de
3660 Bacias prioritariamente os investimentos são para adicionamento. Então, se
3661 aplicaria o INCC da construção civil, que representaria melhor essa atualização,
3662 essa perda monetária, ainda que o IPCA talvez represente, de fato, a inflação de
3663 uma forma mais clara. Então, eu acho que essas duas questões, primeiro essa
3664 questão, como que nós evitamos a biatualização, que eu acho que traz bastante
3665 insegurança jurídica e essa questão de onde fica... Aí olhando para o futuro, nós
3666 não estamos discutindo o passado ainda. Como que um Comitê de Bacias poderia
3667 adotar um índice oficial, diferente do que o IPCA, talvez uma redação que permita
3668 exatamente isso, o Comitê dizer, olha, na minha região o INCC representa melhor

a atualização ou a perda que nós tivemos, até olhando para o tipo de investimento que está previsto no meu Plano de Bacias. Então, eu coloco aí para nós refletirmos essas duas questões.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Temos inscrito Ney Murtha e o Júlio em seguida.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Então, Alexandre, eu não entendi a sua colocação sobre biatualização, um recurso que já está na agência... Recurso que já está na agência e que não foi gasto, ele está no caixa da agência, ele não vai ser cobrado duas vezes do usuário. Ele está na agência esperando a execução de um projeto que demora mais que um ano para ser desembolsado. Então, nós temos, nós costumamos muito a analisar a eficiência e o desempenho de uma agência pelo desembolso anual, e às vezes você tem projetos que tem longa maturação, contrata uma obra que vai demorar 5, 6 anos para ser implementada, ou 2, ou 3 para ser desembolsado. Então, esse discurso que não se gasta nas agências, nós temos alguns casos que são fora da curva, mas a regra não é essa. A Agência PCJ, que você conhece muito bem, se recomendasse o dobro que arrecada hoje teria capacidade para gastar. Não é? Tem 50 milhões em caixa, algo em torno disso e tem muito mais do que isso comprometido, por quê? Contando com a receita que vem nos próximos anos. Então, não vejo bitributação ou biatualização nisso. Uma coisa é aquilo que já foi arrecadado, outra é o por vir. Em relação a índices diferentes. Tem agências que fazem atividades que são diferentes das outras, nesse sentido você tem especificidades que poderiam ser melhor interpretadas por índices diferentes. A questão é que isso traz um complicador operacional que, para quem faz a gestão, a regulação, que não é a prática da nossa administração. Os contratos, todos os contratos novos do Governo nos últimos anos trazem esse índice, IPCA. Nós fizemos essa leitura. As agências reguladoras de saneamento, se não assumem o IPCA integralmente, porque têm outros fatores que influenciam ali na correção, fatores operacionais, mas boa parte dos indicadores de reajuste é IPCA. Não é? Então, é o indicador que é adotado pelo Governo em todas as concessões mais recentes, seja de estrada, seja de navegação, seja do setor elétrico, enfim. Todos os contratos, seja aqui do Ministério do Meio Ambiente, Serviço Florestal, todos os indicadores adotados são IPCA. Então, nesse sentido nós mantemos a proposição que foi discutida lá na CTCOB, de se manter esse indicador para correção, para atualização.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Júlio, por favor.

O SR. JÚLIO – É mais ou menos o que o Ney falou, pelo menos na primeira parte, que o reajuste é para aquilo a receber. O que você já recebeu você pode aplicar em uma... Fazer uma aplicação financeira, pode não aplicar, enfim, aquilo já

3715 morreu em termos de reajuste. Quer dizer, se você tem 1 milhão para receber, no
3716 primeiro ano que recebeu 1 milhão, aplicou, não aplicou, fica esse 1 milhão. Agora
3717 o próximo milhão do outro ano, aí sofre a correção. Essa eu acho que é a ideia.
3718 Então, também não vejo problema da bitributação.

3719
3720
3721 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Por favor, mais alguma
3722 manifestação? Mantemos o texto? Por favor, Alexandre. Sim. É só para nós
3723 tentarmos ficar mais tranquilos.

3724
3725
3726 **O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP)** – Enfim, era só um pouco essa reflexão da
3727 questão do índice, ou seja, se de fato ele, novamente nós voltamos para a história
3728 da autonomia dos Comitês, ou seja, não quero retomar esse tema, mas é de fato,
3729 ou seja, um Comitê não tem a liberdade de adotar outro índice. Só isso. Nós
3730 estamos pactuando isso. Ou seja, o Comitê vai adotar o IPCA, ou seja, se naquela
3731 região o plano de aplicação dele tiver outro índice, como o INCC da construção
3732 civil, ou IGP-M, ou qualquer outro índice da economia ele não pode adotar. Ou
3733 seja... É só isso. Se tiver claro isso para a Câmara.

3734
3735
3736 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Perfeito. É isso mesmo, só
3737 para também... Sempre estar esclarecido é importante. A Resolução está
3738 estipulando que o índice a ser usado é esse. Ok?

3739
3740
3741 **A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ)** – Sérgio, olha só, a Resolução está estipulando
3742 isso sim, mas a Resolução em nenhum momento ela veda a competência
3743 originária do Comitê, de propor um índice e trazer a esse Conselho. Enquanto ele
3744 não fizer isso é o índice que essa Resolução está propondo.

3745
3746
3747 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – E porque não escreve isso, então, Lívia?

3748
3749 **A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ)** – Na CTCOB o que nós chegamos em
3750 consenso... Então, na CTCOB... Na CTCOB nós chegamos ao consenso de não
3751 colocar essa redação por ser competência originária. Se nós aqui entendermos
3752 que tem que colocar a redação, nós colocamos a redação, mas assim, isso foi
3753 claro.

3754
3755
3756 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Mas, então, até Alexandre, se
3757 colocar isso já te contempla, contempla a indústria um pouco mais?

O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP) – Acho que ajuda nesse sentido. Agora a Lívia colocou uma questão, porque veja, o Comitê pode trazer, evidentemente, é competência, isso ninguém está discutindo. Agora, isso que impacto traz para a Resolução vigente? Essa aqui, no caso (...)? Ou seja, no sentido de eu ter essa exceção. Então, vem um aqui e fala, eu quero um outro índice. Aí eu vou ter um Comitê com outro indicador e eu tenho uma Resolução que não traz essa exclusão, de forma genérica ele traz que para todos os Comitês é o IPCA. Não sei, talvez nós pudéssemos tentar...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Eu gostaria da compreensão. Se tem dúvida, isso já é originário e não está sendo contra nada, pode ser salutar colocar. Por favor, Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu gostaria... Olha, eu não sei se nós vamos conseguir fechar essa matéria hoje, tanto que tem um ponto aqui que se propôs devolver para a CTCOB. Não é isso? Não entendi isso? Não foi falado? Naquela questão do preço público unitário? Não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É que existe conceito de outras coisas também, que estão sendo discutidas e esse é um dos conceitos que estão sendo discutidos a posteriori.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – O que eu acho que seria, talvez bom, não sei, para o grupo aqui, como eu estou chegando nessa discussão agora não quero também ter a prepotência de saber o melhor caminho, mas eu acho que talvez seria uma questão de fazer uma consulta formal ao Fórum Nacional de Comitês a respeito disso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sobre o IPCA, formalmente?

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Mas o Fórum já se manifestou, o representante do Fórum está aqui. Nós estamos ignorando a representação do Fórum que diversas vezes já falou. Não. Não estou brigando com você não Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Não, tudo bem, mas a questão que eu estou colocando é o seguinte, eu acho que a formalidade para certas coisas é importante.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (MMA) – Questão de ordem só. Se nós formos discutir se é IPCA ou se é outro índice, é questão de mérito, aí realmente é CTCOB. A proposta é que é o IPCA e não está claro, isso aí é uma questão legal, se para nós não está claro, nós incluímos. Agora, se for voltar se é IPCA, se não é IPCA. Então, não cabe a essa Câmara discutir, no meu modo de ver. Agora, se for para esclarecer essa questão, a posição, que é uma posição, já está legal, que já foi aceita lá na CTCOB, eu, a minha sugestão é que se coloque.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Você me permite Sérgio? Na verdade não é, acho que de fato não é, que se debruçar sobre os índices, é só criar um mecanismo, que um pouco o que a Lívia diz, criar um mecanismo que o Comitê possa estabelecer um outro indicador, propor um outro indicador e que a regra não aplique para todos, para essa exceção posta acontecer. Não é?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, a ideia é essa, para que não tenha dúvida, embora a CTCOB também... Ela concordou com isso, mas só, era o momento de não dá uma redundância em coisas ou... Mas reafirmar pode ser importante. O Paulo, como foi citado a questão dos Comitês, ele pediu só para deixar clara a posição.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (Comitê) – Em primeiro lugar eu gostaria de esclarecer a todos, eu fui eleito, sou aqui representante dos 230 Comitês de Bacias no Conselho Nacional. A minha representação aqui é legítima. Então, nós temos por hábito tirar uma posição. Então, eu estou aqui trazendo a posição. Então, eu acho que, companheiro, respeito com a nossa posição, com o nosso... Se eu trago aqui não é uma posição do Paulo, é uma posição que já foi discutida. Então, gostaria que fosse considerado aqui, e pedir um respeito, porque senão aí vai ficar, cada vez que eu vou duvidar, e aí eu me sentir que eu estou sendo... Estão duvidando da minha posição. Aí eu vou ter que consultar a ANA, consultar o Fonasc cada vez que cada um vier... E assim por diante. Obrigado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Sem problemas. Vamos lá Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Sem problema mesmo. Eu até peço desculpas, porque eu não vi você se posicionando sobre a questão do índice e se você falou e eu deixei de ouvir, de prestar atenção, eu peço desculpas a você. Só isso. Entendeu? Eu não estou questionando aqui, eu ainda estou começando a chegar, estou começando a conhecer as pessoas. Você me perdoe.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (Comitê) – Quando eu coloquei que o Comitê de Bacia não perdia autonomia, inclusive fui eu que trouxe para o debate aqui. A questão que no Comitê aonde eu atuo, fui presidente, eu sou vice-presidente, hoje nós lá decidimos, quando for feita a cobrança lá no Rio Grande do Sul e que se nós tivermos dinheiro em caixa, isso foi colocado, isso aí está escrito lá, no nosso Plano de Bacia, se nós tivermos dinheiro em caixa e não conseguirmos aplicar esse dinheiro na bacia, nós estamos sendo ineficientes. Então, não tem porque cobrar de novo no ano seguinte. Então, foi essa... Eu que acabei trazendo esse ponto para cá. Obrigado.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Tranquilo. A indústria está vendo aqui, da contemplação para poder dar. Isso ajuda no processo de reafirmação do Comitê? Locais, correto? Pois não.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – É porque o negócio é o seguinte, nós temos que tomar um cuidado aqui, com essa questão de... Questão originária, etc. e tal, porque nós estamos adotando uma linha de procedimento aqui. Os companheiros aqui da indústria falaram que o princípio era da descentralização e tinha que partir do Comitê. Então, eu acho que nós temos que tomar cuidado aqui, para termos coerência com as decisões relativas a essa questão dos preços, para depois não vir falar que para uma coisa respeita a descentralidade e para outra não. Isso vai mostrar uma incoerência nossa. Então, eu acho que... Eu estou falando isso porque nós conhecemos advogado como é que trabalha e eu conheço. Então... É, conheço vários, inclusive. Então, o cara chega lá no Juiz, olha, você vê que por uma coisa aqui é uma coisa, outra é outra. E vai, desqualifica a tomada de decisão, a Resolução. Então, tomemos cuidado com isso, certo? Já que é uma decisão mesmo, que compete ao CNRH, eu teria o cuidado de avaliar se existe algum outro índice, além do IPCA, que é eficaz e eu mencionaria além do IPCA esse outro índice. Ou, então, não. É IPCA mesmo e ponto e acabou. Entendeu? Não tem essa coisa de flexibilizar não. Ou nós assumimos que é desse jeito, ou então, não vamos ficar fazendo média não, porque depois nós vamos levar ferro lá no Tribunal de Justiça.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor, Ney.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Eu queria chamar a atenção dos colegas e pedir a compreensão dos usuários, no sentido de que nós não abrísssemos oportunidades para que essa Resolução não fosse aplicada. Nós já tivemos casos em que se estabeleceu que anualmente o Comitê teria que se manifestar sobre reajuste dos valores, atualização dos valores. O Comitê apresentou uma proposta de reajuste de 0%, indicador 0%. Não é? Então, assim, todos os contratos governamentais estão trazendo o IPCA. E aí me desculpa Gustavo. Cadê o Gustavo? Não vai nem me desculpar, porque não está presente. Dizer que nós não nos debruçamos sobre esse tema na CTCOB, não diz respeito à dinâmica que de fato aconteceu por lá. Nós discutimos. Nós temos notas técnicas na ANA que defendiam até 2012, 2013, a adoção do IGPD, não é? Mas essa não é a prática de atualização de preços públicos, de tarifas, de taxas no âmbito do Governo Federal. Então, nós queríamos pedir a sensibilidade aí, dos usuários, no sentido de não trazer mais esse complicador operacional, uma vez que um deles vai haver, o Comitê quer... Ah, eu quero IGP-M, quero... Olha, esse ano... O que não dá Alexandre, é o seguinte, isso é para ser aferido em outubro, chega em setembro o Comitê do São Francisco: eu quero o IGPD. O outro: eu quero IGP-M. Não, esse aqui deu meio ponto percentual abaixo. Vamos levar a discussão para lá. É um desgaste de energia no sistema que não contribuiu para a operacionalização do sentido dessa Resolução. Nesse sentido eu gostaria de pedir a manutenção do texto que foi proposto pelo CTCOB.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só completando.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor... Chico, lá, olha, você pode falar.

O SR. FRANCISCO LAHOZ (CONSÓRCIO PCJ) – Francisco Laos. Se você vai submeter, então, ao Conselho e tudo mais, você vai (...) esse processo. Tem que pensar isso. Tem que pensar isso, porque não é simplesmente o Comitê decidiu, você tem um processo para vencer isso e nós estamos justamente procurando com essa Resolução, evitar esses processos longos. Então, realmente temos que pensar sobre isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Para ficar transparente aqui, a minha fala com a Livia, eu pedir para ela, como Presidente da CTCOB, se colocar... Esse texto veio da CTCOB para ver o que pode ser feito. As conversas e as trocas de informações são sempre importantes, mas ela como Presidente da CTCOB, ela que coordenou isso e está trazendo aqui, além de CTIL ela é a Presidente da CTCOB. Então, é importante a posição dela.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – O que nós temos é um texto está escrito aí, é o que está e essa possível possibilidade de alteração, de acrescentar, que pode vir... Se vier um outro indicador, um índice do Comitê, etc. É essa a possibilidade. Ou o texto original, ou a possibilidade de mexer e trazer aquela possibilidade do Comitê.

A SR^a LÍVIA ROMANA (CRH/RJ) – Como Presidente da CTCOB eu falo para manter o texto original, porque é o que foi votado em Câmara Técnica. Eu estaria indo contra a nossa discussão se eu pedisse a alteração. Agora, como membro da CTIL eu vejo possível essa alteração.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Nós teríamos um texto para podermos olhar em cima de um fato concreto de leitura, para colocarmos aqui?

O SR. ALEXANDRE (FIESP) – Uma sugestão aí. Bom, primeiro Ney, dizer que se o Comitê mandou que é zero, qual é o problema? Autonomia do Comitê, ou seja, é o pacto que foi firmado lá, por mais que nós discordemos conceitualmente disso, não é? Agora, eu acho que para tentar nós encaminharmos aí, como essa questão, e primeiro também Ney, eu acho que nós somos capazes, acho, de pensar em um texto para não deixar solto, justamente essa questão que você disse, de se arrastar, tem a preocupação do Francisco de instância superior, ou seja, eu acho que nós conseguimos pensar em uma redação, e aí talvez um cronograma operacional, talvez de como fazer isso. O § 1º do art. 3º, que... Se você puder descer um pouquinho, por gentileza. Claro que fala de outra coisa, mas fala: caso o Comitê não apresente... Nós poderíamos, talvez, tentar recortar isso aí e tentar colocar: caso o Comitê apresente uma proposta... E aí nós tentarmos escrever alguma coisa... Aí fez a exceção do inverso. Aí nós talvez possamos pensar uma redação em cima disso aí. Não sei se a Livia de repente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. ALEXANDRE (FIESP) – É isso. Portanto não fica solto, ou seja, algum vai acontecer nesse sentido aí. Não é?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Bom, é uma apresentação de uma proposta concreta dos usuários.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É, só que esse é o texto original do terceiro, agora precisamos trazer para o contexto do segundo aí. Caso o Comitê apresente uma

proposta de outro... Ou do índice mais adequado à região, outro indicador, outro índice, enfim. Outro índice. Apresente proposta de outro índice...

O SR. ALEXANDRE (FIESP) – Assim, o caso ele é... Você tem uma ação para uma reação. Eu acho que pode ser, pode colocar assim, o Comitê poderá apresentar proposta de outro índice em um prazo estipulado... Aí nós vemos o prazo de 12 meses. Aí mantém o § Único, até a manifestação do Comitê aplicar-se a essa regra aí, do § Único, aí foge do que o Ney está preocupado. Entendeu Ney?

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – O Comitê teria um prazo de 12 meses para manifestar se ele quer outro índice. Se ele não se manifestar, aplica-se o IPCA. Se ele se manifestar dizendo: eu quero outro índice. Aí o Conselho delibera sobre isso. É essa a ideia.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – O Comitê deverá apresentar ao Conselho Nacional...

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Em um prazo de 12 meses. Agora, isso nós olhando daqui para frente, a partir do momento em que o índice for implantado. Só para deixar claro. E o prazo de outubro ali, do § Único, deve ser mantido, independente de índice... De outro índice ou não. O prazo é outubro.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Desculpe, só um pedido de esclarecimento.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Caso o Comitê venha a se manifestar, será... Aí Lívia, para guardar isso de não se arrastar a correção, pode colocar lá, será aplicado o disposto no parágrafo, que agora vai virar 2º, não vai ser único, não é? § 3º, será aplicado o disposto no § 2º, até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos delibere sobre a proposta de outro índice do Comitê.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Presidente, só uma questão de esclarecimento. Significa, portanto, que essa matéria ela só passa a vigor depois de 12 meses. Não é? Porque se o Comitê tem 12 meses...

O SR. GUSTAVO – Deixa eu só acabar de formular a pergunta... Não, mas eu ainda não terminei. Porque eu estou entendendo assim, se o Comitê tem 12 meses para se manifestar, significa que a norma não é aplicada durante esses 12 meses. Ou onde está escrito que ela será aplicada, independentemente de 12 meses?

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – Aproveitando para esclarecer a sua pergunta. O prazo de 12 meses é caso o Comitê entenda que aquele índice não é adequado para a realidade da bacia. Em ele querendo propor o índice, ele tem 12 meses. Porém, enquanto ele não propõe o índice, será aplicado o IPCA, a partir da publicação da Resolução.

O SR. GUSTAVO – Bom. Então, nesse caso eu acho que tem que ser § 2º, porque o básico é o de baixo, não é? E eu gostaria de acrescentar outro índice oficial de correção, mediante justificativa técnica. Ok?

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Só aproveitando, assim, o índice, muitas vezes Gustavo, ele não é um índice isolado, por exemplo, quando você vai para a área de consultoria, muitas vezes os contratos eles têm uma composição de índices, INCC do ano inicial e INCC do segundo ano, mis IPCA, porque depende da composição, como o Alexandre falou. Se na bacia tem muita construção, eu posso colocar como índice de correção, INCC mais o IPCA. Entendeu? Ele vai usar dados oficiais. Eu entendi o que você...

O SR. GUSTAVO – Então, você está propõe que possa ter até outros índices ao invés de um só?

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Não. Um índice de correção não quer dizer que é o IPCA, ou INCC, ou isso. Ele pode ser uma equação com vários índices. Entendeu?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Aí eu começo achar que começa a embolar o meio de campo dos Comitês. E aí eu acho o seguinte, a eficácia da norma ela passa a ser muito flexibilizada e prejudica o objetivo da norma. Então, assim, eu acho o seguinte, eu acho que não dá para inventariar índice, nem composição de índices. Eu acho que você pode falar assim, olha, aqui no... Porque o que hoje pode ser construção ou vamos supor, no primeiro ano de uma bacia que está começando, ela vai falar: não, esse ano eu quero fazer projeto e consultoria o índice melhor é esse. Aí no ano seguinte ela já vai implementar o projeto. Aí muda o índice. Aí você cria, como se diz no jargão popular, o samba do crioulo doido com essa... Eu estou falando assim, por isso eu acho que tem que ser índice oficial, com muita clareza para ter assim, e com a justificativa até vai justificar, agora, composição de índices. Aí você vai me desculpar, eu acho que isso aí já não é índice. Isso é fórmula. Sei lá, entendeu?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Paulo, nós estamos acabando também, para colocar oficial, conforme justificativa técnica, estamos fazendo o texto para ser lido, mas enquanto isso o Paulo, por favor.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL – É uma questão de esclarecimento até. 12 meses a partir de quando? Agora a Livia esclareceu. E por que outubro? O grupo estudou só que, para esclarecer.

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Outubro foi uma questão prática operacional, porque nós emitimos os boletos, o Órgão Gestor no caso da ANA, em janeiro. Então, se nós esperarmos fechar dezembro para dezembro emitir os boletos, isso é impossível. Então, fecha sempre no período de 12 meses, fechando em outubro, porque aí você consegue, tanto informar os usuários, mais abaixo vai estar ali, que é necessário dá publicidade a novos valores, aos usuários, publicidade daquele índice que foi apurado e emitir os boletos para em janeiro os boletos estarem com os usuários.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (Comitê) – Por que eu coloquei essa minha questão, por que outubro? Porque, vamos supor, se o índice definido pelo Conselho não tem discussão, não tem energia posta fora. Mas se tem um outro índice que o Comitê vai propor, tem que vir para o Conselho, tem que passar na CTIL e aí vai ficar só no ano seguinte. Então, eu estou colocando um ponto de interrogação, questão operacional, será que outubro não pode... Não só estou colocando, porque vocês que estudaram, estão aptos...

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Qualquer proposta que vir do Comitê o CNRH vai analisar e ele vai dizer como vai ser implementado, a partir de que momento. O Conselho pode receber a proposta do Comitê, achar que ela não é tecnicamente adequada e não valer a proposta que vier do Comitê ou contrário. Ele adotando que vale um outro instrumento, o bom é que ele vale é para o ano seguinte. Não é? Para nós não ficarmos quebrando valores ao longo do ano, porque os valores de cobrança são calculados de forma anual. E a apuração do índice é sempre bom deixar um pouco antes do final do ano para dar tempo, dar publicidade ao novo valor e da emissão dos boletos de cobrança aos usuários.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (Comitê) – Talvez eu não tenha conseguido me explicar, mas eu acho outubro muito tarde. É isso que eu quis dizer, para poder tramitar e ter que passar no Conselho. Se eu solicitar outro índice não passa?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aí passa.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Então, é isso que eu estou...

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Mas aí o Conselho... Mas aí tanto o Comitê quanto o Conselho, ele tem o seu ritual. Nós não conseguimos amarrar aqui, por exemplo, uma proposta que vier de qualquer matéria, ela vai tramitar com 2, 3, 4 ou 5 meses. O que vai acontecer é, algum momento vai chegar no Plenário e o Plenário vai deliberar. Se estiver em janeiro, por exemplo, ele pode olhar para o ano e falar: não, isso aqui vai valer só a partir do ano que vem. Então, (...) o índice do período tal ao período tal. Essa regra da... Porque aqui não havia essa novidade, essa novidade está sendo trazida pelo Setor Industrial. Então, o Conselho Industrial. Então, o Conselho quando debruçar sobre essa nova orientação, ele vai ter que estabelecer como vai ser implementado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Paulo, eu queria só clarear aqui. Pela proposta... Nós mantemos a nossa proposta de IPCA, assim como veio pela CTCOB, mas ali mantém a mesma sistemática, a mesma interpretação, eu estou entendendo, vocês assumiram, o Comitê propõe ao Conselho Nacional. O Conselho Nacional pode aceitar ou não aceitar. Pode aceitar no ano que é proposto, em janeiro do ano que vem ou pode aceitar em janeiro de 2018, dependendo da dinâmica de tramitação das coisas aqui, internamente. Enquanto não se alterar fica valendo o IPCA. É isso não é? O entendimento é esse, não é?

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (Comitê)– No sentido da garantia da autonomia. Claro, o Conselho é soberano para dizer, olha, não aceito essa justificativa e vai explicar porque não aceita.

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Se for para colocar em votação, como eu acho que já vai, nós encaminhamos pela manutenção da redação que veio da CTCOB.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (Comitê) – Ney, só para... Me desculpe, que eu estava pensando com a cabeça de tesoureiro, que eu já queria já arrecadar mais rápido.

O SR. NEY MURTHA (ANA) – E viu Paulo? Até para... Na CTCOB nós temos uma discussão intensa em relação a isso, tanto no orçamento público quanto no orçamento privado, normalmente agosto e setembro é o mês limite para a elaboração do orçamento do ano seguinte. Nós queríamos até antecipar um pouco isso, mas depois eu acho que a ANA nos convenceu que outubro era uma data... Está vendo, você nos convence aí, às vezes, está vendo?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Por favor. Então, vamos ler como é que ficou. Tem uma proposta texto base, está certo? Que é o IPCA, independente e tem uma segunda proposta de que o art. 2º tenha um § 1º, da qual coloca um primeiro e um segundo, não seria único e coloca essas variações de possibilidades de usar um outro índice. Então, o art. 1º ficou. Então, vamos ler, então, desde o início, porque é importante, não é? Os preços públicos unitários definidos para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, serão atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, IBGE ou de índice que vier a sucedê-lo. § 1, o Comitê poderá apresentar proposta de outro índice oficial de conservação de valores ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, desde que, devidamente justificada no prazo máximo de 12 meses, a partir da publicação desta Resolução. § 2º, para os exercícios a partir de 2018 aplicar-se-á a variação do IPCA IBGE ao preço público unitário vigente no interstício de 12 meses, apurado em outubro do ano anterior. É isso que está em debate, por favor. Por favor, (...).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sou eu , não é? Bom, tem duas coisas a colocar, a primeira coisa é de forma, que eu acho que lá, o Comitê deverá apresentar a quem? Não é isso? Ao CNRH, mas devia colocar antes, não é? Colocar antes. No § Único que virou 2º agora, também tem uma proposiçãozinha para dizer, o seguinte, se você colocar a aquela expressão ali como está, para o exercício a partir de 2018, eu acredito, no meu modo de ver, que 2018 não está. É só a partir de 2018. Seria 2019 em diante, então. Então, a sugestão minha seria assim, para o exercício de 2018 e subsequente... Que aí você mataria o assunto. Correto?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Presidente, só uma dúvida. Por que não reajuste ao invés de conservação?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Aí realmente tem que ver a parte tributária, não...

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Eu pergunto, Gustavo. Gustavo, eu estava aqui olhando isso também e me perguntei se não poderia ficar. O Comitê poderá apresentar ao CNRH a proposta de outro índice, desde que devidamente justificado e no prazo máximo de 12 meses. Em vez de qualificar esse índice. Não falou de um índice lá em cima, no art. 2º? Então, o Comitê poderá apresentar a proposta de outro índice, desde que devidamente justificada. O que vocês acham?

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – É importante só deixar ali, a palavra ‘oficial’, não é? Sim, índice oficial.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO (Fonasc) – Eu queria entender o porquê o prazo máximo de 12 meses, já que o prazo do IPCA vai estar... A partir de 2018 vai ser aplicado o IPCA, se em 2022 o Comitê entender que a partir de agora eu quero outro índice, ele não vai poder fazer essa proposta?

O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA) – Enfim, nós vamos lendo as coisas e vamos percebendo outros pontos de vista. Exatamente, toda regra, nenhuma regra é feita para ser eterna, mas vamos dizer que daqui a alguns anos um Comitê de Bacia resolva, daqui 5 anos, na revisão do Plano de Bacia ele resolva, aí sim, propor. Então, de fato, eu acho que nós temos que melhorar a redação nesse sentido, como que nós não cerceamos nesses 12 meses, ou seja, em tese a qualquer momento ele pode apresentar... Não é?

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Se você tirar o prazo, aí como é que fica? Em que tempo o Comitê deveria se pronunciar para que de fato seja tomada uma decisão? Sim, aí a decisão pode não ser tomada nunca.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – A qualquer tempo, enquanto isso ficaria...

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Não, mas eu digo assim, esse prazo eu acho que é importante para definir essa questão de, se você não se pronuncia aplica-se o IPCA.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUT (MMA) – Desculpa Sonali, se você põe o prazo você está dizendo que é uma vez só que ele pode. Então, quer dizer, nos próximos 12 meses ele pode mudar, depois não muda mais. Então, a ideia é tirar esse do prazo máximo e deixar devidamente justificado. Quer dizer, se daqui há 3 anos ele quiser mudar, ele entra, vai entrar toda no caminho aqui, do Conselho...

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – E o comando está no artigo? Vai ser usado isso. Se ele se pronunciar de forma contrária. Ok.

4264 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Tem uma observação que é técnica, que é a
4265 seguinte, se o Comitê chega aqui com a proposta em agosto. Olha, eu acho que
4266 IGP-M deu menor.

4267

4268

4269 **O SR. JÚLIO** – Não, aí dançou.

4270

4271

4272 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Vale para o exercício subsequente. Estamos
4273 acordados nisso? Então, isso tem que estar na regra lá. Para os exercícios...

4274

4275

4276 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

4277

4278

4279 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Isso. Eu quero... Não. Então, vamos combinar
4280 assim e de alguma maneira colocar isso na redação.

4281

4282

4283 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É, para os exercícios subsequentes. Eu acho que
4284 vale a...

4285

4286

4287 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Para exercícios subsequentes.

4288

4289

4290 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É que nós tínhamos entendido que quando viesse a
4291 proposta esse tipo de posição iria ser colocada, mas eu acho que de fato fica
4292 muito mais prudente já deixar essa sinalização, tanto para o usuário quanto para o
4293 sistema, essa sinalização é mais confortável.

4294

4295

4296 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

4297

4298

4299 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Gustavo, por favor, pode falar.

4300

4301

4302 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – É o seguinte, eu acho que poderia se
4303 estabelecer um prazo limite para apresentação da proposta em relação à época
4304 de reajuste. Não tem uma época? Eu não sei, vamos supor, 6 meses antes do
4305 reajuste ele apresenta a proposta, se não apresentar vai para o ano seguinte.

4306

4307

4308 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

4309

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que tem o tempo de tramitação do Conselho e tem o tempo de cada Comitê. Tem Comitê que está em processo eleitoral, muitas vezes não vai conseguir entregar no 1º semestre, tem uma consultoria para fazer. Eu acho que, de fato, amarrar com data, cada Comitê vai ter um time.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Se existe um órgão que... Gustavo que está falando. Se existe um órgão... Gustavo da FONASC. Se existe um órgão que de certa forma vai referendar aquilo, que é o CNRH, não adianta o Comitê falar, CNRH você vai adaptar aqui ao meu prazo. O prazo é o do CNRH. Então, eu acho que para isso seria bom estabelecer um período, assim, anterior.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Lívia, por favor.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Eu acho que a redação proposta ali atende ao que foi falado. Então, o Comitê poderá apresentar ao Conselho Nacional a proposta de outro índice oficial, desde que devidamente justificada, para o exercício subsequente a aprovação da matéria no Plenário do Conselho. § 2º, para o exercício de 2018 e anos subsequentes, aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente no interstício de 12 meses, apurado em outubro do ano anterior.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vocês acham que precisa algum tipo de votação ou dá para entrar em um consenso... Ótimo. Consensuou? Muito bem, isso é ótimo. Muito bem. Passamos para o 3. Vamos lá, art. 3º. Os Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União, deverão sugerir, no prazo de um ano, mecanismos e quantitativos para definição pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de proposta de adequação dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de forma a compatibilizar as perdas anteriores, desde a última aprovação dos seus valores elaborados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. § 1º, caso o Comitê não apresente a proposta dentro do prazo estipulado no caput desse artigo, será aplicado automaticamente o previsto no § 2º desse artigo. § 2º, para o exercício de 2018 aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente no mês da sua aprovação, por Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que define os valores e mecanismos de cobrança até o mês de outubro de 2017. Vamos lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JOSÉ QUADRELLI (CNI) – Questão de ordem aqui. Conforme informado a Secretaria-Executiva, agora a representação do Setor Industrial vai ser feita pelo Alexandre Vilella na minha ausência, com direito a voto.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Queria fazer duas observações aí Sérgio, no § 2º... Ney Murtha da ANA. § 2º ali, para exercício de 2018, na verdade é para o exercício de 2019. Não é? A Livia acaba de dizer que eu não estou mentindo. Então, vai haver a apuração em outubro de 2018, como fala o art. 2º, para o exercício de 2019. Então, os usuários serão comunicados até dezembro, do valor que vai vigor em 2019, no exercício de 2019. E aí eu queria clarear aqui Sérgio, o entendimento de que não queremos retroagir em nada. A argumentação foi feita pela indústria no começo da reunião, nós não queremos retroagir. Nós fizemos o levantamento, a equipe lá da Coordenação de Cobrança fez o levantamento das perdas nesse período, estimou em 150 milhões de reais de perdas para o sistema de recursos hídricos, com a ausência da atualização monetária. Esse valor, nas nossas discussões, na nossa proposição Alexandre, nesse valor está perdido. Nós consideramos ele como perdido. Então, não se trata de recuperar esse valor, esse montante que deixou de ser arrecadado pelo sistema, mas de atualizar o valor que foi proposto pelo Comitê e definido pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, seja ele há um ano atrás, há 6 meses, há 5 anos ou há 10 anos, nós temos alguns casos. Não é? Então, assim, é um valor que foi proposto pelo Comitê, a partir de um pacto que foi estabelecido lá. A nossa leitura de entendimento, o nosso entendimento sobre o que é mais aderente ao pacto que foi estabelecido lá é muito diferente Alexandre. O nosso entendimento sobre o pacto que foi estabelecido lá e aí não foi só entre os usuários, foi entre os usuários, os representantes da Sociedade Civil, dos governos, é de que de havia planos a serem executados em horizonte de 10, 15, 20 anos, esses planos precisavam de um determinado montante, esse montante ia ser arrecadado, ou parte desse montante, ia ser arrecadado com recurso da cobrança. A depreciação desse valor com ambiente inflacionário, é que na nossa opinião corrói também o pacto que foi estabelecido lá atrás. Não é? Então, na nossa visão não se trata aí, de recuperar esse recurso que foi perdido, mas de recuperar o conteúdo da decisão da proposição do Comitê e da decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, caso o Comitê, no prazo de um ano, não se manifeste. Então, reconhecendo o princípio da descentralização da subsidiariedade, abriu-se uma janela, a proposta original era essa, olha, vamos corrigir, se o Comitê não apresentou a proposta vamos corrigir com base na última aprovação. Então, nós discutimos profundamente, exaustivamente, cansativamente, não vou falar traumáticamente, porque esse termo o Chicão utilizou na última reunião e teve mais uma meia hora de debate por causa desse termo, não é Chicão? Então, não vou usá-lo, mas foi

uma discussão extenuante. Não se trata de recuperar o que foi perdido. Se trata de, atualizar com referência naquilo que foi proposto pelo Comitê e definido pelo CNRH. Se essa interpretação Alexandre, não está clara com a redação que foi dada, nada nos impede de aperfeiçoar a redação, mas é o sentido da decisão, salvo melhor juízo, da CTCOB.

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Ney, eu... O teu esclarecimento, só queria que você me esclarecesse o seguinte. Então, o que você está dizendo, em outras palavras, é que a linha de base para o cálculo do reajuste é a aprovação da última aprovação, o quê que teve aqui no Conselho. Então, essa é a linha de base, essa é a palavra, quer dizer, sai de lá, aí vamos ver, se for INPC, seja o que for, 5 anos, ver o que aconteceu no INPC durante 5 anos e daí atualiza. É isso? Quer dizer, não é que nesses 5 anos calculou que é 5 milhões, dez milhões e... Aí não? Então, é linha de base que está pegando, a referência.

O SR. NEY MURTA (ANA) – É a atualização do valor do PPU. Não é recuperação de valor...

O SR. JÚLIO – Sim, mas tomando como...

O SR. NEY MURTA (ANA) – Tomando como base a data de aprovação do CNRH.

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Isso precisava estar lá, que isso não está. Eu acho que esse tomando como base aí, eu acho que esclarece mais essa coisa.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Desde a última aprovação de seus valores cobrados pelo CNRH.

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Tomando como base desde a última aprovação.

O SR. NEY MURTA (ANA) – Desde a última aprovação. Isso não está claro não Júlio?

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Para mim não. Por isso que eu estava na dúvida, depois que você falou que me tirou...

O SR. NEY MURTA (ANA) – Final do art. 3º.

O SR. JÚLIO – Eu acho que tem que em algum momento entrar que, tendo como base o ano ou a última... A data de aprovação.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Continuamos em observação nesse artigo, por favor, Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Gustavo. É o seguinte. Do FONASC. A minha dúvida aqui é o seguinte, porque nós tratamos aqui da ementa que fala dos mecanismos e o ajuste me parece que é um dos mecanismos, inclusive os índices de ajuste. Então, me parece assim, que está voltando na questão e está deixando, mais uma vez deixando em aberto sem uma clareza, o que se entende por mecanismo. Eu estou achando que essa redação aqui, ela fragiliza um pouco a norma e eu não sei se seria necessário mecanismos e quantitativos para definição. Primeiro ponto que eu queria considerar é esse, que eu acho que poderia ser, deverão sugerir proposta de adequação de valores a serem cobrados. Ora, a proposta já se falou que tem que ser justificada, qualquer que seja e incluiu, inclusive, uma questão de mecanismo, que é o índice de reajuste. E eu estou sentindo assim, que talvez para não haver uma coisa muito díspar entre Comitês, que talvez coubesse ao CNRH sugerir alguns parâmetros básicos para isso, eu não sei se já existe isso, não é? Mas pelo menos para tentar nivelar a coisa. É isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Ney já tinha inscrito também. Sonali, depois também nós temos o Alexandre e Júlio. Beleza?

O SR. NEY MURTA (ANA) – Então, Gustavo, essa nomenclatura é uma nomenclatura que está na Legislação, mecanismos, fala em mecanismo e valor, não é em mecanismo e quantitativo. Mas enfim. Talvez fosse interessante nós fazermos esse aperfeiçoamento Livia, mecanismos e valores. Nós não estamos tratando, Gustavo, esse procedimento de reajuste pode ser um instrumento, pode ser uma ferramenta, pode ser um procedimento, nós estamos chamando de procedimento. Não. É mecanismo, não é? Mecanismo ele tem o significado próprio e específico aqui, na nossa Legislação. Quais são?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NEY MURTA (ANA) – Basicamente a alteração dos valores a serem pagos de acordo com os usos. Esse é o significado prático da... Então, se o camarada da irrigação ele faz uso de uma modalidade de irrigação que tem perdas maiores, ele paga um valor diferenciado daquele valor que é usado gotejamento, maior eficiência. Se o cara em vez de irrigação é indústria, tem outro valor. Se é consumo humano é outro valor. Então, são mecanismos de diferenciação de valores, tendo como base o preço público unitário. Eu proporia, então, Sérgio, a substituição daquele termo quantitativo por valores, para se adequar a redação do art. 38 da 9433.

O SR. JÚLIO – Me permita cortar, só para talvez já ganhar tempo. Eu estou achando que o § 2º está demais aí. Eu acho que ele já foi tratado no anterior e ali só falta Aplicado... O prazo estipulado no (...) será aplicado automaticamente o IPCA. Ponto. Eu tiraria o § 2º. É. Então, eu acho o que o segundo...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Sonali, pode falar, por favor.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Uma dúvida que me surgiu aqui Lívia. Nesse art. 3º, quando fala que os Comitês deverão sugerir no prazo de um ano esses mecanismos, aí coloca de forma a compatibilizar as perdas anteriores. O que, de fato, se quer dizer com esse compatibilizar perdas? Há uma necessidade de você ajustar esses valores que são cobrados, mas para compatibilizar perda, me perdoe, eu não estou entendendo essa...

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – É exatamente isso, é essa necessidade de ajuste de valores.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Mas compatibilizar perdas?

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – É, talvez a palavra não tenha sido a melhor, mas o objetivo é esse.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Essa é uma compatibilização ou é um ajuste?

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – É um ajuste.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Mas assim, é um ajuste na atualização para minimizar perdas ou para que esse preço ele represente, de fato, o Real valor desse uso? Porque essa compatibilizar perdas, eu estou achando esquisito.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu estou entendendo que esse art. 3º, o caput, ele está longo demais e ele está tratando de dois assuntos, um é o dos mecanismos e o outro é a questão da fixação dos preços ou adequação de valores. Então, eu acho que a segunda parte deveria virar um parágrafo. Certo. Os Comitês de Bacia deverão sugerir no prazo tal, mecanismos para definição pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, da adequação dos valores ou, não sei. Entendeu? Porque está tratando de duas matérias diferentes. Pelo que eu entendi da explicação do Ney, mecanismo é uma coisa, adequação de valor é outra. Reajuste. Então, eu acho que não dá para tratar duas questões. Ou faz 2 artigos ou tira uma parte do caput e transforma em parágrafo, ou inciso, sei lá. Então, eu acho que juntou duas matérias, duas questões em uma redação única e isso traz confusão.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito, vamos analisar isso, mas... Por favor, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP) – Não, eu, primeiro eu acho que assim, em que pese todas essas considerações e também que pese que não há uma clara definição da figura jurídica da cobrança, ou seja, diversas linhas nesse sentido, se é um preço público, o que é, nós temos o entendimento muito claro, pareceres nesse sentido, que essa atualização caracteriza retroação e nós entendemos isso como completamente irregular, é ilegal. Evidentemente tem opiniões divergentes e é por isso que fico até com dificuldade de abrir para qualquer negociação, porque esse é um princípio básico que nós consideramos, olhar para o passado, primeiro quebra o pacto, e é uma clara ilegalidade, porque caracteriza retroação sim, já que não há uma lei de cobrança nacional que caracterize claramente qual é a figura jurídica dessa cobrança, e, portanto abre uma série de interpretações nesse sentido. E nós entendemos que é uma retroação sim, olhar para o aumento, o reajuste ou a recomposição, como chamemos isso. E aí só duas questões, eu me lembro que foi o Ney ou o Marcos apresentou no início das discussões CTCOB, olhando um pouco para as bacias federais, como que estava cada bacia, qual foi a data de aprovação e cada uma, etc., e eu me lembro que tinham números bastante grandes, ou seja, não me lembro que bacia, se era do próprio São Francisco, que agora em tese isso vai ser naturalizado, mas enfim, tinham bacias que chegavam a 80%, 70% em alguns casos, e muitas vezes com recurso no caixa ainda. Mas de qualquer forma, eu fico imaginando para o usuário em novembro saber que em janeiro vai chegar um boleto para ele de 70, 80% mais caro. Que efeito, na gestão, isso traz? Aí o Ney vai dizer, bom, mas lá no passado ele topou aquele preço, aí pactuou aquele preço, ainda que não estivesse previsto o reajuste. Então, ou seja, nós ficamos muito preocupados, ou seja, nesse sentido, ou seja, de que efeito isso traz para a gestão um usuário que recebeu um boleto do Governo... É, do Governo Federal, da Agência Nacional, já que é um domínio da União, com reajuste de 70, 80%

sem que isso tenha uma discussão no Comitê. Evidente que vai vir para o Comitê, mas caso o Comitê não faça, por qualquer que seja o motivo, não é? Por qualquer que seja o motivo, de repente chega um boleto para ele 90% mais caro daquilo que ele pagava. Que impacto isso traz para a gestão nesse sentido. E por último, evidente que quando o Ney argumentou que essa desatualização pode correr alguns planos, algumas metas do plano, agora, nós precisamos lembrar também que o plano é um elemento vivo, ou seja, que a todo momento você tem obras, muitas vezes, que estavam lá e foram contempladas com outra fonte e, portanto esse recurso que iria ser gasto com a cobrança deixar de ser ou uma outra intervenção que por qualquer que seja o motivo o município desiste. Enfim. Então, essa corrosão também acaba sendo (...) neutralizado do outro lado, porque você tem obras ou ações que estavam previstas lá no Plano e que deixaram de ser. E sempre lembrar o seguinte, ou seja, se nós acharmos que vai resolver o Plano de Bacias com o dinheiro da cobrança, ou seja, eu acho que não é nem esse espírito e acho que há o consenso em relação a isso, assim como da questão da sustentabilidade das agências, ou seja, a regra é muito clara que diz, que da cobrança são 7,5, mas em nenhum lugar está dizendo que é só da cobrança. Não é? Então, a sustentabilidade das agências também passa um pouco por aí, se nós formos ficar tentando aplicar reajustes e, claro, aqui tem um plano de conservação para sustentação do 7,5 precisa lembrar que a regra que é 7,5 da cobrança, ninguém disse que não é para existir ou não precisam existir outras fontes para dar sustentabilidade, porque eu acho que o que todos nós queremos é uma agência forte para, de fato, tirar Plano de Bacias da prateleira, não é? Então, só para, Sérgio, para finalizar. Nós como setor ficamos muito prejudicados, porque nós entendemos que é uma retroação. Então, qualquer alteração de texto para nós não vai ser possível.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, por favor, só para ficar claro. Então, seria a posição de retirada do art. 3º. Nós temos inscritos, Antônio Maurício, Francisco Laos e Livia. E Gustavo. Por favor, você pediu a palavra àquela hora Antônio?

O SR. ANTÔNIO MAURÍCIO (Ministério dos Transportes) – Era só uma questão de ordem, que esse art. 3º eu tentei dar uma interpretação a ele de qualquer... Começando do início, do meio, do fim. Está completamente inteligível. Ele está repetitivo, ele está complexo, além de repetir a palavra valores duas vezes, que esteticamente fica feio. Mas eu acho que deveria dividir esse artigo em 2 ou tirar essa parte final.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Está colaborando com um pouco... Corroborando com a palavra do Gustavo da Fonasc, que também já tinha falado um pouco de dividir esse artigo, de ter 2 temas.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Posso fazer... Sérgio, uma proposta na linha do que ele está colocando?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Sim.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só para dar um encaminhamento. Tem um núcleo dele ali que não está fazendo sentido, está repetitivo mesmo, entre vírgulas ali, depois de recursos hídricos. Os Comitês deverão sugerir no prazo de um ano, mecanismos e valores para definição pelo Conselho de Nacionais de Recurso Hídricos. Esse de proposta de adequação de valores a serem cobrados. Isso aí é repetitivo, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É. E aí... Mas aí o de forma tem um conteúdo novo. Não é? Então, se nós retirarmos aquele de proposta até União, não prejudica em nada o entendimento do artigo.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu botaria como § Único, o resto está explicado.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – O de forma seria mais um parágrafo? Seria um parágrafo, é isso?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não dá para fazer essa duas mensagens em um parágrafo só, porque as duas...

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Murtha. Eu esqueci o nome do colega. Antônio. Mas eu acho que o cerne desse art. 3º é essa proposta de adequação de valor, porque o apresentar mecanismos e valores já está na Lei, o Comitê é da competência dele fazer isso. Eu acho que o cerne do art. 3º é essa proposta de adequação de valores. Sim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Olha, para não perder o texto como está, mesmo complexo, ele foi copiado e agora vamos mexer no 3 embaixo para poder ver se fica melhor. Ótimo, por favor. Só... Mas também Gustavo da Fonasc tem uma proposta de redação. Nós vamos colocar também para ficar... Nós vamos ter 3. Não tem problema, 4, para poder ficar no caput. Não é?

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Os Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União deverão sugerir para aprovação do CNRH no prazo de um ano, mecanismos de definição de valores atualizados a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mesmo pelo que eu entendi, não é só de definição de valor, de atualização.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Eu peço, de qualquer forma, que... Gustavo, para ser colocado aqui...

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)– Mecanismo não é para definição de valor? Não? Então, está bom. Então, muda. Mecanismo de atualização de valor. Uai gente, o que essa palavra mecanismo está fazendo ali, então?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Então, refaz esse artigo, porque ele realmente não ajuda a compreensão.

A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Gustavo, eu entendo que esse mecanismo é a forma de calcular, de obter, de chegar ao valor, de chegar ao número, o mecanismo.

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – Mecanismo é aquilo que está previsto na Legislação, não tem a ver com atualização não. Mecanismo é o que

diferencia o valor cobrado para os diversos usos de uma determinada bacia. Esse que nós estamos tratando é de um procedimento de atualização de valor. Art. 38 das competências...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Bom, nós temos o art. 3º e já temos reescrito o art. 3 B, mas vamos avançar. Francisco Lahoz está inscrito. Por favor, Francisco, fala no microfone.

O SR. FRANCISCO LAHOZ (CONSÓRCIO PCJ) – A única coisa que eu julgo importante esclarecer... O que eu acho importante esclarecer é o seguinte, essa palavra recompor as perdas, etc., que eu sinto que é o que está causando, inclusive impacto em alguns setores aqui, na realidade gente, o que está sendo feito é uma atualização, é como se fosse uma correção monetária que se aplica. Ninguém está incidindo. E acho que o Alexandre, por exemplo, é claro, é ênfase do orador, falou logo que na caída da noite teremos 80%. Isso nunca vai acontecer. Então, não vai acontecer isso nunca Alexandre, você exagerou mesmo, você exagerou para nos comover. Então, eu diria o seguinte... É, você exagerou para nos comover. Isso não vai acontecer nunca. O que na realidade nós estamos fazendo é apenas uma atualização de correção monetária. Se nós enxergarmos por aí, as coisas ficam muito mais brandas, mais tranquilas e necessário para manter o sistema funcionando. Ponto.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Lívia, por favor, tem a palavra.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – A minha fala é bem simples, é porque eu acho que o Alexandre, em alguns momentos, está tentando voltar umas discussões que já aconteceram na CTCOB. E aí o que eu queria pedir é para nós termos o cuidado de não fazer isso. Eu não paro. Mas enfim, era isso que queria falar. E essas duas propostas de Resolução, de artigo, me parece que o primeiro texto está mais coerente com o que foi discutido na Câmara Técnica, na CTCOB. Sim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vamos colocar... Por favor, Gustavo, (...), vamos colocar, escrever, é legal, porque aí fica mais claro para nós, vamos colocar um 3 C, não tem problema nenhum, vamos colocar quantas forem necessárias para poder ficar mais claro, não tem problema não. Estava inscrito, não é Gustavo? Você pode trazer o trecho aqui, para a Roseli escrever? É, o que você fez.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Falta incluir na 3 B ali, os mecanismos, só está falando de valores.

O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA) – Os Comitês... Vamos tentar construir uma redação aqui Gustavo, que atenda essas ansiedades. Deixa só concluir aqui, essa proposta. Os Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União deverão sugerir... Ali não tem vírgula não, não é? Depois de sugerir. Adequação deverão sugerir mecanismos e valores a serem cobrados... Não precisa de adequação. Pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de forma a recompor as perdas de preços públicos unitários, tendo por base a data da última aprovação de seus valores... A data da última aprovação aprovado pelo CNRH. Eu acho que isso Lívia, me corrija se eu estiver errado, mas isso de alguma maneira traduz aquilo que foi...

A SRª LÍVIA (CRHRJ) – Talvez seja mais simples do que o texto inicial, mas é mais direto.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Gustavo, Fonasc, por favor.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu tiraria, eu acho, mecanismos aí, e colocaria: deverão sugerir a atualização de valores a serem cobrados pelo uso de recursos de domínio da União. E eu eliminava o resto. Porque se é atualização, óbvio que a recomposição está considerado. Entendeu? Atualização de valores. Eu acho que nós não deveríamos ficar engessando aqui, até para não criar essa suspeita, uma atualização de valores. Não é? Agora, aí você pode até colocar que, em um determinado parágrafo, que poderão, ou deverão considerar o período em que o preço não foi cobrado, ou não foi atualizado. Entendeu? Eu faria uma coisa bem simples mesmo, uma redação bem simples. Comitês de Bacia... Agora, não misturar, porque os mecanismos, você acabou de me mostrar aqui, na Resolução 48, eles já estão definidos. Eles estão definidos, você pode assim, não ter a fórmula de como que você vai compor os mecanismos no seu cálculo, agora, de certa forma eles já estão definidos.

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Deixa eu fazer uma ponderação em relação a isso Gustavo, que é o seguinte, você pode e aí eu queria pedir a atenção aqui, dos usuários, você pode recompor essas perdas... Ali nós estamos falando em recompor perdas. Não é? Sem recompor integralmente o índice de inflação nesse período. Como é que você pode fazer isso? Você pode propor mecanismos diferentes, que combinados também com preços diferentes vão resultar na arrecadação que foi estimada lá, na última decisão do CNRH. Um exemplo disso, o Comitê do São Francisco, acabou de aprovar a semana passada um reajuste

que nem de longe chega perto das perdas inflacionárias do período, mas uma alteração de mecanismos que vai propiciar uma arrecadação muito maior do que apenas a atualização dos valores. Então, é importante Gustavo, que mecanismos esteja ali, porque é mais uma variável que o Comitê tem para poder apresentar a sua proposta ao Conselho Nacional de Recursos... Não é uma mera atualização monetária desse valor. Agora, se ele não fizer nada, aí me desculpe Alexandre, mas o representante da agricultura no Comitê não vai estar trabalhando direito, porque ele vai ter uma oportunidade um ano para chegar e dizer, olha meu amigo, temos aqui um ano para construir uma proposta que vai recompor perdas e que pode não ser, não significar um mero reajuste. Podemos ampliar a base de cálculo, podemos integrar aqui, outros usuários e isso vai recompor... São Francisco fez isso. São Francisco vai reajustar em 20% o valor do preço público unitário e alterou os mecanismos, para desgosto o nosso amigo Gustavo ali, que está bravo ali.

O SR. GUSTAVO – Aumentou em 600% no mínimo.

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Então, uma... O irrigante que pagava 3 reais por hectare por ano vai pagar, passar a pagar 10 reais por hectare por ano. Mas enfim, mexeu em um mecanismo lá e aumentou bastante a arrecadação, sem chegar nos 50 e tantos % de defasagem que tinha. Então, para nós é importante sim Gustavo, que tenha ali, propor mecanismo e valor, é uma flexibilidade que vai ter para o Comitê. Da forma como está ali nós achamos que atende o espírito daquilo que foi discutido na CTCOB e para nós está muito claro ali, que aquela forma está...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – A Sonali, o Alexandre e o Gustavo... Os dois Gustavos também estão inscritos. Por favor. Sonali. Ah, perfeito. Então, é o Alexandre.

O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP) – É muito rápido, só até para não perder... É em cima da fala do Ney, eu acho que jamais no sentido de rebater, mas só acho que são coisas diferentes, evidente que o Comitê pode propor o mecanismo e reajustar mil vezes a cobrança, o quanto o Comitê e aquele Comitê conseguir pactuar que é possível. Agora, isso veio de espontânea vontade do Comitê, ou seja, porque o Comitê, ou revisou o plano, ou entendeu que aquele... Enfim, teve um fato gerador nesse sentido, ou porque a ANA provocou. Enfim, teve um fato gerador. Agora, a partir do momento que você cria uma norma e aí você induz ou obriga ele a fazer isso, eu acho que são coisas diferentes. Uma coisa é o Comitê espontaneamente fazer isso acontecer, outra coisa é você obrigar o Comitê a fazer essa discussão ou decidir sobre isso. Então, eu acho que são coisas um pouco diferentes aí, o mecanismo e essa questão da atualização.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Gustavo (...), por favor.

O SR. GUSTAVO GORETTI (CNA) – Eu acho que é justamente isso, nós, como o Ney falou, nós vimos lá no São Francisco agora, um aumento, eu até analisei com bastante cuidado a proposta lá da Gama, realmente os mecanismos, inclusive de alteração, questão de melhoria do sistema de irrigação, de manejo, isso é muito bom, só que realmente, os preços finais foram aumentos exorbitantes. Nada aumenta 600 por cento e é legal, assim, não tem de onde você falar que o cara paga 1 real e vai pagar 3. Não é assim. Nós sabemos que tem gente que paga pouco porque ele irriga pouco, ele tem área pequena, ele irriga volume pouco. Grandes irrigantes vão pagar muito do mesmo jeito. E a agricultura usa muita água mesmo, e vai usar sempre, não tem jeito, é assim (...), todo mundo foi lá no restaurante e comeu bem agora. Então, vai usar. E a minha ideia é como técnico da CNA na área de agricultura, que triplique a área irrigada do Brasil e daqui uns anos vocês vão ver que eu tenho uma certa razão, porque senão a situação de alimento vai subir demais. Então, nós precisamos melhorar a eficiência, precisamos melhorar técnicas, nós precisamos melhorar... Só que o sistema foi desmantelado, o sistema de... Como é que chama? De assistência técnica do Brasil foi desmantelado não sei quantos anos, os agricultores (...) nós conversamos, (...) estão perdidos, ele falou que a própria indústria ajuda os agricultores lá da região de São Paulo. Então, aí é como ele falou, vai chegar lá um aumento de imposto para... Lá já gerou barulho quando foi lá no Comitê decidido, (...) estava lá viu, teve um debate acalorado e passou, foi aprovado. Então, agora vai fazer ao contrário, vai cegar daqui para lá, olha, você tem que aumentar. Então, vai ficar muito cômodo para o Comitê e vai gerar uma briga danada. Eu acho que isso é prejudicial ao sistema. A indexação ela até, você até consegue argumentar, agora esse retrocesso aí, eu acho que isso vai gerar um problema muito maior do que o resto. Como é que você chamou? Retroar? Não, no caso dele, mas nos outros vão ter. Então...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Obrigado. Gustavo Gazzinelli.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Só para melhorar um pouco a redação, sugerir a adequação de mecanismos, adequação e a atualização de valores, porque os mecanismos já existem. Então, é a forma de adequar. E uma pergunta que eu gostaria de fazer é o seguinte, e os Comitês onde ainda não é feita a cobrança, como é que eles vão se encaixar nisso aqui?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só questão de ordem. Nós vamos até que horas, como é que vai ser? Só para... Estava marcado até as 5, já são 5. Só para nós ficarmos mais...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Podemos pactuar um horário máximo. Nós temos esse que já vamos passar já, para a votação do 3, aí tem o 4 e o 5, 2 artigos só e encerramos. Acabando essa, a minha proposta é, acabando essa Resolução encerrarmos o dia de hoje. Lívia, por favor.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Não, a minha proposta colocar era colocar em votação, pôr as opiniões já foram expostas. Nós já tentamos uma adequação.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, nós temos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Não. Adequação de mecanismos e atualização de valores. Foi isso que ele propôs.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Falta só o D entre atualização. Adequação e mecanismos.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu entendo que a segunda parte da redação, de forma a compor as perdas de preços unitários, tendo por base... Eu acho desnecessário. Agora, se ela é necessária, coloque em um parágrafo. Separa, deixa o caput mais objetivo.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Ela é necessária para nós não termos dúvida de quando começa a contar. Ela é necessária. Aquilo ali, olha, tendo por base a data da última aprovação de seus valores cobrados. Ela é o marco inicial da incidência desse índice.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação sobre isso. Suponha que na época que foi feita a cobrança, a última, o ajuste, se é que houve ajuste, o preço já era muito defasado, aí nós vamos adequar ao valor que já era equivocado? Sabe? Não, eu estou falando assim, o que é atualizar valor? Atualizar é para quê? É para a necessidade de cumprimento da cobrança no Plano da Bacia Hidrográfica.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO (Fonasc) – Não, eu estou falando assim, vocês estão engessando a coisa. Então, às vezes a coisa já nasceu torta e vocês estão falando, olha, vai continuar torto sim. É com base naquilo... Então, eu discordo.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Gustavo, entendendo a sua ponderação. Só me permitam aqui. Entendendo a sua ponderação, mas ele nasceu de um Comitê e veio no Conselho e foi aprovado, é aquele preço, com todos os equívocos ou não, porque o Comitê propôs e o Conselho Nacional aprovou. É o preço. Ponto. O que está agora só é tentando atualizar na questão da perda inflacionária através de um índice. O que está pago está pago, o que pagou, pagou. A Resolução tem esse sentido, porque fora isso, aí já é composição de preço novo do Comitê mesmo, que aí ele pode fazer a qualquer momento, ele pode chegar, se reunir e falar, o preço, meu novo preço é tal. Aí o Comitê tem direito, a qualquer momento, de propor novos preços. Aí já não é mais esse tipo de Resolução, aí nós estaríamos entrando em um outro tipo de Resolução, não essa, que é de uma recomposição e de um índice, no entendimento, entendendo a sua preocupação.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Porque como foi falado aqui, até pelo Francisco, em alguns Comitês aquela coisa ali ela foi um centavo por metro cúbico, não é? Foi estabelecida só para... Muitas vezes só para criar o mecanismo de cobrança e começar a operar aquilo. Será que alguns Comitês nós não já avançamos não, em relação à realidade?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Não, perfeito, o seu raciocínio está correto, mas aí é o Comitê que tem que propor novos valores, não só... Aí não é indexador. Aí ele propõe, como o São Francisco propôs agora e foi aprovado depois de 10 anos.

A SRª LÍVIA (CRH/RJ) – Sérgio, vamos para a votação, senão nós não conseguimos cumprir o nosso horário.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB) – Não. Não é só para cumprir o horário não.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Nós estamos aqui para discutir uma norma...

A SRª LÍVIA (CRH/RJ) – Não Gustavo, o que nós estamos dizendo é que já foi... Que nós já discutimos bastante. É isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Tranquilo, não tem problema nenhum de entrarmos, só colocando que é isso mesmo, mas aí não seria no nosso entendimento essa Resolução, seria uma outra coisa. Aí o Comitê pode sentar, refazer conta. Não, perfeito, nós estamos aqui com toda... Nós temos hoje o art. 3º que veio da Câmara Técnica. O 3 B que foi uma tentativa de composição, de melhoria do caput para ficar mais clara. Está certo? Então, nós temos votação nesses dois. No artigo... Não. Tem a proposta de rejeição. Está perfeito? Está correto. Tem a proposta de rejeição do setor dos usuários da Indústria, que é a rejeição do artigo com os seus parágrafos. Perfeito. Todo. Aí nós temos... Precede. Então, é ele. Se ele... Primeiro é a votação se ele sai todo. Primeiro é essa. Aí se não sair todo, aí sim, fica o 3 ou o 3 B, não é? Aí o § 1º e o 2º nós tivemos só correções da data que não estava, juntou, aí virou único, porque o 2 se juntou com o... Isso, aí virou § Único. Então, por favor, por uma questão de ordem, nós vamos votar... Nós vamos fazer votação nominal na proposta dos usuários do Setor da Indústria que é, mantém-se o texto original, é mantém ou se retira todo o art. 3º. É retirada do 3º. Se retira o 3º ou se mantém o 3º. Não, primeiro é essa... Se o 3º cair fora, aí não tem 3º mais. Está certo? Aí se manter o 3º, qual o 3º é? O 3 ou o 3 B. Então, a primeira votação é, supprime-se ou não todo o art. 3º. Então, o que está agora em votação nominal de chamada é, permanece o texto com o art. 3º ou retira-se o art. 3º todo. Ou permanece o 3º, ou retira-se o 3º. Pois não.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – A votação seria, retira-se o 3º ou não?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito. Perfeito. Sem problemas. Então, sim se retira o 3º ou não, permanece o terceiro. Sim permanece. Vamos lá gente. Aí se permanecer um 3º é segunda votação, permanece o 3º inicial ou o 3º B. perfeito? Nós vamos ter duas votações, ou uma só, se cair logo na primeira. Vamos lá. A proposta da Indústria é a retirada de todo o art. 3º. Aí não teremos esse art. 3º. Aí o 4º vira 3º. Então, a retirada do art. 3º é isso que está. Retira-se o art. 3º, sim. Não retira-se, não. Então, nós votamos, retira ou não retira. Por favor.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Será que precisa ser nominal? Será que não pode ser... Já que tem tanta gente com pressa aqui, será que não dá para fazer...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Se não tiver nenhuma...
Porque isso foi pedido desde a primeira, eu só estou mantendo o procedimento.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Quanto ao nominal não, eu só gostaria de registrar...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, você registra. Então, vamos lá. Aqueles que querem que retire, por favor, se manifestem nominalmente para ficar registrado. Por favor...

O SR. ALEXANDRE VILLELA (FIESP) – O Setor Industrial registra sim pela retirada.

O SR. GUSTAVO GORETTI (CNA) – Setor de Irrigantes também.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito.

O SR. LUIS EDUARDO FREITAS DE FARIAS – Prestadores de serviços também.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Mais alguém se manifesta pela retirada? Alguma abstenção? Também nenhuma abstenção. Os outros, todos os outros segmentos, membros, se manifestam pela permanência do art. 3º. Então, permanecemos tendo um art. 3º. Então, a Resolução permanece com o art. 3º.

Passaremos para a segunda votação. Temos duas propostas, o art. 3º original, que veio da Câmara Técnica de Cobrança, com algumas alterações que estão marcadas, como valores, recompor dos preços públicos, tendo como base a data, são pequenas alterações. E um texto novo que é, os Comitês de Bacia Hidrográfica de rios do domínio da União deverão seguir a... Perdão. Sugerir a adequação de mecanismos e atualização de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União de forma a, recompor as perdas dos preços públicos unitários, tendo por base a data da última aprovação de seus valores cobrados pelo CNRH. É, tem cobrado sobrando. Aprovado, não é cobrado. É aprovados. Desculpe. É aprovados. Mexendo aqui na redação. Da última aprovação de seus valores pelo CNRH. É, os valores pelo CNRH.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Gostaria de sugerir a retirada da expressão ‘as perdas’. Não, isso eu já votei.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Já ia ganhar mais um voto.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu já votei... Eu votei a favor de manter, eu votei no não. Votei no não. Então, eu acho assim, de forma a recompor os preços públicos unitários. Entendeu? Para que precisa de pôr as perdas? Entendeu? Eu acho que recompor os preços públicos unitários. Eu acho que assim, em uma boa, não vai ser a questão da recomposição de perda que vai ser o mérito da discussão. Entendeu?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Está incorporado no... Então, temos agora manifestação, por favor. O prazo vai estar embaixo, no § Único. É. Do A ou do B. Ele permanece, o § Único, tanto para A quanto para o B.

A SR^a LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Não, o que ele está falando... O que a Célia está colocando é que no 3 B não tem o prazo de um ano que tem no 3º, que seria A, 3º A, não é? E no § Único esse prazo de um ano também não aparece. É isso que ela está colocando. Então, nós podemos criar. Isso. Ou coloca no 3 B, ou cria um § 1º e um § 2º onde se coloca o prazo de um ano.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É que nós discutimos que não tem um ano. Ele vai ter o tempo que ele precisar.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Não? Tá... Então, vamos lá. Vamos... Primeiro vamos ver quem sobrevive, aí nos adaptamos ao § Único. Com essa observação. É. Aí nós vamos ver quem sobrevive, aí nós vamos ter que fazer essa adequação. Por favor, vamos fazer uma votação só de quem... Quem é a favor só de votação de levantar a mão? Quem é a favor do 3º original lá, com as adequações, por favor?

O SR. ALEXANDRE VILLELA (FIESP) – O Setor Industrial se abstém dessa votação.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Perfeito, marcado, abstenção.

O Setor também, Prestador de Serviços também está se abstendo.

O SR. GUSTAVO GORETTI (CNA) – Irrigantes também.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Também está se abstendo. E agora, fora isso não teve nenhum apoio ao 3, art. 3. O 3 B, quem aprova, por favor? Também. Mantemos as 3 abstenções também para o B? Correto? Posso... Para ficar lavrado em Ata. E os demais participantes e membros da CTIL aprovaram o 3 B. Com a aprovação do 3 B nós vamos agora, só para não ter dúvida, dar uma lida no § Único para ver se há necessidade de algum tipo de complementação, para não ter dúvida. Vamos lê-lo.

A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – Não ficou de colocar no 3 B a história de, no prazo de um ano?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Está certo. Então, vamos lá. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*. Tira o 3. O 3 B tem no prazo, tem a vírgula no prazo de um ano. Sugerir, vírgula, no prazo... É isso mesmo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Ok? Sem problemas? § Único, caso o Comitê não... Então, § Único, caso o Comitê não apresente a proposta dentro do prazo estipulado no caput deste artigo para o exercício de 2019, aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente no mês de sua aprovação, por Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que define os valores e mecanismos de cobrança até o mês de outubro de 2018.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – É, mas nós vamos ver, porque a ideia está aí, mas o texto na leitura ficou confuso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Pois não.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Porque olha só, aqui está falando que vai reajustar. Então, é o preço atual sem adequação. Sem recomposição de valor. Está certo? Sim. Olha.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Não. Gente olha só, não fica esquizofrênico não. Deixa eu tentar explicar para vocês. É o seguinte, o Comitê ele tem um prazo para se manifestar. Se ele quer a alteração do índice e esse prazo é de um ano. Tá...? Em ele não se manifestando, o Comitê não disse que ele quer alteração de índice... Passado. Estamos falando do passado. O Comitê não se manifestou, não disse que ele quer o IPCA, não disse que ele quer o INPC, não disse que ele não quer índice nenhum. Tá...? Aplica-se o IPCA desde o momento em que ele fez a última alteração nos mecanismos e valores de cobrança dele. É esse o espírito desse artigo. Caso ele se manifeste vem para o Conselho Nacional. Aí entra na discussão aqui. Mas está ali. Caso o Comitê não apresente, entra o IPCA. Caso ele apresente vem para a discussão.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Por favor, eu queria fazer uma pergunta para o pessoal do Comitê, mas o Francisco aqui, talvez, pelo jeito tem muita experiência. Esse prazo de um ano é factível? Porque até agora nós temos escutado que o Comitê não tem agilidade para propor preço, que isso é um problema, que vem se... Ano após ano você não consegue fazer essa adequação e ao mesmo tempo nós estamos dizendo aqui que o Comitê tem agilidade para fazer uma nova proposta em questão de um ano. Isso é factível? Eu não...

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Gustavo, só antes de passar para o... Desculpa Presidente, mas só antes de passar para o Francisco. Nós comentamos sobre isso na CTCOB e nós chegamos a conclusão que o próprio Comitê poderia mandar um ofício para o CNRH dizendo: olha, no prazo de um ano eu fiz o esforço X, mas não consegui chegar a conclusão. Prorroga o meu prazo, por favor? Isso seria aceito. O Comitê precisa se manifestar, ele precisa iniciar o debate sobre o tema. É essa a intenção.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Isso não está escrito ali.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Não, mas foi dito isso.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu lembro disso. Agora que você falou eu lembrei mesmo, mas o que está escrito não é isso.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Porque um ano pode ser... Para os Comitês Federais, em regra dá um ano, até a nossa discussão iniciou, eu acho, que com 2 meses, depois foi para 6, aí depois chegou no final de um ano, porque a CTCOB entendeu que um ano era um prazo razoável. Mas pode acontecer, excepcionalmente, de um Comitê não conseguir. Mas é uma proposta do passado. Ela não vai aprovar novos valores para o passado.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – O que eu estou falando é o seguinte, do jeito que falou se o Comitê não conseguir nesse prazo de um ano ele pode ter prorrogação, mas isso não está escrito ali. Está escrito que ele tem que sugerir, se ele não sugerir...

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Mas essa foi a discussão e nós achamos por bem não colocar isso ali. É.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Se não tiver claro, vai ficar do jeito que está e vai ter que ter outra Resolução do Conselho alterando Comitê por Comitê, não é? Porque daí você vai... Se não tiver claro vai ter que ser uma Resolução para mudar essa. Se entender que essa Resolução é que... Que o Comitê ou faz ou é o IPCA, aí vai ter que ter outra Resolução. Aí...

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Fazer um esclarecimento Gustavo. Vários Comitês já estão tratando desse tema, São Francisco você participou da Plenária semana passada, já vai chegar com uma proposta, a proposta vai ser considerada, avaliado. Então, muito provavelmente não vai ter o reajuste aí, das perdas anteriores, dos 80% que o Alexandre... Está com medo, não é? Você falou em 80, o Marquinho falou em 50 e pouco, não é Marquinho? Alguma coisa nessa casa. Então, só para dar um quadro, o 12, o contrato de gestão que nós firmamos com o 12 já prevê como meta a apresentação neste ano do estudo, a agência vai fazer o estudo e da apresentação até julho do ano que vem, da proposta ao Comitê. Já está sendo estudado. Já, isso, isso já é tema de estudos também no PCJ, não é Chicão? Já é tema de estudos também no CEIVAP, elaborando um Termo de Referência. Não é isso Marquinho? Ela está elaborando o Termo de Referência. Então, assim, os Comitês de domínio da União de que trata isso, já estão com esse tema em debate. Então, trazer ou não um ano é muito mais uma decisão política do que propriamente uma limitação operacional aí, dos Comitês. Essa proposta de um ano ela foi discutida no âmbito da CTCOB, exaustivamente e esse solicitação, o Comitê pode solicitar o tempo que ele quiser, o CNRH é que vai

avaliar a pertinência ou não da solicitação. Eu concordo com o Júlio, se for prorrogar esse prazo tem que ser uma outra Resolução, uma outra discussão, o CTCOB, CTIL e Plenário, não é? Mas enfim, eu acho que nós não devemos fazer uma regra já pensando em como burla-la, como empurrar com a barriga. Na nossa opinião um ano é um prazo mais que razoável para isso.

O SR. FRANCISCO LAHOZ (CONSÓRCIO PCJ) – Gustavo, eu vou começar a resposta. Francisco Laos. Eu vou iniciar a resposta Gustavo e o Paulo vai complementar. Quando você tem liberdade de tempo os segmentos realmente prorrogam as discussões e aquelas defesas setoriais ocorrem. Aí está a importância de você colocar um ano. A experiência que eu tive dentro do PCJ e acompanhando os outros Comitês, como, por exemplo, quando a ANA estabeleceu um prazo para a criação de Comitês federais, que houve essa imposição, essas metas foram cumpridas. Então, eu entendo que, com toda doutrina que nós fomos passando ao longo dos anos, nós estamos em um processo de aprendizado nos Comitês. Eu acredito que essa Resolução sim, vai estabelecer uma meta e acredito sim, que em uma evolução que já vem ocorrendo dentro dos Comitês ela será cumprida. Será cumprida porque o próprio Comitê poderá ser prejudicado se ele não cumprir e todas às vezes que ocorreram demandas dentro dos Comitês, eu lembro, por exemplo, se você não criar Comitê Federal você não terá direito ao PRODES. Foi mais ou menos isso, uma condicionante, todos que tinham que aprovar aprovaram no prazo. Então, eu acredito que nós temos o estabelecimento de um ano e acho que um ano sim, fundador de um Comitê de Bacias e auxilia a fundação de outros Comitês, (...), um prazo de ano, quando você atribui isso como meta é um prazo suficiente sim, para que todos se sintam satisfeitos e contemplados. Paulo, por favor, se eu falei algo que contrarie, por favor, estejam à vontade. Principalmente que ele vem lá do Rio Grande do Sul, lá as coisas são de (...), lá as coisas às vezes são diferentes.

O SR. PAULO ROBINSON SAMUEL (COMITES) – Desculpa o Gustavo, você me deu 2 meses para eu fazer o Comitê onde atuo, nós trazemos resposta. Primeiro lugar o Comitê nosso lá é o segundo mais antigo do Brasil e nós temos reuniões todo mês, 2ª terça do mês. Então, claro que nós não somos o parâmetro, em função de que cada Comitê tem sua... A sua metodologia de reunião, prazos, que todos, cada região tem prazos diferentes. Mas como o Chicão falou, o Francisco falou, não é? Se deixar prazos longos ou não se definir alguma coisa, as questões vão se prolongando. Então, pelo que nós conhecemos do sistema um ano é um prazo... Com certeza vai ter as respostas e na minha fala bem anterior lá, eu achei outubro lá, muito longo. Então, eu já queria... Ser menor esse prazo aí. Eu acho que para nós podermos... Nós precisamos ter regras bem claras. E definido, esses prazos foram debatidos lá na CTCOB, foram estudados e os nossos representantes estavam lá. Então, nós estamos cientes de que nós conseguimos atendê-lo. Obrigada.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Sonali, Gustavo.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Eu vou para o § Único e pergunto o seguinte, esse § Único ele está pensando só nesses anos que ele fez referência, 2019 e 2017 ou nós entendemos que esse § Único vale por um tempo aí? Se isso acontecer. Então, em vez de fazer menção a 2019 e 2017, poderia, caso o Comitê não apresente a proposta dentro do prazo estipulado no caput desse artigo, aplicar-se-á variação do IPCA ao preço público vigente do mês de sua aprovação na Resolução do CNRH. Ponto. E aí se quiser fazer alguma menção à como será o procedimento para o ano vindouro, porque se você deixar aqui, só vincular aqui ao ano, no próximo ano o Comitê, CNRH vai ter que fazer uma outra Resolução contemplando o ano seguinte. Então, penso que esse § Único deve ser escrito sem amarrar um ano específico. E se quer tratar o próximo ano, como vai ser, eu acho que colocar em um outro parágrafo e fazer menção a isso.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Só para seguir, vamos, por favor, Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC) – Eu gostaria... Gustavo do Fonasc. Eu gostaria de propor uma seguinte... A seguinte alteração no texto. Vamos pegar aqui esse § Único B aqui, mas vale para o de cima também, onde está ali, a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente desde o mês de sua aprovação pelo CNRH. Não precisa de pôr 'por Resolução', porque é por Resolução que ele aprova, pelo CNRH. Até o mês de outubro de 2018. Também não precisa por 'que define os valores e mecanismos de cobrança'. Eu acho que com isso fica mais limpo e mais compreensível.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Marco. Marco, você tinha pedido para falar?

O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA) – É que, superando a preocupação da Sonali, ali, então, até o mês de outubro de 2018 passaria a ser até o mês de outubro do ano anterior, porque foi colocado lá em cima, subsequentes lá. Não, aí (...), Comitê, não é? Aí atende a sua preocupação.

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – O reajuste... O reajuste, desde, enfim, desde que foi aprovado pelo CNRH, até 2018, você faz o reajuste, tem o percentual aí, pelo

índice que for, e o Comitê decide, se o Comitê não quiser decidir por aquele índice ele decide por outro, e aí tem o valor e aplica. Agora eu não estou entendendo, quer dizer, para mim isso acontece uma vez só, não acontece... Não tem mais, subsequentes aí, daí para frente. É isso que eu não estou... No artigo anterior tem, daí para frente e tudo, mas aí para mim é um evento, é um evento que você vai ter que pagar... É um evento que acontece uma vez só. Não sei se eu estou entendendo errado, mas aí eu acho... Não é?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Porque como no anterior já é outro reajuste, você está *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

O SR. JÚLIO (MMA) – É só para você corrigir o passado, aí não tem mais que ir para frente. É.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aqui está no ajuste de redação, que eu acho que as duas são válidas, porque quando você fala assim... Isso. Ela já dá o comando para a questão analisada daí para frente. Essa aqui dá o prazo ao Comitê e caso ele não faça a proposta você faz uma correção desde o índice da aprovação pelo Conselho. Isso. Mas se você... Aí você passa a tratar a partir do ano seguinte, no artigo anterior. É uma visão. Ou, então, você fala o seguinte, abandona o artigo anterior e passa sempre a tratar o artigo de baixo ali também. Dá a mesma resposta.

O SR. JÚLIO – Veja bem, eles são contraditórios, pôr o anterior você está dizendo que pode ser, o Comitê pode decidir. Aqui já...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu concordo com você, então, por exemplo, eu acho que a proposta seria o que, caso o Comitê não apresente a proposta para o exercício de 2019... Aí não tem os anos subsequentes, é isso? Aplicar-se-á a variação de IPCA ao preço público unitário vigente do mês da sua aprovação por Resolução do Conselho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – O outro ano já pegou no artigo anterior, que daí para frente já, você tem que aplicar... Você estancou para a defasagem, no artigo anterior. E aqui você pegou para traz e arrumou, uma vez, não arruma mais de uma vez.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Olha só, está falando o preço... Já tirou o mês anterior aí. Então, está bom.

O SR. ALEXANDRE VILLELA (FIESP) – Uma pergunta, eu acho que é uma pergunta operacional mesmo, talvez a própria ANA possa ajudar. Vamos refletir, ou seja, vamos dizer que essa Resolução aprova 2017, você tem um ano para... Então, vamos dizer que ao final de 2018 o Comitê apresentou uma proposta. Aí o Conselho, evidentemente que vai cumprir o seu rito e pode ser que demore, delibere só em 2020, sei lá, vai depender do rito interno aqui, do Conselho. O Comitê cumpriu a parte dele, é isso? Apresentou a proposta 2019. Agora a efetividade ou de fato isso refletir lá no boleto que a ANA está gerando, aí isso vai depender, de fato, da velocidade do Conselho. É isso?

A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB) – Aí nós voltamos lá para aquele artigo anterior, que fala que enquanto o Conselho não deliberar fica em vigência o IPCA. Não. Não. Conselho não. Quem deliberou foi o Comitê. O Conselho não deliberou sobre a proposta do Comitê.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sim, mas eu estou dizendo, aí ele vai atualizar sobre o...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Então, nós temos, de novo, duas propostas de um único, que é o que veio da CTCOB com modificações e um novo que é o único B. Tem necessidade ou temos um consenso no único B?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – O Alexandre levantou uma lebre aí, interessante, porque o fato que vai dar o comando para atualizar ou não é a aprovação pelo CNRH.

A SRª. CÉLIA (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa) –Sérgio, vamos ler o artigo e o § Único todo para ver se fez sentido, só porque assim não fica cortado, por favor.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Art. 3º, os Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União deverão sugerir o prazo de um ano... Sugerir no prazo de um ano...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – E aí é sugerir. É deverão ou poderão?

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Deverão. Essa discussão teve na CTCOB também. Deverão sugerir no prazo de um ano a adequação de mecanismos e atualização de valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de forma a recompor os preços públicos unitários, tendo por base a data da última aprovação de seus valores pelo Conselho Nacional. § Único, opção A. Caso o Comitê não apresente a proposta para o exercício de 2019 e anos subsequentes, aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente do mês de sua aprovação por Resolução do Conselho Nacional, que define os valores e mecanismos de cobrança até o mês de outubro do ano anterior. § Único B. Caso o Comitê não apresente proposta para o exercício de 2019, aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente desde o mês de sua aprovação pelo CNRH.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Pois não Gustavo.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Eu acho que deveria manter aquele ‘até outubro de 2018’, pelo seguinte, isso pode, na discussão no Comitê, isso pode dar confusão, porque olha só, todos os... Embora nós já tenhamos lá, em outro lugar, que tem que ser apresentado no exercício anterior, você vê que esse artigo está sempre citando 2019, o exercício de 2019. Então, isso pode gerar alguma confusão. Eu acho que não vai prejudicar, já que está tratando mesmo é de 2019, fazer menção do prazo da correção até o limite do prazo, do período. Então, eu acho que deveria manter, independentemente da versão A ou B, essa referência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Aí seria até 2018?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Se me permite Sérgio, talvez só uma questão. Também ali, olha, desde a sua... Talvez não seja melhor ‘desde a sua última

aprovação'? Porque pode ser que só teve a primeira aprovação e ele queira recompor a última.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Gente, eu retiro a minha proposta. Está certo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Sérgio, eu vou novamente... Eu vou novamente ponderar sobre esse § Único. No meu entendimento está lá o art. 3 B, e eu acho que esse § Único ele ficaria abrangente, e valendo não só para 2019, mas 20 e os anos subsequentes, se você colocasse, caso o Comitê não apresente a proposta dentro do prazo estipulado no caput desse artigo, aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente do mês de sua aprovação por Resolução do CNRH. Ponto.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – O exercício inicial ele é importante. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Então, cria um outro parágrafo e faça referência a isso, porque na hora que você coloca para 2019, quando nós chegarmos o ano que vem, em 2018, 2020 como fica?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Usa o primeiro artigo lá, da Resolução.

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Vai ter que lembrar que no artigo... Esse só é do passado. O artigo anterior tratou o seguinte, a partir do ano que vem atualiza. Ponto. Não tem mais, você não acumula mais perdas, você já está limpando. Você tem um passado que uma vez só que você organiza ele, só isso.

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Estamos admitindo, então, que todo mundo vai fazer isso. É seguro. E se não fizer?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF) – Aí você...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Aí já está falando, aí você vai aplicar o IPCA porque (...). Aí nós vamos pegar o IPCA de todos os anos que não foi, desde a última vez e aplicou. Ponto. Também já limpou o passado, de um vez só. De qualquer maneira você vai ter uma vez, um reajuste. Ou o Comitê vai lhe mandar o que ele acha, ou vai aplicar automaticamente o IPCA em uma vez só, ou o que ele mandou. Mas esse passado ele é feito uma única vez, porque o dos outros vão ser IPCA anual, conforme o art. 2º já previu. Pois não.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Assim, é porque eu ainda não tenho, mas eu acho que talvez, para contemplar a proposta da Sonali, eu não sei também qual, como que se vê a coisa, mas assim, como ela falou: caso o Comitê não apresente a proposta no prazo estabelecido no caput, que é o exercício de 2019 e anos subsequentes, aplicar-se-á a variação do IPCA ao preço público unitário vigente desde sua aprovação pelo CNRH, até o mês anterior ao exercício... Do ano anterior ao exercício da aplicação. Quer dizer, com isso nós vamos evitar que todo ano, se tiver algum atraso, o CNRH tenha que publicar uma Resolução...

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Não tem todo ano nesse caso. Nesse caso é uma vez só. Eu acho até, para não ter confusão, que como o caput em cima está dando... Ele está dando um prazo, não está estabelecendo o prazo... Deverão sugerir no prazo de um ano. Então, ele está dizendo um ano e entra em vigor na publicação da Resolução. Então, embaixo, no § B, caso o Comitê não apresente a proposta... Tira esse exercício de 2019. Aplicar-se-á a variação do IPCA (...) aprovação até o mês de 2018. Pronto. Não precisa dizer 2019, já está, quer dizer, ele tem um ano para fazer isso, caso se ele não fizer isso acontece...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Sim, mas tem que acontecer a partir do momento, para nós emitirmos o boleto. Qual momento? É o exercício de 2019. Entendeu?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – É o único C tá...? Só para lembrar ali, olha. Tem o § Único C agora.

A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Sérgio, eu acho que nós temos... Esse parágrafo, o B, § Único B ele, na minha opinião ele está bom, mas nós precisamos criar um outro parágrafo, até com base no que o Alexandre falou, um outro parágrafo que nós consigamos dizer, que enquanto a matéria que foi submetida, que foi trazida ao Conselho pelo Comitê de Bacia não for aprovada pelo Conselho, aplicar-se o IPCA. Nesse período transitório que ela está sendo discutida aqui, aplica-se o IPCA, que é a regra geral que está sendo criada. É um parágrafo...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu estou com dúvida agora, porque se eu aplico o IPCA e ele me propôs outra coisa que dê um reajuste menor, eu vou devolver o dinheiro?

A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB) – Não, porque olha só, o que ele propôs vai começar a vigor da Resolução do Conselho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas aí o que a Lívia está propondo... Vamos tentar um exemplo concreto. Vamos pensar em um exemplo concreto. O Comitê... O Conselho delibera esse ano essa Resolução, o Comitê entrega em outubro do ano que vem uma proposta. Setembro. Isso. 29 de setembro ele entrega essa proposta. Vai chegar lá na Secretaria... Bom, aí para o 2019 vai aplicar... Então, aí é um pouco o que o Sérgio está falando, o Comitê mandou a proposta e se a proposta...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas aí não pode, porque o Comitê cumpriu o papel dele. Essa sanção, vamos chamar.

A SRª LÍVIA (CRH/rj) – A ideia seria criar um efeito suspensivo...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Essa sanção não pode vir para o Comitê que ele cumpriu a parte dele.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Se eu propus um outro índice, aí eu estou sendo penalizado?

A SR^a LÍVIA (CRH/RJ) – Então, a ideia seria criar um efeito suspensivo enquanto o assunto está sendo discutido no Conselho.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Está dado o caminho das pedras para protelar esse aumento por um ano. Nossos amigos usuários vão sair daqui e pagar uma rodada de chope para nós. Não é? Está aberta a janela de oportunidade ali.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – O Comitê cumpriu. Ele cumpriu, ele não deixou de fazer. Ele cumpriu a proposta, jogou lá dentro. O índice dele não é o IPCA, porque senão eles não precisam nem fazer, deixa o IPCA rodar. Se eu já estou dizendo que se eu não faço o IPCA entra, para quê que eu vou gastar um estudo para falar, me cobre o IPCA? Entendeu? Posso estar raciocinando errado, mas se eu digo que se ele não apresentar eu vou usar o IPCA, em todos os anos anteriores... Isso é só passado. Em todos os anos anteriores e aí eu fiz uma conta dizendo, não é o IPCA, eu quero outro e te coloco, aí o Conselho não me analisa e me cobra os últimos 10 anos, como era, se não tivesse o São Francisco, os últimos 10 anos jogando o IPCA, aí eu vou analisar, vai entrar na Câmara. Aí o Conselho lá, daqui a um ano vai falar: não, é legal. Você não precisa ser o IPCA. E aí eu já paguei o IPCA, você já lançou o boleto do IPCA e aí? É uma pergunta...

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Tem que ter uma regra transitória... (...), pode ser uma regra transitória.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Aí o Conselho falou: Não é o IPCA mesmo não. Esse está legal. Só que o IPCA foi maior, ele já pagou o boleto dele e aí como é que fica?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu acho que nós precisamos fazer uma leitura agora do texto todo, para compatibilizar com o art. 2º lá, vê o que fala o art. 2º, porque tem a superveniência aí, que pode abrir uma brecha para manobras aí, de protelação.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu entendo, entendeu? Para mim não... Fica preocupante é com...

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Eu acho que a solução é tirar o outubro daí, nós anteciparmos isso para o mês, sei lá, eu estou chutando, junho, maio, qualquer

coisa assim, entendeu? Porque daí dá tempo para o Conselho se reunir e aprovar até, aí sim, até outubro. Então, esse prazo é o prazo do Conselho. Então, o Comitê deveria apresentar, sei lá, maio, alguma coisa assim, aí dá o tempo de maio até outubro para o Conselho se manifestar e daí em outubro começa o negócio bonitinho. Não, vai se manifestar. O Conselho tem que manifestar, não vai se manifestar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Desculpa, eu estou com uma dúvida aqui. O cara tem um ano praticamente para entregar a proposta dele, antes do mês em que vai ser aplicado o negócio e ainda o Conselho não vai aprovar? Existe essa possibilidade? Só se o Ministro falar assim: não, nós vamos dar um jeitinho para esse Comitê, para os usuários aqui, desse Comitê, que financia a minha campanha, não ter cobrança. Vai ser assim?

O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA) – Pode no sentido regimental, porque tem que passar na CTIL e... Perdão. Na CTCOB, depois vem para a CTIL e vai para o Plenário. Se conselheiro pedir vistas, só na próxima reunião do Conselho. Regimentalmente corre o risco, pode correr o risco sim.

O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA) – Eu concordo que o Ney disse que nós estamos aí, com um ponto de gargalo. Nós temos que parar e pensar, fazer uma leitura, porque realmente chegamos em um ponto que poderá causar aí, um efeito colateral não desejado.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Nós queremos recuperar, tudo bem, mas também não pode prejudicar. É aquela questão de ter a ponderação, de ser o certo, tem que cobrar, tem que retroagir, mas e aí, vai prejudicar quem fez o Comitê que fez a lição de casa e mandou?

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Eu continuo achando que nós podemos pensar em termos de um mês, sei lá que mês, abril, maio, junho, qualquer coisa assim, aonde desse um tempo aí, de uns 4, 5 meses para o Conselho se manifestar.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Eu concordo que...

O SR. JÚLIO – Entendeu? Quer dizer, não pode deixar um dia antes.

O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc) – Mas se existe uma estratégia de alguém para protelar isso, a pessoa vai fazer, você pode colocar 3, 4 meses ou 5 meses, eles vão usar o artifício...

O SR. JÚLIO – Mas pedir vistas, por exemplo, faz parte do jogo, nós não podemos controlar isso. Fazer o que?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Se nós colocarmos julho... Desculpa do trocadilho. Júlio, se nós colocarmos julho como prazo, 30 de julho como prazo para os Comitês apresentarem a proposta, não é? Nós comprimimos um pouco aqueles 12 meses, mas operacionalizamos 2019.

O SR. JÚLIO – Aí fatalmente nós fazemos uma reunião em geral do Conselho Ordinário uma vez por semestre, a cada semestre. Então, deveria ter uma reunião... É. Aí teria que ter uma reunião lá por setembro, mais ou menos, primeiro o CTCOB, 15 dias depois a CTIL.

O SR. JÚLIO – Agora, se não passar na CTCOB, se não passar na... Aí já são outros 500. Aí se chover, se cair pedra, aí...

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Lívia, por favor.

A SR^a LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – É um pouco na linha do que o Júlio falou. Nós temos... Digamos que essa Resolução passe, sei lá, no mês de dezembro, a Resolução passando em dezembro o Comitê tem até dezembro do ano seguinte para se manifestar sobre esse passivo, esse passado. Digamos que ele se manifeste em dezembro, se nós colocarmos que o Conselho tem um prazo até junho para deliberar sobre a proposta do Comitê, dá tempo dele entrar aí, em outubro, porque de qualquer forma ela só vai começar a vigorar no ano seguinte. Entendeu? Nós só vamos começar a aplicar esse valor passado no ano seguinte.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SR^a LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) – Ok. Em sendo em outubro vai ser outubro do ano seguinte. Aí nós calculamos 4 meses que sejam. Outubro é complicado, porque pega o período de férias ali, mas nós calculamos cerca de 4, 5 meses para que o Conselho...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

5774 **A SRª LÍVIA (CRH/RJ)** – Não. 4, 5 meses não dá janeiro, vai dar março.
5775 Fevereiro, março.

5776
5777 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

5778
5779
5780 **A SRª LÍVIA (CRH/RJ)** – Nós estamos falando de 2019. Então, mas aí vai ter que
5781 ter uma extraordinária gente, do Conselho. É.

5782
5783
5784 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

5785
5786
5787 **A SRª LÍVIA (CRH/RJ)** – Desde que nós estipulemos que o Conselho tenha um
5788 prazo para fazer isso. Vai ser uma vez. É uma vez que isso vai acontecer. Não
5789 cabe o esforço? Eu acho que cabe o esforço.

5790
5791
5792 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

5793
5794 **A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB)** – E digamos que em março o Conselho
5795 delibere sobre isso, fevereiro, março. Então, tem a possibilidade disso entrar em
5796 vigor no mesmo período que entraria normalmente.

5797
5798
5799 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

5800
5801
5802 **A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB)** – Outubro.

5803
5804
5805 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

5806
5807
5808 **A SRª LÍVIA (Presidente da CTCOB)** – Nós já estamos... Sim, mas de qualquer
5809 forma se ele traz até dezembro, só vai entrar em 2020. Se ele traz até dezembro
5810 de 2019 só entraria em 2020. Então. Não mudamos a arrecadação. O que nós
5811 fizemos foi conciliar prazo.

5812
5813
5814 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Mas se entrar dezembro de 2019, vai valer em
5815 2021. 2019 ele apresenta, o Conselho aprova em 2020, não é para o exercício
5816 subsequente?

5817
5818
5819 **A SRª LÍVIA (CRH/RJ)** – Isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – Outubro de 2018, aí entrou em 2018. Aí entra mais 4 meses aí, ficou sem reunir. Até março o Conselho reúne, com certeza se reúne. Aí março, daí só vai entrar na ANA aqui, com o negócio de boleto e tudo, lá para outubro, novembro de 2018. Só vai entrar em vigor 2020. 19. 19 não, eu estou (...). Em 2020. 2020. 2020. Só entra em vigor em 2020. Não é isso?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Mas aí se alterado o prazo de 12 meses, não é?

O SR. JÚLIO – Agora, se nós diminuirmos o prazo de 12 meses a coisa fica mais razoável. Essas continhas têm que feitas, porque realmente...

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Sérgio, agora são quase 18 horas, eu não sei se nós vamos ter capacidade de conseguir, talvez se nós pudermos refletir e voltar amanhã com esse assunto, eu acho que é a melhor solução, porque nós não vamos conseguir, talvez, fechar uma proposta de redação, porque nós temos que pensar muito nisso, que essa operacionalização pode travar qualquer boa ideia aí.

O SR. JÚLIO THADEU (MMA) – A minha sugestão, desculpa. A minha sugestão é fazer um cronograma inverso. Eu sugeriria para o Marco ver quando é que seria essa cobrança, que poderia começar a cobrança, se for em janeiro de 2020, daí fazer o inverso. E, vem para trás, para 2020 até, não sei quando o Conselho tem que aprovar, o Conselho tem que ter 5 meses, aí nós trazemos para adiante, daí nós fazemos essas contas.

O SR. NEY MURTHA (ANA) – Vamos ver, então, uma proposta nesse sentido, para nós dormirmos com esse martelo aí na cabeça, porque é o seguinte, esse prazo um ano, a ideia nossa é que em dezembro do ano que vem nós já tenhamos isso resolvido, ou a atualização de acordo com o IPCA, desde a última aprovação, ou a aprovação das propostas dos Comitês de Bacia, isso passaria a vigor a partir de janeiro de 2019. Então, essa é a ideia que nós imaginamos quando fizemos a discussão na CTCOB. Vamos bolar aí, essa noite aí, alguma metodologia que preserve a prerrogativa do Comitê esse tempo aí e que garanta para 2019, que nós já tenhamos superado esse tema e que venhamos a discutir coisas mais substantivas no mundo, não é?

O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA) – Agora vou propor aqui... Eu faço uma proposta, por favor, para nós entrarmos nesse, no último mesmo, que não tenha essa amarração, que é a questão do último artigo e aí nós voltamos

5866 amanhã só neste 3. No 3 § Único, mas possamos ver agora o 4 que é o último, aí
5867 nós encerrariamos a reunião de hoje. Por favor. Então, a art. 4º, caberá a Agência
5868 Nacional de Águas. Posso ler aqui que é mais fácil. Verificar e dar publicidade a
5869 variação do IPCA/IBGE no prazo de até 15 dias, a que se refere os arts. 2º e 3º
5870 desta Resolução, que existem. Dar publicidade e... Inciso II, dar publicidade aos
5871 preços públicos unitários que terão vigência para o exercício de 2018 e para os
5872 exercícios seguintes, no prazo de 15 dias após a publicação do índice do IBGE.
5873 Sim, mas se nós mexermos lá no 18... Nós mexemos.

5874
5875
5876 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

5877
5878 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – O art. 2º diz que, independente
5879 do... Art. 3 gente, terá um indexador a partir de 18. Ponto. Esse vai ter. Ponto.
5880 Recomposição, que é outra coisa. Então, a partir... 2018 terá um indexador, já foi
5881 aprovado, o art. 2º. Então, ele terá. Vamos lá. O art. 4º. Porque aquele de
5882 recomposição não está aí, não é isso que está vigendo. Não é o 3º, não é? Nesse
5883 'dar publicidade'. Tem alguma alteração no 4º? Esse é da publicidade. Pois não.

5884
5885
5886 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Pelo que eu estava conversando aqui,
5887 com a... São 5 Comitês Federais que fazem cobrança? Não é isso?

5888
5889
5890 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** –... Paranaíba, São Francisco, CEIVAP e PCJ, Verde
5891 Grande também foi aprovado ano passado.

5892
5893
5894 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Pois é, será que a ANA não poderia,
5895 ao invés de dar publicidade comunicar aos Comitês o que é esse valor? Não são
5896 tantos Comitês assim, já entrega a marmita pronta para os Comitês. Não pode?
5897 Não é possível?

5898
5899
5900 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Também. O dar publicidade é mais amplo Gustavo.

5901
5902
5903 **O SR. GUSTAVO** – Mas pelo menos é óbvio. Se ela for comunicar aos Comitês
5904 ela vai publicar isso e tal.

5905
5906
5907 **O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA)** – Isso. O dar publicidade é mais amplo
5908 que comunicar aos Comitês, mas nós fazemos isso.

5911 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Então, fechamos o artigo
5912 também, então, o 4º, e com isso vamos encerrar a reunião por hoje, e voltamos
5913 amanhã, só para trabalharmos no § Único do art. 3º. Perfeito? Muito obrigado, e
5914 uma boa noite, e até amanhã. Reiniciamos os trabalhos às 9 horas. Vamos
5915 começar às 9 em ponto, por favor, que aí nós vamos ganhar, que a pauta, a nossa
5916 previsão era de chegarmos, não é? Ainda teríamos uma... O item 6 também
5917 deveríamos, na nossa previsão, termos acabado hoje, mas vamos começar às 9
5918 horas e vai dar tudo certo. Muito obrigado e até amanhã.